



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



### Ministério do Meio Ambiente

Processo Nº 02000.001654/2015-71

Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

Interessado: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas  
Resumo: Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por meio da SEMA, visando a elaboração e implementação do ZEE da Sub - Região do Madeira. 1º Volume.

INTERESSADO:






ASSUNTO:

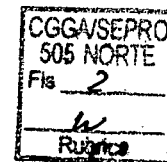
CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

### MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA		SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	SEDR		26/11/15	19			/ /
02			/ /	20			/ /
03			/ /	21			/ /
04			/ /	22			/ /
05			/ /	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

 <b>MMA</b>	<b>GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD</b>	Nº	
		Data:	
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>			
Tipo e Número Ofício SEMA nº 810/2015-GS		 <b>Ministério do Meio Ambiente</b> <b>Processo Nº 02000.001654/2015-71</b> <b>Inid.Atuadôra: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO</b> <b>Interessado:</b> Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas <b>Resumo:</b> Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por meio da SEMA, visando a elaboração e implementação do ZEE da Sub - Região do Madeira. 1º Volume.	
Procedência Departamento de Zoneamento Territorial (DZT/SEDR)			
Registro 00000.024486/2015-00			
Interessado Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas			
Assunto Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por meio da SEMA, visando a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira.			
<b>PROVIDÊNCIAS</b>			
<input checked="" type="radio"/> Autuação <input type="radio"/> Arquivamento <input type="radio"/> Abertura de volume <input type="radio"/> Encerramento de volume <input type="radio"/> Desarquivamento <input type="radio"/> Reconstituição do processo nº _____ <input type="radio"/> Outros _____			
Justificativa (no caso de reconstituição do processo )			
Nome e ramal para contato após providência: Bruno Abe Saber Miguel - ramal 1214			
<b>AUTENTICAÇÃO</b>			
Solicitante Data: 15 / 09 / 2015 <b>Bruno Abe Saber Miguel</b> Gerente do Programa ZEE Brasil MMA  Carimbo/Assinatura		Protocolo Central/Unidade Protocolizadora Recebi em: 15 / 09 / 2015 Hora: 11 : 02  Assinatura	



## Ministério do Meio Ambiente

### Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.024486/2015-00

Data do Protocolo: 03/09/2015

Hora do Protocolo: 10:24:49

Nº do Documento: 810

Data do Documento: 26/08/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Governo do Estado do Amazonas]

Signatário/Cargo: ANTONIO ADEMIR STROSKI/Secretário de Estado do Meio Ambiente

Resumo: Firmar a importância em promovermos o Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA por intermédio da SEDR com o propósito de viabilizarmos apoio mútuo à elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico Econômico da Sub - Região do Madeira.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

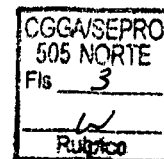
REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º <i>Ao DZT, p/ ciência e providências cabíveis. Att, Rafael S. F. Gangana Rafael S. F. Gangana Chefe de Gabinete/SEDR Substituto</i>	2º <i>Gerência de SET para análise e providências. [Assinatura] 08/09/15 Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</i>
3º	4º
5º	6º



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**



**OFÍCIO SEMA Nº. 810/2015-GS**

**Manaus, 26 de agosto de 2015**

Ao Sua Senhoria,  
**Carlos Mário Guedes de Gudes**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Gabinete do 7º andar  
Brasília/DF, CEP: 70.068 - 900

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste afirmar a importância da parceria em promovermos o Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado do Amazonas, por meio da Secretária de Estado de Meio Ambiente e o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) com propósito de viabilizarmos apoio mútuo à elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico Econômico da Sub-Região do Madeira.

Certo de contar com sua costumeira atenção para com o Amazonas, agradecemos antecipadamente por promissora parceria e colocamo-nos a disposição para esclarecimentos por meio do telefone (92) 3642-3969 ou e-mail: seaga.zee@sema.am.gov.br.

Atenciosamente,

**Antonio Ademir Stroski**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente



## Ministério do Meio Ambiente

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA SUB-REGIÃO DO MADEIRA, NO ESTADO DO AMAZONAS.**

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.562.326/0001-26, neste ato representada por seu Secretário, **ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Ephigênio Salles, nº 750, Parque 10, Manaus/AM, CEP 69.055-736, portador da Carteira de Identidade nº 0929672-7 (SSP/AM), inscrito no CPF sob o nº 338.541.499-72 e nomeado Secretário por meio de decreto publicado no Diário Oficial do Amazonas em 20 de março de 2015, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os Partícipes para conjugação de esforços visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira, no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação

com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES**

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

I - compete ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio da SEDR:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Amazonas no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Amazonas, fazer o acompanhamento técnico do ZEE da Sub-região do Madeira;

e) colocar à disposição do Estado do Amazonas as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado do Amazonas no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE da Sub-região do Madeira;

g) discutir com o Estado do Amazonas o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Amazonas; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II - compete ao Estado do Amazonas, por intermédio da SEMA:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado do Amazonas para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE da Sub-região do Madeira;

b) articular e assessorar a Comissão Estadual do ZEE do Estado do Amazonas, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE da Sub-região do Madeira em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE da Sub-região do Madeira;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE da Sub-região do Madeira;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES**

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

## **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

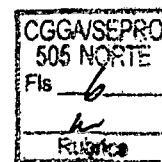
## **CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES**

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

## **CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.





## **CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

## **CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO**

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de

de 2015.

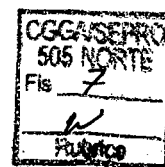
**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR

**ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente  
do Amazonas - SEMA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:



## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Estado do Amazonas – Secretaria de Estado do Meio Ambiente		<b>CNPJ/MF:</b> 05.562.326/0001-26	
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Mário Ypiranga, nº 3.280, Bairro Parque 10			
<b>CIDADE:</b> Manaus	<b>UF:</b> AM	<b>CEP:</b> 69.057-002	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Antonio Ademir Stroski		<b>CPF:</b> 338.541.499-72	
<b>RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> 0929672-7 (SSP/AM)			
<b>ENDEREÇO:</b> Av. Ephigênio Salles, 750 - Parque 10 – Manaus/AM			

### 2. OUTRO PARTÍCIPE

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		<b>CNPJ/MF:</b> 37.115.375/0001-07	
<b>ENDEREÇO:</b> Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”, sala 700			
<b>CIDADE:</b> Brasília	<b>UF:</b> Distrito Federal	<b>CEP:</b> 70.068-901	
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Carlos Mário Guedes de Guedes		<b>CPF:</b> 606.955.950-91	
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE:</b> 3.036.435.679	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> SSP/RS	<b>CARGO:</b> Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira, no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas.

**Prazo para execução:**

24 meses.

**Identificação do objeto:**

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE da Sub-região do Madeira, que será elaborado na escala de 1:250.000, compreendendo os municípios de Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Nova Olinda do Norte, realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional da sub-região, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil.

Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE da Sub-região do Madeira, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, seja feita a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado do Amazonas como área de abrangência, quais sejam, o MacroZEE do próprio estado (instituído pela lei estadual nº 3.417/2009) e o MacroZEE da Amazônia Legal (instituído pelo decreto federal nº 7.378/2010).

Sendo assim, o presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por intermédio da SEMA, visando a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira, na escala de 1:250.000, em articulação com o MacroZEE da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

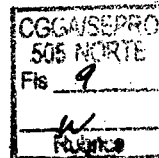
**4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
<b>FASE 1</b>	<b>Planejamento, articulação e sistematização de informações</b>		<b>1</b>	<b>90</b>
1	Levantamento e sistematização de dados secundários publicados da Sub-Região do Madeira, referente às atividades ambientais	Documento técnico	1	60

2	Realização de reunião com a CEZEE para atualização de membros e articulação de procedimentos para execução do ZEE do Madeira	Ata da reunião	60	80
3	Articulação interinstitucional com Secretarias Municipais para criação das comissões municipais de zoneamento	Relatório	80	90
<b>FASE 2</b>	<b>Diagnósticos, cenários e proposta de gestão do ZEE do Estado de Roraima</b>		<b>90</b>	<b>300</b>
4	Elaboração dos documentos técnicos do meio jurídico-institucional	Relatório	90	120
5	Elaboração de documento técnico do meio físico-biótico da Sub-Região do Madeira	Relatório	90	120
6	Sistematização das informações (meio socioeconômico) levantadas por instituições competentes	Relatórios	120	180
7	Espacialização dos dados/informações na escala 1:250.000 para a Sub-Região do Madeira para os meios: político, físico-biótico, integração temática, socioeconomia, áreas protegidas, situação fundiária, zonas ecológico-econômicas de acordo com informações levantadas por instituições competentes	Mapas	120	180
8	Realização de reunião com a Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico para divulgação dos dados e recomendo de propostas das potencialidades e fragilidades naturais, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população, dos dados de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Ata da reunião	170	180
9	Elaboração de documento técnico e mapas temáticos do meio socioeconômico da Sub-Região do Madeira.	Documento técnico	150	200
10	Realização de reunião com a Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico após recomendo	Ata de reunião	210	220
11	Realização de consultas públicas para discussão e validação do mapa de gestão e das diretrizes propostas	Atas das consultas públicas elaboradas	220	300

<b>FASE 3</b>	<b>Institucionalização do ZEE da Sub-região do Madeira e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução</b>		<b>300</b>	<b>565</b>
12	Encaminhamento de documento técnico para validação no Conselho Estadual do Meio Ambiente	Ata da reunião	300	340
13	Consolidação da proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Relatórios e mapas aprovados	340	360
14	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	Indicadores elaborados	360	380
15	Encaminhamento e trâmite do ZEE tendo em perspectiva a redução da reserva legal, para fins de regularização (se necessário)	Ata das reuniões Elaboradas	360	380
16	Elaboração do marco legal que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-região do Madeira	Marco legal elaborado	380	400
17	Aprovação do novo marco legal pela Assembleia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	Marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	400	445
18	Realização dos ajustes finais dos mapas temáticos e relatórios técnicos.	Materiais gráficos publicados	445	505
19	Disponibilização do banco de dados relativo ao Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-região do Madeira em ambiente web	Banco de dados disponibilizado	505	565
<b>FASE 4</b>	<b>Reconhecimento do ZEE da Sub-região do Madeira pela União e capacitação dos agentes públicos e privados</b>		<b>565</b>	<b>730</b>
19	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	ZEE encaminhado	565	600
20	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	600	660
21	Publicação do decreto presidencial homologando a redução da reserva legal, para fins de regularização (se necessário)	Decreto publicado no Diário Oficial da União	660	715
22	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	Relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	660	730

OBS: (\*) dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica



E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília,                      de                      de 2015.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável – SEDR

**ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente  
do Amazonas - SEMA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
CI nº:

**R** CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tribunal)  
Maniz - Av. Djalma Batista, 527 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8404 - www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM  
Certifico que a presente fotocópia está idêntica ao original  
Art 7º inciso V da Lei nº 8935 - Dou Fº  
Selo AZ593660-75 - Data/Hora 23/03/2015 11:27:19 Cod 128  
Emitido por JESSICA DE SOUZA FERREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
FUNETJ 0,29 FUNDPAM 0,14 FUNDEGE 0,09 ISS R\$ 0,13 FARPAM 0,37  
Código de validação BF0C-ACD0-D035-BDE3 - Valide em www.seloam.com.br

1º Ofício de Notas  
Jessica de Souza Ferreira  
Escritor Autorizada  
Manaus-Am



**R** CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tribunal)  
Maniz - Av. Djalma Batista, 527 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8404 - www.seloam.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM  
Certifico que a presente fotocópia está idêntica ao original  
Art 7º inciso V da Lei nº 8935 - Dou Fº  
Selo AZ593661-74 - Data/Hora 23/03/2015 11:27:20 Cod 128  
Emitido por JESSICA DE SOUZA FERREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
FUNETJ 0,29 FUNDPAM 0,14 FUNDEGE 0,09 ISS R\$ 0,13 FARPAM 0,37  
Código de validação 79E3-5E10-7E97-381C - Valide em www.seloam.com.br

1º Ofício de Notas  
Jessica de Souza Ferreira  
Escritor Autorizada  
Manaus-Am





**AMAZONAS DISTRIB. DE ENERGIA**

AV 7 DE SETEMBRO, 2414

CACHOEIRINHA - MANAUS - AM - CEP: 69.005-141

CNPJ: 02.341.467/0001-20 IE: 42156092

Atendimento: 0800 701 3001 [www.amazonasenergia.gov.br](http://www.amazonasenergia.gov.br)

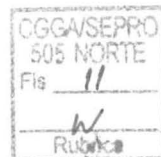
Ouvidoria: 0800 095 1247 (08 às 18h/Dias úteis)

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, 26 de abril de 2002  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série U - Nº 205259  
Regime especial de impressão autorizado pela Sec. de Fazenda**ANTONIO ADEMIR STROSKI****CD PQ DOS RIOS 1, 304 BL 03****PARQUE DEZ -****ZONA CENTRO-SUL - CEP 69.000-000 - MANAUS - AM****CPF 338.541.499-72 RG 929672 7****Código Único****0095410-1**

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL : Fone 167 - Ligação Gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

Emissão	Data Leitura Anterior	Data Leitura Atual	Data Próxima Leitura	Dias de Consumo	Apresentação	Mês Faturado	
04/06/2015	30/04/2015	02/06/2015	29/06/2015	33	03/06/2015	05/2015	
Cod. Fat.	Classe/Subclasse	Ligação	Poste	Forma Faturamento	Motivo FD	Número FD	
1.1.1.3	Residencial Normal	Trifásica	E 13 25 248	Normal			
Consumo	Medidor	Leit. Atual	Leit. Anterior	Constante Fatur.	NPL	Cons. Medido	Cons. Faturado
	10385983	30000	29506	1,00000	5	494	494

Histórico	kWh	Composição da Tarifa	Ítems Faturados	Tar. sem Impostos	Valor
04/2015	679		Consumo 494 kWh a 0,427746	0,32081	211,30
03/2015	455		Contribuição de Iluminação Pública (COSIP)		19,26
02/2015	733	Transmissão			
01/2015	518				
12/2014	656	Tributos			
11/2014	658	(*) TUSD=Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição; TE=Tarifa de Energia			
10/2014	852				
09/2014	795				
08/2014	805				
07/2014	574				
06/2014	723				
05/2014	536				
Média		Pis/Pasep - 0,00			
12 meses	665	Cofins - 0,00			



Indicadores de Continuidade: 03/2015				
Cj:	413 - V8	CM:	R\$ 71,66	
Meta	Mensal	Realizado	Trimestral	Anual
DIC	5,79	0,00	11,58	23,16
FIC	3,73	0,00	7,47	14,95
DMIC	3,37	0,00	0,00	0,00

**=> Declaramos quitados os débitos do ano de 2014 (Lei 12007/09). Esta declaração substitui as quitações mensais.****=> Tensão Contratada - 220V Faixa Adequada - 200 a 231V****=> É GARANTIDO AO CONSUMIDOR SOLICITAR O CANCELAMENTO DAS COBRANÇAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DAS ATIVIDADES ACESSÓRIAS, EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 7º E 8º DA RN 581/2013.****=> Ligue para 0800 701 3001 e faça opção de vencimento de sua conta 16 18 20 22 23 24****=> As informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição dos consumidores, para consulta, nos postos de atendimento e na página da internet desta distribuidora.**

Base de Cálculo	Alíquota	Valor do ICMS
211,30	25,00	52,82

Reservado ao Fisco

A558.46F4.957B.5506.CEC9.A49E.8648.A896

**Vencimento**  
**12/06/2015****Valor a Pagar**  
**R\$ 230,56**

9377

**AMAZONAS DISTRIB. DE ENERGIA****Conta em Débito Automático.****Banco 033 Agência 3438**

UC	Mês Faturado	No. FD	TC
00954101	05/2015	00	8

**Vencimento**  
**12/06/2015****Valor a Pagar**  
**R\$ 230,56**

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, I e II, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, aprovada pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

NOMEAR o Dr. AMÉRICO GORAYEB JÚNIOR para exercer o cargo de confiança de Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus, constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 60, de 29 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 14, § 3.º, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, I e II, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, que transformou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS em Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, nos termos do artigo 20, II, c, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

EXONERAR a Dra. KAMILA BOTELHO DO AMARAL do cargo de confiança de Secretária de Estado do Meio Ambiente, constante do Anexo I, Parte 21, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, I e II, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, que transformou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS em Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, nos termos do artigo 20, II, c, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

NOMEAR o Dr. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI para exercer o cargo de confiança de Secretário de Estado do Meio Ambiente, constante do Anexo I, Parte 21, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, I, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, que transformou a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUS em Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC, nos termos do artigo 20, II, b, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

EXONERAR o Senhor LOUISMAR DE MATOS BONATES do cargo de confiança de Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, constante do Anexo I, Parte 13, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, I, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a instituição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, nos termos do artigo 1.º, I, d, 19, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, e

CONSIDERANDO que as atividades e competências relativas à administração do sistema penitenciário constantes da antiga Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS ficam transferidas para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, conforme o disposto no artigo 29 da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

NOMEAR o Senhor LOUISMAR DE MATOS BONATES para exercer o cargo de confiança de Secretário de Estado de Administração Penitenciária, constante do Anexo I, Parte 30, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, aprovada pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

EXONERAR o Coronel QOBM ROBERTO ROCHA GUIMARÃES DA SILVA do cargo de confiança de Subcomandante Geral de Ações de Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, constante do Anexo I, Parte 57, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

RAUL ARMONIA ZADAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, aprovada pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

NOMEAR o Coronel QOBM ROBERTO ROCHA GUIMARÃES DA SILVA para exercer o cargo de confiança de Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIV, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, aprovada pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

DESIGNAR o Coronel QOBM ROBERTO ROCHA GUIMARÃES DA SILVA, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo de confiança de Subcomandante Geral, para Ações de Defesa Civil da referida Corporação, até ulterior deliberação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, aprovada pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

NOMEAR, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1.986, MARIA LENISE MAFRA NEGREIROS para exercer o cargo de confiança de Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, constante do Anexo I, Parte 34, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2010.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

RAUL ARMONIA ZADAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

**DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 2015**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa do Poder Executivo, aprovada pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, resolve

EXONERAR, nos termos do artigo 55, I, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, LUIZA ENEIDA DE MENEZES ERSE do cargo de confiança de Presidente da Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA, constante do Anexo I, Parte 36, da Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2010.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

RAUL ARMONIA ZADAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil



**DIÁRIO OFICIAL**

CRIADO PELA LEI Nº 01, DE 31 DE AGO/1892  
1ª CIRCULAÇÃO: 15/11/1893

MARIA LENISE MAFRA NEGREIROS  
Diretora Administrativo/Financeira  
Respondendo pela Presidência

MÁRIO JORGE CORRÊA  
Diretor Técnico

Composto e Impresso nas oficinas gráficas da  
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Rua Tefé, N.º 86 - Centro (antiga Dr. Machado)  
CEP 69.020-090 - Manaus - Amazonas  
TELEFONES: (92) 3633-1697 / 1125 / 1889  
FAX: (92) 3633-3148

PREÇO DA EDIÇÃO: RS 4,50

III - executar outras ações e atividades que lhes sejam determinadas ou delegadas pelo Secretário de Estado.

### SEÇÃO III DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS ADJUNTOS

Art. 8.º São atribuições dos Secretários Executivos Adjuntos:

- I - substituir o Secretário Executivo, alternada e automaticamente, em seus impedimentos e afastamentos legais;
- II - auxiliar diretamente o Secretário Executivo no desempenho da supervisão geral das atividades da Secretaria, supervisionando, coordenando e controlando as ações dos órgãos que lhes são subordinados;
- III - exercer outras atividades que lhes sejam determinadas ou delegadas pelo Secretário de Estado ou pelo Secretário Executivo.

### SEÇÃO IV DOS DIRIGENTES EM GERAL

Art. 9.º Sem prejuízo do disposto nesta Lei ou no Regimento Interno da Pasta, são atribuições comuns dos dirigentes das unidades que compõem a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares - SEARP:

- I - gerir as áreas operacionais sob sua responsabilidade;
- II - assegurar padrões satisfatórios de desempenho em suas áreas de atuação;
- III - zelar pelos bens e materiais sob sua guarda, garantindo adequada manutenção, conservação, modernidade e uso;
- IV - promover permanente avaliação dos servidores que são subordinados, com vistas à constante melhoria dos serviços;
- V - propor medidas disciplinares, na forma da legislação específica;
- VI - julgar os recursos contra atos de seus subordinados, quando couber;
- VII - executar outras ações, em razão da natureza da unidade sob sua direção, sob a orientação ou por determinação do Secretário de Estado, do Secretário Executivo ou dos Secretários Executivos Adjuntos.

### CAPÍTULO V DOS RECURSOS HUMANOS

#### SEÇÃO I DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 10. Com vistas ao funcionamento da Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares - SEARP, ficam criados os cargos de Secretário de Estado, 01 (um) cargo de Secretário Executivo, e os demais cargos de provimento em comissão, constantes do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. A criação dos cargos referidos no caput deste artigo é compensada com a extinção dos cargos comissionados da Casa Civil de apoio administrativo aos Secretários de Estado Extraordinários, constantes do Anexo III da Lei Delegada n.º 33, de 29 de julho de 2005.

#### SEÇÃO II DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 11. Os servidores da Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares - SEARP são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas - Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, e pela legislação específica que lhes seja aplicável.

#### SEÇÃO III DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Art. 12. A Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares - SEARP poderá, eventualmente, contratar serviços técnico-profissionais especializados de assessorias e consultorias ou serviços profissionais qualificados, sem vínculo empregatício, para a realização de tarefas específicas, por prazo determinado, renovável, no interesse da Administração.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As informações referentes à Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares - SEARP somente serão divulgadas mediante autorização do seu Titular ou de seu substituto legal.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei.

Art. 15. Revogado o Anexo III da Lei Delegada n.º 33, de 29 de julho de 2005, e as demais disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO  
AMAZONAS, em Manaus, 09 de maio de 2007.

EDUARDO BRAGA  
Governador do Estado

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Secretário de Estado de Governo

JOSÉ ALVES PACÍFICO  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

DENIS BENCHIMOL MINEV  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Desenvolvimento Econômico

REDOMARCK DUNES CASTO BRANCO  
Secretário de Estado de Administração e Gestão

ISPER ABRAHIM LIMA  
Secretário de Estado de Fazenda

### ANEXO ÚNICO CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

QUANT.	CARGO	SIMBOLOGIA
02	Secretário Executivo Adjunto	---
01	Chefe de Gabinete	AD-1
03	Chefe de Departamento	
03	Assessor I	
07	Gerente	AD-2
01	Assessor II	
05	Assessor III	AD-3
01	Assessor IV	AD-4

### LEI DELEGADA N.º 66, DE 09 DE MAIO DE 2007

DISPÕE sobre a SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SDS, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, provendo seus recursos humanos e estabelecendo outras providências.

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que, no exercício da delegação que me foi conferida pela Resolução Legislativa n.º 408, de 27 de dezembro de 2006, com a modificação de prazo promovida pela Resolução Legislativa n.º 415, de 02 de maio de 2007, edito a seguinte

### LEI DELEGADA:

#### CAPÍTULO I DAS FINALIDADES E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1.º A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SDS, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, tem como finalidades:

- I - formulação, coordenação e implementação das políticas estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos;
- II - coordenação da formulação e avaliação das políticas estaduais de ordenamento pesqueiro, etno-desenvolvimento sustentável dos povos indígenas e da política estadual de desenvolvimento sustentável;
- III - formulação e coordenação das políticas estaduais de promoção de negócios sustentáveis, de serviços ambientais e das cadeias produtivas, relacionadas a recursos florestais visando ao desenvolvimento sustentável do Amazonas.

Art. 2.º Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS:

- I - a avaliação de viabilidade do estabelecimento de ação conjunta ou parceria institucional com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais e organizações não-governamentais, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Estado, a partir das necessidades das Mesorregiões, dos Municípios e das comunidades rurais;
- II - a definição de diretrizes e prioridades para a política de fomento econômico e de fortalecimento de infra-estrutura para as populações tradicionais;
- III - a organização e a implementação de programas de educação ambiental, formal e informal, visando a difundir o conceito de desenvolvimento sustentável nos diferentes segmentos da sociedade, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas;

V - o cadastramento das empresas públicas e privadas, bem como das entidades não-governamentais de proteção ao meio ambiente, para efeito de participação do Programa Estadual de Educação Ambiental, instituído pela Lei n.º 3.118, de 25 de janeiro de 2007;

VI - a coordenação e o monitoramento do processo de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, em articulação com os organismos públicos competentes;

VII - a gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, mediante o estabelecimento de normas de gestão e coordenação do processo de criação, implantação, assistência técnica aos moradores e reclassificação das Unidades de Conservação do Estado;

VIII - o apoio ao desenvolvimento de negócios sustentáveis, de modo a possibilitar o uso dos recursos naturais de forma sustentável, socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada, com foco em produtos certificados com o selo verde, orgânicos e de comércio justo;

IX - a sistematização de informações, a identificação de opções de investimentos e de fontes de obtenção de recursos financeiros para aplicação em programas e projetos de desenvolvimento sustentável, mediante parcerias com entidades e instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

X - a colaboração com órgãos e entidades federais e municipais e organizações não-governamentais no desenvolvimento de ações visando à prevenção, controle e combate à queimada e incêndios florestais;

XI - o fomento e o apoio a programas ambientais e de desenvolvimento sustentável do Estado, com recursos orçamentários e financeiros oriundos do Fundo Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos;

XII - a instituição de procedimentos e o estabelecimento de parcerias visando ações para eliminar, mitigar ou compensar os impactos sócio-ambientais negativos e a maximizar os impactos ambientais positivos de obras de infra-estrutura e desenvolvimento;

XIII - a formulação de estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas;

XIV - a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, por meio de parcerias com outros órgãos e entidades do Poder Executivo;

XV - a realização de estudos destinados à identificação de potencialidades e vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais do Estado, visando à formulação da política estadual de desenvolvimento sustentável;

XVI - a formulação de políticas de crédito para o desenvolvimento sustentável, em conjunto com a Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas;

XVII - o desenvolvimento de políticas públicas para valorizar o desempenho do Estado na gestão dos recursos naturais;

XVIII - a execução de outras ações e atividades concernentes à sua natureza ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3.º Dirigida pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o auxílio de dois Secretários Executivos e de cinco Secretários Executivos Adjuntos, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS tem a seguinte estrutura organizacional:

#### I - ÓRGÃOS COLEGIADOS

- a) Conselho Estadual de Meio Ambiente
- b) Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- c) Conselho Estadual de Geodiversidade

#### II - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO

- a) Gabinete
- b) Assessoria
- c) Departamento de Articulação Institucional

#### III - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES-MEIO

- a) Secretaria Executiva de Assuntos Administrativos
  1. Departamento de Administração e Finanças
  2. Departamento de Gestão e Planejamento

#### IV - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES-FIM

- a) Secretaria Executiva de Geodiversidade
- b) Secretaria Executiva Adjunta de Geologia e Recursos Minerais
  1. Departamento de Gestão Sócio-Ambiental
  2. Departamento de Gestão do Conhecimento
  3. Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Mineral
  4. Departamento de Desenvolvimento Mineral e Articulação Institucional

- c) Secretaria Executiva Adjunta de Recursos Hídricos
- d) Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental
- e) Secretaria Executiva Adjunta de Florestas e Extrativismo
- f) Secretaria Executiva Adjunta de Compensações Ambientais

#### V - ENTIDADES VINCULADAS

- c) Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS
- d) Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS



Parágrafo único. Os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos têm suas composições, competências e formas de funcionamento disciplinadas em atos específicos, conforme o disposto na legislação aplicável.

### CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 4.º Sem prejuízo de outras ações e atividades previstas em normas legais, regulamentares ou regimentais, as unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS têm as seguintes competências:

I - GABINETE - programação, coordenação, supervisão e execução das atividades de representação política, administrativa e social do Secretário;

II - ASSESSORIA - assistência ao Secretário de Estado, aos Secretários Executivos, aos Secretários Executivos Adjuntos e aos Chefes de Departamento em assuntos técnicos e administrativos; assessoramento aos gestores principais da Pasta em matéria jurídica, por meio de orientação ou mediante emissão de pareceres ou elaboração de outros documentos, em processos ou procedimentos pertinentes às finalidades e competências da Secretaria, com vistas ao controle prévio da conformidade à lei dos atos a serem praticados;

III - DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL - assistência ao Secretário de Estado, aos Secretários Executivos e aos Secretários Executivos Adjuntos na execução de processos de articulação com órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal e com a sociedade civil organizada; recebimento e remessa de documentos e proposições dirigidas aos Conselhos;

IV - SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS - assistência ao Secretário de Estado na supervisão geral das atividades da Secretaria, incluídas as ações das Secretarias Executivas Adjuntas de Recursos Hídricos, de Gestão Ambiental, de Florestas e Extrativismo e de Compensações Ambientais, dos Departamentos de Administração e Finanças e de Gestão e Planejamento e das entidades vinculadas; coordenação e controle das atividades desenvolvidas nos órgãos que lhe são subordinados; auxílio ao Secretário de Estado na definição de diretrizes e no desenvolvimento das ações na área de sua competência;

V - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - supervisão, coordenação e execução, no âmbito da Pasta, das atividades pertinentes a pessoal, material, patrimônio, orçamento, contabilidade, finanças, informática e serviços gerais, em consonância com as diretrizes emanadas dos respectivos órgãos centrais do Poder Executivo;

VI - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - coordenação do processo de formulação das Políticas Estaduais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo estratégias operacionais para o desenvolvimento da programação, monitoramento e avaliação sistêmica de Planos e Relatórios de Gestão; assessoramento às áreas técnicas da SDS na elaboração de projetos e estudos; apoio à gestão descentralizada, além da articulação com outras Secretarias, visando à realização de ações conjuntas e o alinhamento do planejamento; execução de programas de desenvolvimento institucional e de gestão da qualidade, visando à melhoria contínua dos serviços prestados à coletividade;

VII - SECRETARIA EXECUTIVA DE GEODIVERSIDADE - assistência ao Secretário de Estado na supervisão geral das atividades da Secretaria Executiva Adjunta de Geologia, incluídas as ações dos Departamentos de Gestão Sócio-Ambiental, de Gestão do Conhecimento, de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Mineral e de Desenvolvimento Mineral e de Articulação Institucional; articulação das ações competentes no envolvimento de políticas públicas que valorizem o papel do Aço do Amazonas como gestor dos recursos naturais e o fomento à produção mineral sustentável;

VIII - SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS - articulação das ações competentes ao fomento à geração e integração do conhecimento geológico e ao cooperativismo, associativismo e ordenamento das atividades de produção e extração mineral;

IX - DEPARTAMENTO DE GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL - gerência sócio-ambiental dos programas relacionados aos recursos naturais e ao fomento à produção mineral sustentável;

X - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO - coordenação do processo de planejamento e formulação de políticas para o desenvolvimento tecnológico e gestão do conhecimento nas áreas de atuação da Secretaria Executiva de Geodiversidade;

XI - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL - coordenação do processo de planejamento e formulação de políticas para o desenvolvimento da indústria de transformação mineral;

XII - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MINERAL E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL - coordenação do processo de planejamento e formulação de políticas para o desenvolvimento mineral, ordenamento mineiro e articulação institucional;

XIII - SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE RECURSOS HÍDRICOS - coordenação do processo de planejamento e formulação de políticas para o uso sustentável dos recursos hídricos, incluindo a gestão da qualidade da água e o tratamento da água e a captação da água da chuva;

XIV - SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE GESTÃO AMBIENTAL - formulação de políticas de gestão de

Unidades de Conservação e Zoneamento Ecológico Econômico; prestação de serviços de secretariado ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, com a elaboração de pautas e minutas das reuniões, preparo e publicação das resoluções e despacho dos demais expedientes;

XV - SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE FLORESTAS E EXTRATIVISMO - coordenação do processo de planejamento e formulação de políticas para o uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros;

XVI - SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS - coordenação e implementação do processo de planejamento de políticas para as compensações ambientais.

Art. 5.º As atividades administrativas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS serão disciplinadas em Regimento Interno, aprovado por ato do Secretário, que, sem prejuízo de outras matérias, estabelecerá:

I - obrigatoriamente:

a) a denominação e a competência das Gerências;

b) as atribuições dos titulares de cargo comissionado, de cargos de provimento efetivo e de empregos, quando for o caso;

c) a lotação interna dos servidores;

II - facultativamente:

a) o detalhamento das competências estabelecidas nesta Lei para os órgãos da estrutura organizacional da Pasta;

b) o detalhamento das atribuições dispostas nesta Lei para os titulares de cargos de confiança.

### CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

#### SEÇÃO I DO SECRETÁRIO DE ESTADO

Art. 6.º Além das atribuições estabelecidas no artigo 58, § 2.º, da Constituição Estadual, constituem competências do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

I - estabelecer o Plano Anual de Trabalho do órgão e as diretrizes para a Proposta Orçamentária do exercício seguinte;

II - coordenar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual do setor, observadas as diretrizes e orientações governamentais;

III - ordenar as despesas da Secretaria, podendo delegar tal atribuição através de ato específico;

IV - deliberar sobre assuntos da área administrativa e de gestão econômico-financeira no âmbito do organismo;

V - propor aos órgãos competentes a alienação de bens patrimoniais e de material inservível sob administração da Secretaria;

VI - assinar, com vistas à consecução dos objetivos da Secretaria e respeitadas a legislação aplicável, convênios, contratos e demais ajustes com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

VII - solicitar ao Governador a designação ou nomeação, na forma da lei, de servidores substitutos nas hipóteses de impedimentos ou afastamentos legais dos dirigentes titulares das unidades da Secretaria;

VIII - julgar os recursos administrativos contra os atos dos seus subordinados;

IX - sugerir ao Governador alterações na legislação estadual pertinente;

X - aprovar:

a) o Regimento Interno da Secretaria, observado o disposto no artigo 5.º desta Lei;

b) a indicação de servidor para viagens a serviço e participação em encontros de intercâmbio, como parte do programa de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos do organismo;

c) a escala de férias dos servidores e o relatório anual de atividades da Secretaria;

XI - exercer, mediante a avaliação periódica, a supervisão das entidades da Administração Indireta vinculadas à Secretaria, com vistas a assegurar, essencialmente:

a) a realização dos objetivos constantes dos atos de constituição;

b) a harmonia com a política e a programação do Governo no setor;

c) a eficiência administrativa;

d) na sociedade de economia mista, além do disposto nas alíneas anteriores e respeitadas a legislação reguladora:

1. a indicação ao Governador dos representantes do Governo nas Assembleias Gerais e órgãos colegiados de administração ou controle da entidade;

2. a fixação, em níveis competitivos com os critérios de operação econômica, das despesas de pessoal e de administração;

3. a realização de auditorias, a cargo da Controladoria Geral do Estado;

XII - praticar outros atos em razão da competência da Secretaria.

#### SEÇÃO II

a) - substituir os Secretários Executivos, alternada e automaticamente, em seus impedimentos e afastamentos legais;

II - auxiliar diretamente o Secretário de Estado no desempenho de suas atribuições, através da supervisão geral das

atividades da Secretaria e da coordenação e controle das ações dos órgãos de atividades-fim e meio;

III - executar outras ações e atividades que lhes sejam determinadas ou delegadas pelo Secretário de Estado.

### SEÇÃO III DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS ADJUNTOS

Art. 8.º São atribuições dos Secretários Executivos Adjuntos:

I - substituir os Secretários Executivos, alternada e automaticamente, em seus impedimentos e afastamentos legais;

II - auxiliar diretamente os Secretários Executivos no desempenho da supervisão geral das atividades da Secretaria, supervisionando, coordenando e controlando as ações dos órgãos que lhes são subordinados;

III - exercer outras atividades que lhes sejam determinadas ou delegadas pelo Secretário de Estado ou pelos Secretários Executivos.

### SEÇÃO IV DOS DIRIGENTES EM GERAL

Art. 9.º Sem prejuízo do disposto nesta Lei ou no Regimento Interno da Pasta, são atribuições comuns dos dirigentes das unidades que compõem a estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS:

I - gerir as áreas operacionais sob sua responsabilidade;

II - assegurar padrões satisfatórios de desempenho em suas áreas de atuação;

III - zelar pelos bens e materiais sob sua guarda, garantindo adequada manutenção, conservação, modernidade e funcionamento;

IV - promover permanente avaliação dos servidores que lhes são subordinados, com vistas à constante melhoria dos serviços;

V - propor medidas disciplinares, na forma da legislação específica;

VI - julgar os recursos contra atos de seus subordinados, quando caber;

VII - executar outras ações, em razão da natureza da unidade sob sua direção, sob a orientação ou por determinação do Secretário de Estado, dos Secretários Executivos ou dos Secretários Executivos Adjuntos.

### CAPÍTULO V DOS RECURSOS HUMANOS

#### SEÇÃO I DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 10. Com vistas ao funcionamento da SDS, ficam criados o cargo de Secretário Executivo de Geodiversidade e os demais cargos de provimento em comissão, constantes do Anexo Único desta Lei, extintos os cargos especificados no Anexo Único da Lei Delegada n.º 52, de 29 de julho de 2.005.

Parágrafo único. Os cargos comissionados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, serão ocupados, preferencialmente, por servidores da Pasta.

#### SEÇÃO II DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 11. Os servidores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas - Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1.986, e pela legislação específica que lhes seja aplicável.

#### SEÇÃO III DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS

Art. 12. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS poderá, eventualmente, contratar serviços técnico-profissionais especializados de assessorias e consultorias ou serviços profissionais qualificados, sem vínculo empregatício, para a realização de tarefas específicas, por prazo determinado, renovável, no interesse da Administração.

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

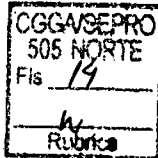
Art. 13. Os mandatos dos membros dos órgãos colegiados deverão coincidir, em qualquer hipótese, com o término do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. As informações referentes à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS somente serão divulgadas mediante autorização do seu Titular ou de seu substituto legal.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Poder Executivo para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

Art. 16. Revogada a Lei Delegada n.º 52, de 29 de julho de 2.005, e as demais disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA  
Governador do Estado





# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS

Manaus, segunda-feira, 09 de março de 2015

Número 32.997 ANO CXXI

## PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR N.º 152, DE 09 DE MARÇO DE 2015

ALTERA, na forma que especifica, a Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS:

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1.º A Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, passa a vigorar com a alteração do Capítulo VI do Título II, e dos artigos 52 e 53 que o integram, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"CAPÍTULO VI

DA RELOTAÇÃO, DA DISPOSIÇÃO E DA REMOÇÃO

Art. 52. Os servidores públicos do Estado do Amazonas poderão ser relotados, postos à disposição ou removidos, de acordo com as normas previstas neste artigo e nas regulamentações específicas, sem prejuízo das normas fixadas para carreiras específicas.

§1.º A Relotação é o ato, de competência exclusiva do Governador do Estado, pelo qual o servidor é movimentado com o cargo, em caráter definitivo, para outro órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Estadual, respeitando as áreas específicas e condicionada à existência do cargo no Quadro da Pessoaal do órgão ou entidade pleiteado, independente da existência de vagas.

§2.º As Disposições dos servidores civis do Poder Executivo - compreendendo as Administrações Direta, Autárquica e Fundacional - para o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado e para outros órgãos ou entidades da Administração Federal, de outros Estados, do Distrito Federal ou das Administrações Municipais, serão concedidas, por ato do Governador, mediante a satisfação dos seguintes requisitos:

I - em se tratando de disposição junto a órgãos ou entidades de outros Poderes, da Administração Federal, de outros Estados, do Distrito Federal ou das Administrações Municipais, o ato concessivo somente será editado se a requisição referir o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II - operar-se-ão, como, regra geral, sem quaisquer ônus para o órgão ou entidade de origem e pelo prazo de doze meses, prorrogável a critério do Chefe do Poder Executivo;

III - operar-se-ão, excepcionalmente, com ônus para o órgão de origem:

a) quando o servidor optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego, estabelecendo-se, no próprio ato, o compromisso de ressarcimento ao Estado do Amazonas, que deverá incluir o ressarcimento da remuneração bruta, bem como dos encargos sociais;

b) desde que presente a reciprocidade de tratamento pelo órgão de destino em situações similares;

IV - terão caráter automático, quando o servidor for nomeado para cargo de provimento em comissão em órgão ou entidade diverso do da sua lotação, no âmbito do Poder Executivo, passando o servidor, a partir da posse, a integrar a folha de pessoal do outro organismo, inclusive para efeito de pagamento do vencimento do cargo efetivo, em caso de opção, na forma estatutária.

§3.º A Remoção é o ato pelo qual o servidor é deslocado de um órgão ou entidade para outro, dentro da mesma repartição, podendo ser feita a seu pedido, por permuta, ou "ex-officio".

Art. 53. Os procedimentos para a concessão da relotação, da disposição e da remoção de servidores serão definidos em regulamento próprio.

Art. 3.º O Poder Executivo promoverá, por intermédio da Casa Civil, no prazo de 30 (trinta) dias, a republicação da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986 e da Lei Complementar n.º 60, de 29 de fevereiro de 2008, com textos consolidados em face das alterações promovidas por esta Lei.

Art. 4.º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de março de 2015.

JOSE MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado  
PAUL ARMONIA ZAIDAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

LEI N.º 4.163, DE 09 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo, define os órgãos e entidades que o integram, o seu quadro de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA  
DO PODER EXECUTIVO

Art. 1.º O Poder Executivo do Estado do Amazonas é composto por órgãos da Administração Direta e por entidades da Administração Indireta, cuja natureza jurídica e denominações são as especificadas a seguir:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

a) GOVERNADORIA:

1. Gabinete Pessoal do Governador
2. Secretaria de Estado da Casa Civil

2.1. Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PEPPP)

3. Fundo de Promoção Social
4. Secretaria de Estado da Casa Militar
5. Controladoria-Geral do Estado - CGE
  - 5.1. Comissão-Geral de Ética
6. Ouvidoria-Geral do Estado
7. Procuradoria-Geral do Estado - PGE
8. Universidade do Estado do Amazonas - UEA
9. Unidade Gestora da Cidade Universitária

b) VICE-GOVERNADORIA:

1. Secretaria Executiva da Vice-Governadoria

c) ÓRGÃOS COLEGIADOS:

1. Conselho de Governo
2. Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM
3. Comitê Estratégico de Acompanhamento da Gestão - CEAG

d) SECRETARIAS DE ESTADO:

1. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
2. Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI
3. Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD

3.1. Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo - CGL;

4. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos

6. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC

7. Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP

8. Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS

9. Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB

10. Secretaria de Estado de Cultura - SEC

11. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA

12. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA

13. Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF

14. Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR

15. Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL

16. Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília - SERGB

16.1 Escritório de Representação do Governo em São Paulo

16.2. Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Governo do Estado - CCRIA

17. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED

18. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM

18.1. Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE

19. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP

20. Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM

21. Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

a) AUTARQUIAS, inclusive sob regime especial

1. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM

2. Imprensa Oficial do Estado

3. Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AM

4. Junta Comercial do Estado - JUCEA

5. Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB

6. Instituto de Pesos e Medidas - IPEM/AM

7. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM

8. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM

9. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM

10. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH

11. Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF

b) FUNDAÇÕES PÚBLICAS

1. Fundação de Medicina Tropical "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"

2. Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia "ALFREDO DA MATTA"

3. Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON

4. Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHEMOAM

5. Fundação Hospital "ADRIANO JORGE"

6. Fundação Hospital do Coração "FRANCISCA MENDES"

7. Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM

### AVISO

Na edição de hoje, por falta exclusiva de matérias, não serão publicadas as cadernos relacionados ao

## PODER EXECUTIVO

8. Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas - FUNTEC

9. Fundação Vila Olímpica "DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA"

10. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAEAM

11. Fundação Funto Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

### c) EMPRESAS PÚBLICAS

#### 1. SOCIEDADE POR AÇÕES

1.1. Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM

#### 2. EMPRESAS UNIPESSOAIS

2.1. Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR

2.2. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS

#### d) SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

1. Processamento de Dados do Amazonas - PRODAM

2. Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA

3. Companhia de Gás do Estado do Amazonas - CIGÁS

§1.º Integram a Administração do Poder Executivo a POLÍCIA CIVIL, a POLÍCIA MILITAR e o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, subordinados diretamente ao Governador do Estado, integrando, para fins operacionais, a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

§2.º O Departamento de Polícia Técnico-Científica, órgão integrante da Polícia Civil e os institutos que o compõem, são dirigidos por Perito e subordinam-se diretamente ao Secretário de Estado de Segurança Pública.

§3.º Integra também a Administração Indireta do Poder Executivo a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA, preservada a natureza jurídica de sociedade de economia mista, e até a formal declaração de sua extinção, condicionada à finalização do processo de municipalização dos serviços de abastecimento de água.

§4.º A Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE ficará vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, a quem compete definir as diretrizes e ações a serem executadas pelo órgão.

Art. 2.º A Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, e a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, são Autarquias sob regime especial, com atividades e funcionamento regulados na legislação própria.

Art. 3.º A expressa referência aos Conselhos especificados no artigo 1.º desta Lei não importa a extinção de outros órgãos colegiados com organização e funcionamento estabelecidos em lei estadual, que integrarão as estruturas internas dos órgãos e entidades do Poder Executivo encarregados da execução das respectivas políticas.

Art. 4.º Os mandatos dos membros dos órgãos colegiados deverão coincidir, em qualquer hipótese, com o término do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5.º É vedado o uso de sigla por fundação pública cuja denominação decorrer de homenagem a personalidade ilustre.

Art. 6.º A estrutura organizacional, a composição, as competências e as formas de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo serão previstas em seus respectivos regimentos internos e estatutos, aprovados por ato do Chefe do Poder Executivo, que, sem prejuízo de outras matérias, estabelecerão:

#### I - obrigatoriamente:

a) as competências fixadas para o órgão ou entidade;

b) a denominação e a competência das unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional do órgão ou entidade;

c) as atribuições dos titulares de cargos comissionados, de cargos de provimento efetivo e de empregos, quando for o caso;

d) a determinação de que as informações referentes ao organismo somente sejam divulgadas mediante autorização de seu titular ou de seu substituto legal;

#### II - facultativamente:

a) o detalhamento das competências específicas para as unidades da estrutura organizacional;

b) o detalhamento das atribuições dispostas nesta Lei, para os titulares de cargos de confiança.

### CAPÍTULO II

#### DOS DIRIGENTES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES

Art. 7.º Os Secretários de Estado são encarregados da gestão das Secretarias do Estado, da definição das políticas executadas pelas Entidades da Administração Indireta que lhes sejam vinculadas e da supervisão dessas ações.

Parágrafo único. As atribuições dos Secretários de Estados Extraordinários serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, por meio da edição de atos específicos.

Art. 8.º Têm responsabilidades, deveres, direitos, garantias, prerrogativas e remuneração de Secretário de Estado, o Chefe do Gabinete Pessoal do Governador, o Secretário Particular do Governador, o Controlador-Geral do

do Estado e do Corpo de Bombeiros Militar, o Presidente da Comissão Geral de Licitação, o Representante do Governo em São Paulo, o Presidente da Comissão de Cooperação e Relações Institucionais do Governo do Estado - CCRIA, o Coordenador-Geral do Comitê Estratégico de Acompanhamento da Gestão e o Secretário-Geral da Unidade Gestora da Cidade Universitária.

Parágrafo único. Têm responsabilidades, deveres, direitos, garantias, prerrogativas e remuneração de Secretário Executivo, o Subchefe do Gabinete Pessoal, o Chefe da Consultoria Técnico-Legislativa da Casa Civil, cargo privativo de advogado, o Subcontrolador-Geral do Estado, o Subprocurador-Geral, o Subouvidor-Geral do Estado, o Vice-Reitor da Universidade do Estado do Amazonas, o Delegado Geral de Polícia Adjunto, os Subcomandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, o Vice-Presidente da Comissão Geral de Licitação, os Subcoordenadores do Comitê Estratégico de Acompanhamento da Gestão e o Coordenador Executivo da UGPE, e, de Secretário Executivo Adjunto, o Coordenador do PROCON, os Chefes-Adjuntos da Consultoria Técnico-Legislativa, o Coordenador do Sistema Prisional e os Subcoordenadores Setoriais da UGPE.

Art. 9.º É mantido o atual sistema de remuneração dos titulares de cargos de confiança, até sua alteração por diploma legal específico.

### SEÇÃO I

#### DAS COMPETÊNCIAS DOS DIRIGENTES

##### SUBSEÇÃO I

#### DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO E DOS PRESIDENTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 10. Aos Secretários de Estado compete:

I - o exercício das atribuições estabelecidas no artigo 58, §2.º, da Constituição Estadual;

II - exercer, além da definição de políticas públicas setoriais, mediante avaliação periódica, a supervisão das entidades da Administração Indireta vinculadas à Pasta.

Art. 11. Constituem competências comuns aos Secretários de Estado, aos demais Dirigentes de órgãos da Administração Direta e aos Presidentes de entidades da Administração Indireta:

I - instituir o Plano Anual de Trabalho do órgão ou entidade, estabelecendo as diretrizes para a Proposta Orçamentária do exercício seguinte;

II - subsidiar a elaboração do Plano Plurianual e da Proposta Orçamentária Anual do setor, observadas as diretrizes e orientações governamentais;

III - ordenar as despesas do organismo, podendo delegar tal atribuição por meio de ato específico;

IV - deliberar sobre assuntos da área administrativa e de gestão econômico-financeira no âmbito do órgão ou entidade;

V - propor aos órgãos competentes a alienação de bens patrimoniais e de material inservível sob a administração do organismo;

VI - assinar, com vistas à consecução dos objetivos do órgão ou da entidade, o respectiva a legislação aplicável, convênios, contratos e demais ajustes com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

VII - indicar ao Governador as nomeações, na forma da Lei, para cargos de provimento em comissão do organismo, ou de seus substitutos, nas hipóteses de impedimentos ou afastamentos legais dos titulares;

VIII - julgar os recursos administrativos contra os atos de seus subordinados;

IX - sugerir ao Governador alterações na legislação estadual pertinente ao órgão ou entidade;

X - elaborar regimento interno ou estatuto do órgão ou entidade, para fins de submissão e aprovação do Chefe do Poder Executivo;

XI - aprovar por ato próprio a intimação interna dos servidores, a escala de férias, a indicação de servidor para viagens a serviço e participação em encontros de intercâmbio, como parte do programa de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos do organismo e o Relatório Anual de Atividades do órgão ou entidade;

XII - executar outras ações e atividades e praticar outros atos, em cumprimento a normas legais e regulamentares ou em razão da competência do órgão ou entidade.

##### SUBSEÇÃO II

#### DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS E DIRETORES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 12. Constituem competências comuns aos Secretários Executivos e Diretores de Autarquias e Fundações:

I - substituir automaticamente o Secretário de Estado ou o Presidente da entidade, em seus impedimentos e afastamentos legais, ou por indicação do Titular, em ato próprio, no caso de existência de mais de um cargo no organismo;

II - auxiliar diretamente o Secretário de Estado ou o Presidente da entidade no desempenho de suas atribuições, através da supervisão geral das atividades do organismo e da coordenação e controle das ações e atividades-fim e meio, conforme sua área de atuação;

Parágrafo único. O Secretário Executivo da Vice-Governadoria exercerá as competências estabelecidas no artigo 11 desta Lei.

### SUBSEÇÃO III

#### DOS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS ADJUNTOS

Art. 13. Compete aos Secretários Executivos Adjuntos:

I - substituir automaticamente o Secretário Executivo a que estejam subordinados, em seus impedimentos e afastamentos legais, ou por indicação do Titular da Pasta, em ato próprio, em caso de existência de mais de um cargo no organismo;

II - auxiliar diretamente o Secretário Executivo no desempenho de suas atribuições, exercendo a supervisão, a coordenação e o controle das ações dos órgãos que lhes são subordinados;

III - executar outras atividades que lhes sejam determinadas ou delegadas pelo Secretário de Estado ou pelo Secretário Executivo a que estiverem subordinados.

### CAPÍTULO III

#### DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 14. Os quadros de cargos de confiança, de provimento em comissão e de funções gratificadas dos órgãos da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta são os fixados no Anexo I desta Lei.

§1.º Os quadros de cargos de confiança, de provimento em comissão e de funções gratificadas da Secretaria de Estado da Casa Civil, previstos na Lei Delegada n. 120, de 18 de maio de 2007, e suas posteriores alterações, passam a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

§2.º O quadro de cargos de provimento em comissão da Fundação AMAZONPREV é o constante do Anexo V da Lei Complementar n. 30, de 27 de dezembro de 2001.

§3.º O quadro de cargos de confiança e de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM é o constante do Anexo Único da Lei Complementar n. 60, de 29 de fevereiro de 2008.

Art. 15. Nos termos do artigo 54, inciso VI, "a", da Constituição Estadual, o Chefe do Poder Executivo, mediante ato próprio, poderá remanejar, de um quadro para outro, os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas previstos no Anexo I desta Lei, de acordo com a necessidade, para fins de organização e funcionamento da Administração Estadual.

Art. 16. As funções gratificadas serão exercidas exclusivamente por titulares de cargos de provimento efetivo designados para atividades de direção, chefia e assessoramento, que farão jus à gratificação de acordo com os níveis e valores constantes desta Lei.

Parágrafo único. A designação e a dispensa de função gratificada constituem competência dos Secretários de Estado e dos Presidentes de Autarquias e Fundações, somente podendo recair a designação em servidor do próprio organismo.

Art. 17. Os servidores dos órgãos e entidades do Poder Executivo são, em regra geral, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas - Lei n. 1.762, de 14 de novembro de 1986, e pela legislação específica que lhes seja aplicável, respeitado o regime jurídico da respectiva vinculação ao serviço público.

Art. 18. A vinculação dos órgãos e das entidades da Administração Indireta do Poder Executivo a órgãos da Administração Direta e a Secretarias de Estado, para fins de supervisão, é a constante do Anexo III desta Lei.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. É mantido o atual sistema de remuneração dos titulares de cargos comissionados, até sua alteração por diploma legal específico.

Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão de Assessor Técnico farão jus à remuneração de R\$7.000,00 (sete mil reais), composta de representação e vencimento, nos valores de R\$6.000,00 (seis mil reais) e R\$1.000,00 (um mil reais), respectivamente.

Art. 20. Em virtude da reestruturação administrativa, promovida por esta Lei, ficam:

I - extintos os seguintes órgãos e entidades:

a) Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais Populares - SEARP, cujas atividades serão absorvidas pela Secretaria do Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC;

b) Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECTI, cujas atividades serão absorvidas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI;

c) Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos - SEMGRH, cujas atividades serão absorvidas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI;

d) Unidade de Gestão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - UGP, Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - UGPI e Unidade de Gestão do Programa de Aceleração do

e) Unidade Gestora de Desenvolvimento e Integração da Região Sul de Manaus e a Unidade de Gestão Metropolitana de Manaus - UGM/SMM, cujas atividades serão absorvidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMIV;

f) Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação - UGMUC, cujas atividades serão absorvidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA;

g) Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM, cujas atividades serão absorvidas pela Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF;

II - transformados os seguintes órgãos:

a) AGENCIA DE COMUNICACAO SOCIAL - AGECOM em Secretaria de Estado de Comunicação Social - SECOM;

b) SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - SEJUS em Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC;

c) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS em Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA;

d) Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS em Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS;

e) Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN em Secretaria de Estado do Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANTCI.

Art. 21. Em razão das extinções e transformações promovidas pelo artigo anterior e observadas as correspondências estabelecidas no referido dispositivo, ficam transferidos dos órgãos ou entidades extintos para os órgãos que absorverem suas atividades, bem como para os órgãos transformados:

I - as finalidades e competências definidas em normas e legislações específicas;

II - a representação do Estado do Amazonas, com os direitos e as obrigações consequentes, nos contratos, convênios e demais ajustes firmados, ficando o órgão que absorverá as atividades autorizado a celebrar os necessários termos aditivos;

III - as dotações ou créditos específicos consignados no Orçamento do Poder Executivo, nos termos de ato específico, bem como eventuais obrigações financeiras remanescentes, além dos bens patrimoniais móveis e imóveis dos órgãos e entidades extintos, especificados em inventário sob a supervisão de servidor designado pelo titular da Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD;

IV - os cargos de provimento efetivo, integrantes do Quadro Permanente de Pessoal, do Quadro Adicional de Pessoal e do Quadro Suplementar, e as respectivas tabelas de remuneração, quadro de descrição de cargos e quadro de transposição de cargos, constantes dos Anexos I, II, III e IV da Lei n. 3.510, de 21 de maio de 2010.

§1.º As extinções e transformações de órgãos e entidades promovidas por esta Lei terão vigência a partir de 31 de março de 2015.

§2.º Os servidores titulares de cargos de provimento efetivo dos órgãos ou entidades extintos, serão relacionados nos órgãos cuja correspondência está estabelecida no artigo anterior.

Art. 22. Além das extinções e transformações de órgãos e entidades referidas no artigo anterior, ficam promovidas as seguintes modificações na estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual.

I - transferência do Conselho Estadual de Energia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente para a Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANTCI;

II - criação da Secretaria Executiva Adjunta de Compras e Contratos na Secretaria de Estado do Administração e Gestão - SEAD, com a finalidade de promover a formulação da política de compras do Estado;

III - transferência do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA para a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC.

Art. 23. A Secretaria Executiva do Orçamento, bem como suas competências e finalidades fixadas em lei própria, ficam transferidas da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para a Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANTCI.

Parágrafo único. As atividades e competências definidas para a antiga Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, serão executadas pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANTCI.

Art. 24. Ficam transferidas para a Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF as seguintes competências:

I - a prestação de auxílio técnico nos procedimentos de desapropriações de interesse do Estado, compreendendo a identificação e avaliação dos imóveis expropriandos, bem como a elaboração dos documentos necessários à instrução dos processos de desapropriação;

Parágrafo único. Em razão do disposto neste artigo, ficam revogados os Incisos I e II do parágrafo único do artigo 3.º, da Lei Delegada n. 99, de 18 de maio de 2007.

Art. 25. A Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres fica transferida para a estrutura da Secretaria do Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC.

Art. 26. As atividades e competências relativas à administração do sistema penitenciário constantes da antiga Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS ficam transferidas para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP.

Art. 27. Compete à Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS a coordenação e articulação do Programa "Todos Pela Vida".

Art. 28. Fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias para que os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual apresentem propostas de novo regimento interno ou estatuto, contemplando as adequações e reduções no quadro de cargos previstas nesta Lei.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário, ficando preservadas as disposições legais que não conflitem com o disposto nesta Lei, enquanto não forem editados os regimentos internos ou estatutos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPAS, em Manaus, 09 de março de 2015.

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA  
Governador do Estado

RAUL ARIMONIA ZADAN  
Secretário de Estado Chefe de Casa Civil

ANEXO I  
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

PART 1

FUNDO DE PROMOÇÃO SOCIAL - FPS		
CARGOS DE CONFIANÇA		
Quantidade	Cargo	Simbologia
03	Secretário Executivo	-
04	Secretário Executivo Adjunto	
01	Diretor de Administração, Orçamento e Finanças	
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
Quantidade	Cargo	Simbologia
16	Assessor Técnico	-
01	Chefe de Gabinete	AD-1
12	Assessor I	
12	Assessor II	AD-2
12	Assessor III	AD-3

PART 2

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR		
CARGOS DE CONFIANÇA		
Quantidade	Cargo	Simbologia
01	Secretário de Estado Chefe da Casa Militar	
01	Secretário Executivo	
01	Secretário Executivo Adjunto	
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
Quantidade	Cargo	Simbologia
01	Chefe de Gabinete	AD-1
08	Assessor I	
03	Ajudante de Ordem	
04	Chefe de Departamento	AD-2
10	Gerente	
15	Assessor II	

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR			
FUNÇÕES GRATIFICADAS			
QUANTIDADE	FUNÇÃO	SIMBOLOGIA	VALOR (R\$)
06	BATEDORES	FG-1	2.400,00

PART 3

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO		
CARGOS DE CONFIANÇA		
Quantidade	Cargo	Simbologia
01	Controlador-Geral	

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
Quantidade	Cargo	Simbologia
01	Chefe de Gabinete	AD-1
02	Chefe de Departamento	
01	Secretário da Comissão Geral de Ética	
01	Consultor-Chefe	AD-2
01	Auditor-Chefe	
03	Assessor I	
07	Auditor	AD-3
05	Gerente	
03	Assessor II	
09	Assessor III	

PART 4

OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO		
CARGOS DE CONFIANÇA		
Quantidade	Cargo	Simbologia
01	Ouvidor-Geral	
01	Subouvidor-Geral	
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
Quantidade	Cargo	Simbologia
01	Chefe de Gabinete	AD-1
03	Chefe de Departamento	
03	Assessor I	
17	Gerente	AD-2
14	Assessor II	
07	Subgerente	
64	Assessor III	AD-3
52	Assessor IV	
		AD-4

PART 5

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO		
Quantidade	Cargo	Simbologia
08	Assessor Especial	AD-1
08	Coordenador	
01	Assessor Contábil	
01	Assessoria de Engenharia	AD-2
08	Gerente	
01	Secretário do CPE	
13	Assessor II	AD-4
06	Assessor IV	

PART 6

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPAS - UEA			
CARGOS DE CONFIANÇA			
Quantidade	Nomenclatura do Cargo/Função	Simbologia Cargo Comissionado	Simbologia Função Gratificada
1	Reitor		FGUEA.1
1	Vice-Reitor		FGUEA.2
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS			
Quantidade	Nomenclatura do Cargo/Função	Simbologia Cargo Comissionado	Simbologia Função Gratificada
06	Pró-Reitor	UEA.1	FGUEA.3
01	Procurador Chefe	UEA.2	FGUEA.4
06	Diretor da Escola	UEA.3	FGUEA.5
06	Diretor do Centro	UEA.3	FGUEA.5
10	Diretor de Curso Suplementar	UEA.3	FGUEA.5
01	Controlador-Geral de Qualidade do Ensino	UEA.3	FGUEA.5
01	Auditor Chefe	UEA.3	FGUEA.5
01	Chefe de Gabinete	UEA.3	FGUEA.5
01	Assessor de Relações Internacionais	UEA.3	FGUEA.5
26	Coordenador	UEA.4	FGUEA.6
23	Assessor Técnico Nível I	UEA.5	FGUEA.7
11	Secretário Acadêmico	UEA.5	FGUEA.7
02	Secretário de Gabinete	UEA.5	FGUEA.7
20	Assistente de Gabinete	UEA.7	FGUEA.9
27	Assessor Técnico Nível II	UEA.7	FGUEA.9
15	Gerente de Núcleo	UEA.6	FGUEA.8
56	Gerente	UEA.7	FGUEA.9



#### SEÇÃO IV DA ASSESSORIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS

Art. 8º - À Assessoria do Conselho Estadual de Desportos, compete a execução de tarefas de ordem técnica e de ordem jurídica, bem como o exercício de outras atribuições fixadas em lei ou determinadas pela autoridade competente.

#### CAPÍTULO IV DOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS

Art. 9º - Aos membros do Conselho Estadual de Desportos compete:

I - representar, por designação da Presidência ou do Plenário, o Conselho Estadual de Desportos, junto às entidades de prática de desportos, em suas competições e festividades;

II - relatar, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, os processos que lhes forem distribuídos, podendo esse prazo ser reduzido para até 5 (cinco) dias, quando o Plenário do Conselho Estadual de Desportos considerar o assunto de urgência;

III - propor, sob a forma de requerimento, ao Conselho Estadual de Desportos, medidas que visem a melhoria dos desportos em geral;

IV - comparecer às reuniões do Conselho Estadual de Desportos, justificando, previamente, a ausência ou impedimento;

V - aceitar os encargos e as comissões para os quais forem designados;

VI - intervir, eventualmente, quando necessário, a bem da ordem desportiva, para resolver situações imprevistas entre esportistas, entidades de administração ou entidades de prática de desportos.

#### CAPÍTULO V O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS

Art. 10 - O Conselho Estadual de Desportos, reunir-se-á ordinariamente, pelo menos em 8 (oito) sessões mensais, em dias previamente fixados pelo Plenário, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, para deliberar sobre assuntos relevantes, de urgência comprovada.

Parágrafo Único - As sessões extraordinárias não serão remuneradas.

Art. 11 - As deliberações do Conselho Estadual de Desportos, serão sempre tomadas por maioria dos conselheiros presentes, bastando o comparecimento à reunião de, no mínimo 4 (quatro) de seus membros.

Art. 12 - O Presidente do Conselho Estadual de Desportos é o coordenador dos trabalhos, cabendo-lhe, nas reuniões, a orientação dos debates e o encaminhamento das votações.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, as reuniões serão presididas pelo conselheiro mais idoso.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - O membro do Conselho Estadual de Desportos, exerce função considerada de interesse público, e sua participação nas reuniões ordinárias mensais, está fixada em 8 (to), não sendo remuneradas as sessões extraordinárias.

Art. 14 - Ao membro do Conselho Estadual de Desportos é assegurada a concessão de documento de identificação próprio, para ser usado durante o exercício do mandato, garantindo o livre acesso às sedes das entidades estaduais de administração e de prática de desportos, bem como aos locais de competições ou jogos, realizados no Estado, na forma da legislação federal e estadual vigente.

Art. 15 - O Conselho Estadual de Desportos, por meio da Presidência, poderá requisitar a cooperação dos órgãos estaduais ou municipais de segurança e de fiscalização, nas áreas de desporto, de lazer, de saúde, de ensino, de meio ambiente e fazendária, para o estudo e concretização de medidas decorrentes do exercício do poder de polícia e controle dentro do âmbito da competência legal do órgão.

Art. 16 - Qualquer cidadão é parte legítima para representar, perante o Conselho Estadual de Desportos, para apuração de irregularidade praticada por pessoa física ou jurídica ligada ao desporto, em prejuízo ao sistema desportivo estadual, entidades de administração e de entidades de prática de desportos, assegurando-se o amplo direito de defesa.

Art. 17 - O Conselho Estadual de Desportos possui autonomia administrativa e funcional, constituindo-se as despesas para seu funcionamento pleno, em uma unidade orçamentária.

Art. 18 - Os casos omissos neste Regimento, serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Estadual de Desportos, encaminhando-se, quando for o caso, à autoridade competente.

Conselheiro ARNALDO DOS SANTOS ANDRADE

Conselheiro ALBERTO DOS SANTOS PUGA BARBOSA  
Conselheiro FLAVIANO LIMONGI  
Conselheiro ANTÔNIO CARLOS DA SILVA  
Conselheiro ANTÔNIO PRUDENTE COSTA  
Conselheiro OTÁVIO AUGUSTO ANÍBAL CATTANI FANALI  
Conselheiro ORLANDO REBELO

DECRETO Nº 17.197, DE 22 DE MAIO DE 1996.

APROVA a Pauta de Valores Básicos das Terras de Domínio do Estado do Amazonas, para efeito de alienação e a Tabela de Valores dos Serviços Prestados pelo IFAM, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do artigo 54, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.330 de 29 de maio de 1995 e Decreto nº 16.591, de 07 de julho de 1995.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas a Pauta de Valores Básicos das Terras Estaduais (Anexos I e II) e os Coeficientes Incidentes sobre o valor Básico da Terra (Anexo III), para alienação de terras Públicas rurais e urbanas e de expansão urbana do Município de Manaus, sob jurisdição do Estado do Amazonas, bem como a Tabela de Valores dos Serviços Prestados pelo Instituto Fundiário do Amazonas - IFAM (Anexo IV).

Art. 2º - O valor Básico da Terra Nua por metro quadrado (m2) ou hectare (ha) e o Preço dos Serviços Prestados, de que trata o artigo anterior, serão expressos em UBA ou outro índice que a venha substituir.

Art. 3º - O valor da Terra Estadual (VT) será calculado aplicando-se a seguinte fórmula:

$VT = (A \times Vtn) + Ct$ , onde:

$VT$  = Valor da Terra Estadual;  $A$  = Área

$Vtn$  = Valor Básico da Terra Nua; (parágrafo 1º do Art. 3º)

$Ct$  = Custo de Serviços Técnicos (Parágrafo 3º do Art. 3º)

§ 1º - Para obtenção do Valor Básico da Terra Nua, usar-se-á a seguinte fórmula:

$Vtn = vt \times L \times D \times P$ , onde  $vt$  é o valor da terra por m2 ou ha (Anexos I e II);

$L$  = Coeficiente de Localização (Anexo II);

$D$  = Coeficiente de Dimensão (Anexo III); e

$P$  = Coeficiente de Potencialidade Aparente da Área (Anexo III).

§ 2º - O valor Básico da Terra ( $vt$ ) para os lotes urbanos de Manaus, situados em bairros criados após a Lei nº 283, de 12 de abril de 1995 e Decreto nº 2.924, de agosto de 1995, será estabelecido em conformidade com o Bairro que lhe deu origem.

§ 3º - O cálculo do Custo de Serviços Técnicos ( $Ct$ ) será feito utilizando-se a expressão:

$Ct = (n \times t \times d) + T + Ce + Co$ , onde:

$n$  = Número de funcionários nos trabalhos de campo;

$t$  = Tempo para o Trabalho de Campo;

$d$  = Valor de Diária;

$T$  = Custo de Transporte;

$Ce$  = Custo de Serviços Contratados;

$Co$  = Custo Operacional Interno.

Art. 4º - O pagamento do valor calculado das Terras Estaduais poderá ser feito em cota única ou parceladamente, conforme opção do requerente.

§ 1º - Para os pagamentos feitos em cota única haverá redução de 20% (vinte por cento) do valor total.

§ 2º - Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo máximo de 05 (cinco) anos para áreas urbanas e de expansão urbanas de Manaus e de 10 (dez) anos para áreas situadas na zona rural.

§ 3º - O parcelamento do pagamento do valor das Terras Estaduais será mensal, para as áreas urbanas e de expansão urbana, e anual, para a área rural, sendo efetuado através de carnê de pagamento, em parcelas de número igual ao de prestações constantes do Termo de Opção de Pagamento do Requerente.

§ 4º - O vencimento das parcelas será no último dia útil de cada mês.

Art. 5º - Nas prestações em atraso incorrerá multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% (hum por cento) ao mês.

Art. 6º - Os valores decorrentes das alienações de terras e das taxas fundiárias serão recolhidos no Banco do Estado do Amazonas S.A., através de Guia de Recolhimento própria e titulação específica a crédito do Instituto Fundiário do Amazonas - IFAM.

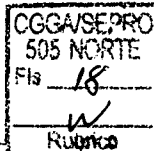
§ Único - Os valores decorrentes das alienações de terras de que trata este Decreto não servirão de base para cobrança de impostos estaduais, os quais deverão ser calculados usando-se tabela própria da Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ.

Art. 7º - Fica revogado o Decreto nº 16.071, de 09 de junho de 1994.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
AMAZONINO ARMANDO MENDES  
Governador do Estado

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

SAMUEL ASSAYAG JARAN  
Secretário de Estado da Fazenda



DECRETO Nº 17.198, DE 22 DE MAIO DE 1996

ALTERA o Decreto nº 16.624, de 31 de julho de 1995.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso X, da Constituição Estadual,

#### DECRETA

Art. 1º. O artigo 7º do Decreto nº 16.624, de 31 de julho de 1995, que dispõe sobre a publicidade da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - Para cumprimento do disposto neste Decreto, a SECOM expedirá as normas e instruções que disciplinarão o funcionamento do SICS.

§ 1º - Todas as campanhas e ações de propaganda, exceto as de publicidade legal, assim como os editais de licitação para contratação de serviços de propaganda e promoção, serão procedidos pela SECOM.

§ 2º - A publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Estadual será realizada sob a responsabilidade de cada órgão ou entidade, correndo as despesas por seus respectivos orçamentos."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de maio de 1996.

AMAZONINO ARMANDO MENDES  
Governador do Estado

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

RONALDO LAZARO TIRADENTES  
Secretário de Estado da Comunicação Social

DECRETO Nº 17.199, DE 22 DE MAIO DE 1996

cria a COMISSÃO ESTADUAL DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO - CEZEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos itens II e VIII do Art. 54, da Constituição do Estado e o disposto no artigo 21, inciso IX da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a urgente necessidade de se ordenar o uso do território do Estado assegurando a sua proteção e o uso racional dos recursos naturais, conforme estabelecido na Constituição Estadual, art. 131, caput, buscando assim o seu desenvolvimento de forma sustentada,

CONSIDERANDO ainda que esse ordenamento deve se dar com a participação democrática dos setores governamentais e dos vários segmentos sociais envolvidos, conforme determina a Constituição Estadual em seu artigo 131, § 2º

#### DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico-CEZEE com poderes deliberativos, e representação dos seguintes Órgãos:

I - o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM (Presidência)

II - o Instituto Fundiário do Amazonas - IFAM;

III - a Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN;

VI - a Universidade do Amazonas - UA

VII - a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

VIII - o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

IX - a Superintendência Estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA /AM.

X - a Administração Regional da Fundação Nacional do Índio - FUNAI-AM

XI - o Escritório Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

XII - o Centro de Pesquisa Agro-florestal da Amazônia Ocidental da EMBRAPA - CPAA

XIII - o 8º Distrito do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM

XIV - um representante de organização não governamental da área empresarial;

XV - um representante de organização não governamental da área ambiental; e

XVI - um representante de organização não governamental da área social.

Parágrafo Único - A representação das organizações não-governamentais deverá ser revista anualmente na forma definida no Regimento Interno da CEZEE.

Art. 2º - Compete ao Presidente da Comissão articular-se com as Prefeituras do Estado, com entidades estaduais e federais, com vistas a atingir seus objetivos.

Art. 3º - Cabe à CEZEE, examinar e aprovar, no bojo do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil PP-G7, as prioridades e programas propostos, no Plano Estadual Ambiental - PEA, nos sub-projetos integrados relativos ao zoneamento, bem como o Plano de Gestão Ambiental (PGA) e demais questões pertinentes no âmbito estadual.

Art. 4º - O zoneamento ecológico-econômico, entendido como um processo dinâmico de identificação, controle e avaliação das potencialidades ecológicas e econômicas do território, em área temática a ser definida, deve resultar no estabelecimento de referências para orientação do espaço territorial, com vistas à proteção e uso sustentável dos seus recursos naturais.

§ 1º - Para consecução dos objetivos, o ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO deverá ser:

I - Resultante da identificação, da constatação e da avaliação da realidade territorial;

II - Realizado seguindo um processo dinâmico, com detalhamento, de acordo com as prioridades regionais e locais, e atualização constantes, decorrentes da avaliação de seus referenciais;

III - Fundamentado no enfoque sistêmico, de modo a propiciar a integração dos sistemas bióticos, físicos e antrópicos e dos fatores sócio-econômicos,

produzindo resultados homogêneos que possibilitem a análise integrada da região;

IV - Conduzido considerando os sistemas ambientais e, quando aplicável, a bacia hidrográfica como unidade territorial básica; e

V - Executado de forma interdisciplinar com a participação da sociedade.

§ 2º - No âmbito específico do Subprojeto Integrado do Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PP-G7, o zoneamento ecológico-econômico deverá incluir as seguintes ações:

I - Melhoramento das condições institucionais para a realização do zoneamento ecológico-econômico;

II - Execução do zoneamento ecológico-econômico na escala 1:250.000, podendo detalhar áreas menores, em escalas mais apropriadas, de forma a subsidiar as atividades de licenciamento, monitoramento, controle e fiscalização;

III - Estudo e proposta de mudanças dos instrumentos de política setorial, nos diversos níveis de governo, para induzir a implementação das recomendações do zoneamento ecológico-econômico nas atividades públicas e privadas;

IV - Recomendações de medidas específicas para unidades de intervenção; e

V - Identificação e delimitação de áreas de conservação.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando, revogadas as disposições em contrário. **AMAZONAS, em Manaus, 22 de maio de 1996.**

AMAZONINO ARMANDO MENDES

Governador do Estado

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

(\*) DECRETO DE 07 DE MAIO DE 1996

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso X, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta o teor do Ofício nº 590/96-GS/SEAD, resolve

AUTORIZAR, nos termos do Decreto nº 16.449, de 11.01.96, o afastamento da Dra. ANA HOLANDA GONÇALVES, Diretora do Arquivo Público, para, no período de 07 a 18.05.96, participar na cidade de Curitiba/PR, do XVII Fórum Nacional de Diretores de Arquivos Públicos Estaduais, atribuindo-lhe 05 (cinco) diárias.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus, 08 de maio de 1996.

Desdór: ROBERTO HERNANDES DE ARAÇÃO  
Governador do Estado, em exercício

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

(\*) Reproduzido por haver saído com incorreção no D.O. de 07.05.96

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1996.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso XVII da Constituição Estadual, e tendo em vista o teor do Ofício EMAMTUR nº 471/96-PR, resolve

I - EXONERAR, a pedido, nos termos do artigo 55, inciso I, da Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986, a servidora NILZA MARIA BAPTISTA PIASSA, matrícula nº 153.036-4A, do cargo de Diretora de Administração e Finanças da Empresa Amazonense de Turismo-EMAMTUR, a contar de 7.5.96.

II - NOMEAR, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986, MARIANGELA LAGODANO LEITE A. SODRÉ, matrícula nº 139.752-4A, para exercer o cargo aludido no item I deste Decreto, a contar 7.5.96.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus, 22 de maio de 1996.

AMAZONINO ARMANDO MENDES  
Governador do Estado

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

SAMUEL ASSAYAG NUNAN  
Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1996

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, item XVII, da Constituição Estadual, e

RESOLVE:

I - EXONERAR, a pedido, nos termos do artigo 55, item I da Lei 1.762 de 14.11.86, dos cargos de Assistência Direta do Quadro de Pessoal das Regionais do Interior da Superintendência Estadual de Saúde - SUSAM, a contar de 14 de maio de 1996, as pessoas a seguir mencionadas:

Wilson Ferreira Lisboa, Médico - Mat. 000.243-0A  
Diretor do Hospital de Fonte Boa

DIRETOR DE UNIDADE MISTA - AD-3

Argemiro Alves Faria  
Diretor da Unidade Mista de Santa Izabel do Rio Negro

II - NOMEAR, nos termos do artigo 7º, item II da Lei 1.762 de 14.11.86, nos cargos de Assistência Direta do Quadro de Pessoal das Regionais do Interior da Superintendência Estadual de Saúde - SUSAM, a contar de 17 de maio de 1996, as pessoas a seguir mencionadas:

DIRETOR DO HOSPITAL DE MÉDIO PORTE AD-3

Geraldo Carvalho de Oliveira Junior, Médico, Mat. 148.663-1-A  
Diretor do Hospital de Boca do Acre

Alailson Ferreira Lisboa  
Diretor do Hospital de Fonte Boa

GERENTE DE DIVISÃO DO HOSPITAL LOCAL DE BOCA DO ACRE - AD-4

Antonio Carlos Lopes, Téc. 3ª Classe, Mat. 100.783-7-A  
Gerente da Divisão Administrativo-Financeiro

Nádia Neto de Souza, Enfermeira, Mat. 100.783-1-A  
Gerente da Divisão de Enfermagem

DIRETOR DE UNIDADE MISTA - AD-3

Amós Batista Ferreira, Farmacêutico-Bioquímico, Mat. 150.687-8-B  
Diretor da Unidade Mista de Santa Izabel do Rio Negro

José Sobreira Lima Filho  
Diretor da Unidade Mista de Careiro da Várzea

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus, 22 de maio de 1996.

AMAZONINO ARMANDO MENDES  
Governador do Estado

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NELSON MITSUNAGA TAKANO  
Secretário de Estado da Administração

ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO  
Superintendente Estadual de Saúde

DECRETO DE 22 DE MAIO DE 1996

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, item XVII, da Constituição Estadual, e

RESOLVE:

I - EXONERAR, a pedido, nos termos do artigo 55, item I da Lei 1.762 de 14.11.86, dos cargos de Assistência Direta do Quadro de Pessoal Maternidade Balbina Mestrinho da Superintendência Estadual de Saúde - SUSAM, a contar de 14 de maio de 1996, as pessoas a seguir mencionadas:

DIRETOR DO HOSPITAL DE GRANDE PORTE AD-3

Amparo de Maria Cardoso Amud, Médica - Mat. 004.428-8-A  
Diretora da Maternidade Balbina Mestrinho

GERENTE DE DEPARTAMENTO (LOCAL) AD-3

Maria Elvira da Silva Moral, Médica - Mat. 020.488-6-B  
Departamento de Clínicas

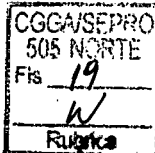
Maria de Lourdes dos Santos Lopes, Enfermeira - Mat. 002.994-7-A  
Departamento de Enfermagem

Ana Ester Vieira Nina, Médica - Mat. 020.430-7-B  
Departamento de Serviços Técnicos

II - NOMEAR, nos termos do artigo 7º, item II da Lei 1.762 de 14.11.86, nos cargos de Assistência Direta do Quadro de Pessoal Maternidade Balbina Mestrinho da Superintendência Estadual de Saúde - SUSAM, a contar de 14 de maio de 1996, as pessoas a seguir mencionadas:

DIRETOR DO HOSPITAL DE GRANDE PORTE AD-3

Luz Alberto Belém Leite, Médico - Mat. 141.209-4-B  
Departamento Administrativo Financeiro





# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO DO AMAZONAS

Manaus, sexta-feira, 31 de julho de 2009

Número 31.642 ANO CXIV

### PODER EXECUTIVO

LEI N.º 3.416, DE 29 DE JULHO DE 2009

INSTITUI o Selo Empresa Amiga da Terceira Idade do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

Art. 1.º Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Terceira Idade a ser concedida à pessoa jurídica que contribuir para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos idosos acima dos 60 (sessenta) anos.

Parágrafo único. Constarão no Selo a identificação do beneficiário, o número e a data desta lei, além dos dados característicos do Selo.

Art. 2.º A pessoa jurídica agraciada com o Selo poderá utilizá-lo na divulgação de seus produtos e serviços.

Parágrafo único. O prazo de validade do Selo será de um ano, a partir da data da concessão.

Art. 3.º O Selo será concedido nas seguintes graduações:

I - no Grau Prata, à pessoa jurídica que contribuir significativamente ou promover campanhas de mobilização em favor de qualquer benefício ao idoso;

II - no Grau Ouro, à pessoa jurídica que contribuir ou manter instituições sem fins lucrativos as quais atendam ao idoso nas áreas de assistência social ou de saúde.

Art. 4.º A pessoa jurídica agraciada receberá o Selo do Governador do Estado ou do seu representante, na presença do Presidente do Conselho Estadual do Idoso.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 de julho de 2009.

Deputado BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE  
Governador do Estado, em exercício

JOSÉ MENO DE OLIVEIRA  
Secretário de Estado de Governo

CARLOS ALEXANDRE MOREIRA DE  
CARVALHO MARTINS DE MATOS  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil,  
em exercício

LEI N.º 3.417, DE 31 DE JULHO DE 2009

INSTITUI o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas - MZEE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Fica instituído o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas - MZEE, que passa a constituir documento balizador do uso e ocupação do solo e da utilização racional dos recursos naturais, cujas diretrizes e critérios passam a nortear as políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à conservação dos recursos naturais.

Art. 2.º A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS ou outro organismo público que venha a substituí-la deverá proceder ao detalhamento das informações contidas no MZEE, executando o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas - ZEE, em escala 1:250.000, em prazo não superior a 03 (três) anos contados da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas passa a orientar as Políticas Estaduais de Desenvolvimento Agrícola, Pecuário, Turismo, Florestal e Mineral com referência ao uso e ocupação do solo, devendo ser atualizado a cada intervalo de 18 (dezoito) meses, até que seja concluído o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado.

Art. 3.º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I - Zoneamento Ecológico-Econômico: instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, que estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (Art. 2.º do Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002);

II - Unidades de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2.º, item I, da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000);

III - Categoria de Uso e Ocupação do Solo: classificação que permite a identificação ampla da forma de uso(s) de determinado território; relaciona-se a aspectos legais, de infraestrutura e ambientais;

IV - Zonas Ecológicas-Econômicas: porções do território que guardam similaridade entre suas características ambientais, sociais e econômicas, as quais os atores envolvidos no processo de zoneamento (Governo e Sociedade Civil Organizada) propõe uma destinação de uso específico. Vinculam-se à categoria de uso e ocupação do solo específica;

V - Desenvolvimento Sustentável: forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a diversidade biológica e os demais atributos ecológicos em benefício das gerações futuras e atendendo às necessidades do presente.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO

Art. 4.º O Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas, doravante denominado MZEE, tem como objetivo geral orientar a formulação de Políticas Públicas, o planejamento e a gestão de atividades do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral, relacionadas ao uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações dos meios físico, biótico e socioeconômico, visando à implementação prática do desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO III

DAS CATEGORIAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DAS ZONAS ECOLÓGICAS - ECONÔMICAS

Art. 5.º Para fins de ordenamento territorial, ficam estabelecidas 3 (três) Categorias de Uso e Ocupação do Solo para o Estado do Amazonas:

I - Usos Consolidados / A Consolidar (1);

II - Usos Controlados (2);

III - Usos Especiais (3).

§ 1.º A Delimitação física das Categorias de Uso e Desenvolvimento Sustentável - SDS, em estudos ambientais anteriores ao MZEE, em verificações *in loco* e obtidos durante Consultas Públicas executadas para construção do MZEE do Estado.

§ 2.º As Categorias de Uso definidas para o Amazonas dividem-se nas seguintes zonas ecológicas-econômicas:

I - Usos Consolidados/ A Consolidar (1): Áreas com Estrutura Produtiva Definida (1.1); Áreas com Aptidão para Ocupação Produtiva (1.2);

II - Usos Controlados (2): Áreas com Alterações da Cobertura Vegetal/ Antropizadas por Ocupação Rural (2.1); Áreas de Uso Múltiplo dos Recursos Naturais de Forma Sustentável (2.2);

III - Usos Especiais (3): Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação (3.1); Unidades de Conservação Instituídas (3.2); Terras Indígenas (3.3); Ecossistemas Frágeis (3.4).

SEÇÃO I

DA CATEGORIA USOS CONSOLIDADOS/ A CONSOLIDAR (1)

Art. 6.º São consideradas como de Usos Consolidados/ A Consolidar (1) as porções do território estadual nas quais se localizam atividades produtivas e de ocupação antrópica dinâmica, que requerem ações de monitoramento frequente, objetivando a sustentabilidade ecológica, social e econômica, que em sua maioria estão sob influência de polos urbanos/regionais bem estruturados, com infraestrutura e serviços de apoio a produção de caráter intensivo e ao desenvolvimento do setor terciário.

Art. 7.º A Zona Ecológica-Econômica Áreas com Estrutura Produtiva Definida (1.1) caracteriza-se como a que apresenta potencialidade e estruturação definida para a ocupação por sedes municipais e assentamentos rurais, atividades produtivas com elevada especialização, para os usos florestal, extrativista, agrícola, pecuário e mineral.

Art. 8.º A Zona Ecológica-Econômica Áreas com Aptidão para Ocupação Produtiva (1.2) caracteriza-se como a que apresenta potencialidade para expansão das atividades produtivas já existentes na sub-região, especialmente às margens de rodovias estaduais, federais e estradas vicinais; para exploração agroextrativista em terra firme e nas planícies alagáveis (várzea e igapós), ocupadas ou não por populações ribeirinhas em colocações e comunidades.

§ 1.º A utilização dos ambientes de várzea indicados pelo MZEE priorizará o manejo de recursos pesqueiros, manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, sistema de produção agrícola familiar, extrativista, cultivo de fibras, criação de pequenos animais e desenvolvimento do turismo, ficando a pecuária condicionada a comprovada aptidão e capacidade de suporte do solo para este fim, excetuando-se as tradicionais regiões onde já se desenvolve a atividade pecuária, nos termos da legislação vigente.

§ 2.º Para fins da cobertura vegetal em áreas de várzea/alagadas definidas na Zona Ecológica-Econômica 1.2, deverá ser tratada em regulamentação específica que destinará o uso sustentável pelas populações tradicionais.

§ 3.º A utilização das áreas situadas às margens das estradas estaduais e federais para atividades de produção agrícola dar-se-á até o limite máximo de 12km contados a partir de cada margem das rodovias e de até 5km máximos contados a partir de cada margem das vicinais, excetuando-se nas áreas integrantes da Categoria de Usos Especiais e nas proximidades de Áreas com Estrutura Definida para Ocupação Produtiva, quando estes limites poderão reduzir ou exceder, respectivamente, os limites estabelecidos conforme indicado pelo MZEE do Estado.

§ 4.º Como forma de ampliar a proteção aos recursos da biodiversidade e assegurar o máximo aproveitamento econômico dos recursos investidos pelo Poder Público na implementação de eixos viários de integração e desenvolvimento no Estado do Amazonas, será apoiada a criação de Unidades de Conservação, ao longo da área de influência das rodovias e trechos de rodovias, com extensão mínima de 60km, resguardadas as áreas destinadas à produção agrícola e a integração de núcleos urbanos ou comunitários às de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, sempre que houver planejamento para abertura de novas rodovias estaduais, as alternativas locais de interligação das mesmas com nucleamentos populacionais urbanos ou

rurais, entendidos como tais as sedes municipais, as áreas rurais, assentamentos rurais, comunidades rurais habitadas por populações tradicionais; e terras indígenas, esta última quando oficialmente manifestado o interesse por seus ocupantes, após consulta formal a ser realizada pela SEINF, ouvida a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

§ 6.º As Unidades de Conservação a serem criadas próximo de estradas vicinais deverão compor mosaico de unidades paralelamente às margens das rodovias, de forma a compor corredor viário de área protegida entre a porção do território a ser economicamente aproveitada (margens das rodovias) e a unidade de Conservação de acordo com a categoria.

§ 7.º Para efeitos desta Lei, as Terras Indígenas constituem-se áreas de Uso Especial e serão aceitas para composição do corredor marginal viário de área protegida, quando localizadas em áreas lineares às rodovias, havendo anuência da população indígena local.

§ 8.º Autorizada a implantação da rodovia pelo Poder Executivo, a SDS tem até 120 (cento e vinte) dias para iniciar os procedimentos de estudo de criação da Unidade de Conservação e consultas públicas exigíveis pelo Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação, para definição da modalidade de Unidade de Conservação de Uso Sustentável mais adequada à situação local.

## SEÇÃO II

### DA CATEGORIA USOS CONTROLADOS (2)

Art. 9.º São consideradas pertencentes à Categoria Áreas de Uso Controlado (2) as porções do território estadual nas quais as atividades produtivas e a ocupação antrópica em medidas de controle ambiental específicas, fiação de assistência técnica e/ou realização/ aplicação de estudos de aptidão e levantamentos de potencialidades naturais para implantação de atividades produtivas, especialmente as consideradas de elevado impacto ao meio ambiente.

§ 1.º Incluem-se na Zona ecológico-econômica Áreas com Alterações da Cobertura Vegetal/ Antropizadas por Ocupação Rural (2.1), áreas nas quais ocorreu supressão vegetal com a consequente exposição dos solos locais, requerendo ações intensivas de recuperação ambiental e as áreas de ocorrência de solos litólicos.

§ 2.º As porções do território amazense pertencentes à Zona ecológico-econômica 2.1 deverão ser mapeadas em prazo não superior a 18 (dezoito) meses contados a partir da promulgação desta Lei, em escala de detalhamento que permita identificar a causa de alteração da cobertura vegetal (1:250.000 ou superior). Os mapeamentos serão acompanhados de diagnósticos, que permitirão o adequado enquadramento destas áreas na Categoria de Uso ou Zona ecológico-econômica correspondentes aos resultados obtidos, ou ainda classificação em novas unidades de uso (Subzonas ecológico-econômica).

§ 3.º Caberá à SDS, com apoio da Comissão Estadual de Zoneamento Sócio-Ecológico-Econômico - CEZEE promover ações com vistas à recuperação ambiental destas áreas, particularmente com referência ao ordenamento territorial local.

§ 4.º As áreas com alteração da cobertura vegetal situadas no interior de Terras Indígenas não estão excluídas do mapeamento/ diagnósticos obrigatórios, devendo os resultados ser objeto de discussão com a população ocupante do território junto a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

§ 5.º Incluem-se na Zona ecológico-econômica Áreas de Múltiplos dos Recursos Naturais de Forma Sustentável áreas ainda não ordenadas, em processos de definição de prioridades para o ordenamento territorial com indicação ao uso sustentável, à conservação da natureza e/ou utilização dos recursos naturais de forma planejada e limitada por normas especiais de controle ambiental.

§ 6.º Considerado a escassez de informações técnicas - científicas relacionadas a estas áreas e a localização pontual daquelas disponíveis, o licenciamento ambiental do uso destas áreas para quaisquer finalidades deverá ser precedido de diagnóstico ambiental da unidade de produção que comprove a aptidão para o uso proposto, até que o zoneamento ecológico-econômico previsto no Art. 2.º desta Lei esteja concluído ao menos na sub-região em que se localiza a área objeto de aproveitamento econômico.

§ 7.º A complexidade do diagnóstico será definida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, em conjunto com a SDS, por ocasião da concessão da Licença Prévia da atividade pretendida.

§ 8.º As sub-regiões do Estado, para efeitos desta Lei, são as estabelecidas pelo Art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, representadas no MZEE por Mapa Temático específico.

## SEÇÃO III

### DA CATEGORIA USOS ESPECIAIS (3)

Art. 10. São consideradas integrantes da Categoria Usos Especiais (3) as porções do território estadual que abrigam Unidades de Conservação Propostas; Unidades de (3.1) e Unidades de Conservação Instituídas (3.2), espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes,

destinadas à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por ação antrópica, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais ou a exploração sustentável dos recursos naturais disponíveis.

Parágrafo único. Estão inseridas na Zona ecológico-econômica (3.1), as porções do território nas quais a União ou o Estado pretende criar Unidade de Conservação e que já foram objeto de todos os procedimentos recomendados pelos Sistemas Nacional e Estadual de Unidades de Conservação - SNUC e Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SEUC, necessitando apenas ser legalmente instituídas em direito.

Art. 12. Estão representadas na Zona ecológico-econômica (3.2) todas as unidades de conservação criadas no Estado, no âmbito federal, estadual e municipal até a data de finalização do MZEE, passíveis de visualização na escala 1:1000000 cedidas pelos órgãos gestores.

Art. 13. A Zona ecológico-econômica (3.3) inclui todas as terras denominadas Indígenas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, excetuadas aquelas que estão apenas em estudo. Esta zona ecológico-econômica reger-se-á pelos ordenamentos Constitucionais Federais e Estaduais pertinentes, e legislação complementar.

Art. 14. São consideradas integrantes da zona ecológico-econômica (3.2) todas as unidades de conservação criadas no Estado, no âmbito federal, estadual e municipal até a data de finalização do MZEE, passíveis de visualização na escala 1:1000000 cedidas pelos órgãos gestores.

§ 1.º A SDS promoverá estudo detalhado onde não houver, das áreas definidas como Ecossistemas Frágeis em prazo não superior a 01 (um) ano contado a partir da publicação desta Lei, a fim de estabelecer normas de uso voltadas à efetiva proteção ambiental das mesmas.

§ 2.º Qualquer interação antrópica nas áreas definidas como Ecossistemas Frágeis, somente será permitida no caso do estudo previsto no parágrafo anterior indicar aptidão natural para o uso pretendido.

## SEÇÃO IV

### DO SISTEMA DE COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 15. O sistema de Coordenação, Execução e Monitoramento do MZEE é composto por um conjunto de órgãos e instituições, com o objetivo de promover a implementação integrada das ações nas Categorias de Uso e Zonas Ecológicas-Econômicas definidas no Mapa Síntese.

§ 1.º Integram o Sistema de Coordenação, Monitoramento, Avaliação e Difusão:

I - a Comissão Estadual de ZEE, como órgão superior;

II - a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN como órgão de coordenação;

III - a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, como Secretaria Executiva do Sistema e órgão responsável pela execução e monitoramento;

IV - os demais órgãos e entidades do Poder Executivo com competência, direta ou indireta, ligadas ao ordenamento territorial e urbano, como órgãos setoriais.

§ 2.º O sistema apoiará o planejamento e a reorientação das decisões e ações do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral, visando à implementação do desenvolvimento sustentável, mediante ações voltadas para:

I - articular e compatibilizar as diversas políticas setoriais e o ordenamento territorial;

II - assegurar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento governamental como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e as diretrizes recomendadas pelo MZEE;

III - promover medidas necessárias à cooperação e articulação das ações públicas e privadas e da população em geral para a gestão territorial no Amazonas;

IV - promover a articulação e cooperação entre o Estado do Amazonas, demais Estados e países fronteiriços, visando à realização de ações integradas concernentes às questões de ordenamento territorial e desenvolvimento;

V - promover a ação contínua e integrada dos órgãos que atuam com gestão territorial para o monitoramento e a fiscalização da ocupação do Estado;

VI - acompanhar o desenvolvimento, a implementação e a revisão do MZEE, a execução do ZEE e de outras políticas de desenvolvimento sustentável para o Estado do Amazonas.

Art. 16. Compete à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, por meio do Laboratório de Geoprocessamento - LAGEO/SDS, armazenar, integrar, gerenciar, atualizar e disponibilizar a base de dados gerada no âmbito do MZEE.

Art. 17. A alteração do MZEE, bem como mudanças nos dados cadastrais das Unidades de Conservação - UCEC, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas - CEMAAM e a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALE.

Parágrafo único. Não se aplicará o prazo estabelecido pelo caput deste artigo, quando as modificações decorrem de aprimoramento técnico-científico, de correção nas falhas ou omissões decorrentes da base cartográfica ou de ampliação de rigor da proteção ambiental das zonas, desde que aprovados pelas CEZEE, CEMAAM e ALE.

Art. 18. A base de dados georeferenciada do MZEE tem como órgão gestor o Laboratório de Geoprocessamento do IPAAM.

Art. 19. Para a efetiva difusão do ZEE serão desenvolvidas ações contínuas em todos os segmentos institucionais e sociais.

Art. 20. Para o cumprimento desta Lei, o Poder Executivo Estadual solicitará ao Federal, sempre que necessário, a criação de Unidades de Conservação em Terras de domínio da União situadas paralelamente às margens de rodovias estaduais e/ou federais.

Art. 21. O Poder Executivo se obriga a garantir recursos financeiros suficientes para implantação das Unidades de Conservação que trata o Art. 7.º, § 3.º e para promoção dos estudos necessários à definição de critérios de proteção ambiental aos Ecossistemas Frágeis.

Art. 22. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses contados a partir da promulgação desta Lei, a SDS deverá proceder à 1.ª revisão do MZEE, devendo a revisão posterior corresponder à data de conclusão do ZEE do Estado.

Parágrafo único. A revisão do MZEE deverá ocorrer anualmente, após a conclusão do ZEE do Estado.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de julho de 2009.

*Eduardo Braga*  
EDUARDO BRAGA  
Governador do Estado

*José Melo de Oliveira*  
JOSE MELO DE OLIVEIRA  
Secretário de Estado do Governo

*Raul Armonia Zaidan*  
RAUL ARMONIA ZAIDAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

## ANEXO ÚNICO

### Ficha técnica cartográfica

### Mapa Síntese do Macro-Zoneamento do Estado do Amazonas

• Base cartográfica: Base vetorial digital escala 1:250.000, Projeto Povoamento das Bases de Dados da Amazônia, fornecida pelo CCSIVAM/IBGE/SIVAM, ano 2.002.

### Informações representadas:

1. Categorias de Uso e Ocupação do Solo, classificadas em acordo a critérios mínimos para elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil, instituídas pelo Decreto N. 4.297/2002 e a Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidas pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (2.006);

2. Zonas Ecológicas-Econômicas do Estado do Amazonas, estabelecidas a partir do cruzamento e delimitação georeferenciada de informações obtidas junto a:

• Órgãos oficiais de ordenamento fundiário: Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

• Órgãos oficiais de execução de políticas de controle ambiental e de desenvolvimento sustentável: Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;

• Órgãos oficiais de execução de políticas indígenas: Fundação Nacional do Índio - FUNAI;



# DIÁRIO OFICIAL

## ESTADO DO AMAZONAS

CGG/SEPRO  
505 NORTE  
Fls. 22  
Rubrica

Manaus, segunda-feira, 12 de setembro de 2011

Número 32.153 ANO CXVII

# PODER EXECUTIVO

(\*) LEI N.º 3.646, DE 08 DE AGOSTO DE 2011

INSTITUI o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da Sub-Região do Purus no Estado do Amazonas, estabelece diretrizes de uso e ocupação do solo e dá outras providências.

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

### CAPÍTULO I

Art. 1.º Fica instituído o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE da Sub-Região do Purus, no Estado do Amazonas, em escala 1:250.000, na forma do disposto no artigo 2.º da Lei nº 3.417, de 31 de julho de 2009, o qual passará a se reger, doravante, pelas diretrizes desta Lei.

Art. 2.º O ZEE da Sub-Região do Purus está constituído por 46 (quarenta e seis) mapas temáticos e 1 (um) mapa síntese, na forma do Anexo Único, que contém informações compatíveis na escala de 1:250.000, elaborados conforme constam no Relatório Executivo do Zoneamento.

Parágrafo único. O ZEE da Sub-Região do Purus passa a orientar programas, planos, projetos e atividade dos agentes privados, de forma vinculada e as políticas públicas como instrumentos de planejamento da ocupação do solo, bem como dos recursos naturais dos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Paulini e Tapauá, no que tange às atividades produtivas atualizadas a cada 5 (cinco) anos.

Art. 3.º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I - Zonas e Subzonas Ecológico-Econômicas: porções do território que guardam similaridade entre suas características ambientais, sociais e econômicas, as quais os atores envolvidos (governo e sociedade civil) recomendam diretrizes de uso e ocupação do solo;

II - Sub-Região do Purus: divisão territorial descrita do artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado do Amazonas, que envolve os Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Paulini, Tapauá e Canutama;

III - Áreas consolidadas: corresponde às atividades produtivas e da ocupação antrópica dinâmica que requerem ações monitoramento frequente, objetivando a sustentabilidade da, social e econômica de áreas que em sua maioria estão à beira de pólos urbanos/regionais bem estruturados, com infraestrutura e serviços de apoio à produção de caráter intensivo e ao desenvolvimento do setor terciário;

IV - Vulnerabilidade ambiental: grau de exposição de determinado ambiente sujeito a diferentes fatores que podem acarretar efeitos adversos, tais como impactos e riscos, derivados ou não de atividades econômicas;

V - Vulnerabilidade natural: a incapacidade do meio ambiente de resistir ou recuperar-se de impactos negativos antrópicos e pressupõe uma situação atual que deve persistir ou se recuperar;

VI - Potencialidade social: o conjunto de condições atuais, medido pelos potenciais produtivo, natural, humano e institucional que determina o ponto de partida de um Município ou uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.

### CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4.º O ZEE da Sub-Região do Purus tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

Art. 5.º A implementação do ZEE da Sub-Região do Purus será realizada pelo Poder Público e estará balizado por diretrizes definidas para as zonas e sub-zonas apresentadas no relatório executivo do ZEE, para efeito de planejamento das ações a serem realizadas nas ZONAS E SUBZONAS

Art. 6.º Para fins de ordenamento territorial ficam estabelecidas 3 (três) zonas e 10 (dez) subzonas, a seguir

indicadas, para efeito de implementação do ZEE da Sub-Região do Purus:

I - Descrição Geral da Zona 1 – Áreas consolidadas de usos agropecuários, agroflorestais, florestais e minerais com graus variáveis de ocupação e eficiência econômica e de vulnerabilidade ambiental que caracterizam as diferentes subzonas:

a) Descrição da Subzona 1.1 – Áreas com alta potencialidade social, dotadas de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas, sobretudo estradas de acesso. Concentram as maiores densidades populacionais e nelas se localizam as maiores aglomerações urbanas. Os custos de oportunidade da preservação já se tornaram excessivamente elevados para garantir a conservação de extensas áreas de floresta fora de unidades de conservação. Aptidão agrícola predominantemente boa, apresentando vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa. Área com potencial para exploração de recursos minerais como argila, areia e seixo;

b) Descrição da Subzona 1.2 – Áreas com média potencialidade social, onde predominam a cobertura florestal natural, em processo acelerado de ocupação, com conversão da floresta. Os processos de ocupação, geralmente, não estão controlados. Aptidão agrícola predominantemente regular. Vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa a média. Presença da área de relevante interesse mineral (polimetálicos) na região sul do município de Lábrea;

c) Descrição da Subzona 1.3 – Áreas com predomínio da cobertura vegetal natural, com alto potencial florestal, média a baixa potencialidade social, com processo de ocupação agropecuário definido e iniciado e baixo percentual de conversão da cobertura vegetal natural, porém pouco controlado. Aptidão agrícola predominantemente restrita. Apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente média. Presença de área de relevante interesse mineral (polimetálicos) na região sul do município de Lábrea;

d) Descrição da Subzona 1.4 – Áreas com alto predomínio da cobertura vegetal natural, com expressivo potencial florestal e baixo potencial social, com processo de ocupação agropecuária ainda de forma bastante incipiente, apresentando baixo percentual de conversão da cobertura vegetal natural. Aptidão agrícola predominantemente baixa e restrita. Apresenta vulnerabilidade natural à erosão predominantemente média a alta. Área com potencial para exploração de recursos minerais como argila, areia e seixo nos arredores das cidades de Boca do Acre, Paulini e Canutama;

II - Descrição Geral da Zona 2 – Áreas com baixo potencial social, alto potencial florestal e de outros recursos naturais, extrativistas, potencial turístico, potencial mineral, alta biodiversidade, e inexpressivo desmatamento:

a) Descrição da Subzona 2.1 – Áreas onde as atividades de conversão da vegetação natural em outros usos são pouco expressivas. O capital natural, sobretudo o florestal, se apresenta ainda, em condições satisfatórias de exploração madeireira e não madeireira. O custo de oportunidade da preservação se mantém entre baixo e médio, com boas possibilidades de conservar o estado natural. O valor das terras florestais pode ser incrementado mediante agregação de valor às espécies florestais, através de boas práticas de exploração. Algumas áreas apresentam alto potencial para o uso alternativo dos recursos naturais remanescentes, tais como serviços ambientais, ecoturismo, geoturismo (praia fluvial e presença de patrimônio paleontológico), extrativismo vegetal, pesca em suas diversas modalidades e agricultura familiar. Presença de área de relevante interesse mineral (provinha de óleo e gás) nos Municípios de Tapauá e Canutama. Presença de área de relevante interesse mineral (polimetálicos) na região sul do Município de Lábrea. Área com potencial para exploração de recursos minerais como argila, areia e seixo nos arredores de todas as sedes municipais;

b) Descrição da Subzona 2.2 – As áreas apresentam potencialidade socioeconômica inexpressiva. Os custos de oportunidade da preservação da floresta natural são baixos, facilitando a conservação das terras florestais no seu estado natural. Área com potencial para a atividade de geoturismo (corredeiras e cachoeiras). Presença de área de relevante interesse mineral (polimetálicos) na região sul do Município de Lábrea. Área com potencial para exploração de recursos minerais como argila, areia e seixo nos arredores das cidades de Lábrea e Paulini;

III - Descrição Geral da Zona 3 – Áreas institucionais, de domínio público ou privadas, de uso especial, regidas por legislação específica, tais como as áreas militares, experimentos científicos, pesquisas, demonstrações e de exploração mineral;

b) Descrição da Subzona 3.2 – São áreas formadas pelas terras indígenas, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal;

c) Descrição da Subzona 3.3 – São áreas de unidades de conservação de uso sustentável, constituídas pelas seguintes categorias estabelecidas nos sistemas nacional e estadual de unidades de conservação (SNUC e SEUC): áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, floresta estadual, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável, reservas particulares do patrimônio natural, reserva particular de desenvolvimento sustentável, estrada, parque e rio cênico;

d) Descrição da Subzona 3.4 – São áreas de unidades de conservação de proteção integral, constituídas pelas seguintes categorias estabelecidas nos sistemas, nacional e estadual, de unidades de conservação (SNUC e SEUC): estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural, refúgio da vida silvestre e parque estadual.

Art. 7.º As descrições das zonas instituídas nos termos do artigo 6.º desta Lei serão adotadas como diretrizes tanto para a segunda aproximação do ZEE do Estado do Amazonas como em sucessivos delineamentos que vierem a ser adotados, em escalas consideradas necessárias ao planejamento.

### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DAS ZONAS E SUBZONAS

Art. 8.º As diretrizes gerais e específicas devem envolver dimensões físico-territoriais, sociais, econômicas e político-institucionais, dentro dos limites de viabilidade de implantação direta ou de apoio às ações de outros atores públicos e privados que converjam para os objetivos desejados com as potencialidades e limitações da Sub-Região, assim indicadas para zonas e subzonas a seguir:

I - Diretrizes Gerais da Zona 1 – Deve-se priorizar e estimular o desenvolvimento das atividades primárias em áreas de florestas já desmatadas ou convertidas para outros usos agropecuários ou agrícolas, com práticas de manejo adequadas dos recursos naturais, especialmente do solo, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta. Deve-se estimular também o manejo sustentável dos recursos florestais e, em particular, o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas, áreas da preservação permanente (matas ciliares e de encostas) e da reserva legal, incluindo o aproveitamento alternativo da vegetação secundária (capoeira). Recomenda-se, ainda, a adoção de políticas públicas compensatórias visando à manutenção dos recursos florestais remanescentes, evitando a sua conversão para sistemas agropecuários extensivos. Deve-se, ainda, buscar a compatibilização das atividades minerais com o desenvolvimento sustentável. Mecanismos financeiros devem ser incentivados para manter os remanescentes de vegetação nativa;

a) Diretrizes da Subzona 1.1 – Recomenda-se priorizar programas de regularização fundiária, implementar políticas públicas voltadas para a manutenção da cobertura vegetal natural, recuperação das áreas de preservação permanente e redimensionamento da reserva legal, somente para fins de recomposição para até 50% (cinquenta por cento), nos termos do artigo 16 da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com redação dada pela Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001, com desmatamento ocorrido até a data de aprovação do Macrozoneamento do Amazonas, bem como a criação de um mecanismo de compensação ambiental convertido para políticas de reflorestamento. Nas áreas desmatadas, é recomendado o estímulo ao reflorestamento e ao incremento da produtividade agropecuária, baseada em técnicas agrícolas mais modernas de conservação dos solos, com incentivos para agroindústrias, de forma a maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta em pé;

b) Diretrizes da Subzona 1.2 – Recomenda-se priorizar o aproveitamento racional dos recursos naturais. Atividades agropecuárias podem ser mantidas, mas não estimuladas a sua expansão. Processos de ocupação necessitam de esforços para a regularização fundiária e controle da exploração florestal e do desmatamento. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção da maior parte da cobertura vegetal natural desta

publicado o caderno relacionado ao  
PODER LEGISLATIVO



subzona, com medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes. Os eventuais desmatamentos incrementais devem estar condicionados às potencialidades e fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural. Nas áreas convertidas é recomendada a implantação de consórcios agroflorestais, reforestamentos e cultivos permanentes de um modo geral;

c) **Diretrizes da Subzona 1.3** – Recomenda-se priorizar o aproveitamento dos recursos naturais. Atividades agropecuárias podem ser mantidas, mas não estimuladas a sua expansão. Processos de ocupação necessitam de esforços para a regularização fundiária e controle da exploração florestal e do desmatamento. Devem ser implementadas políticas públicas para a manutenção da maior parte da cobertura vegetal natural desta subzona, com medidas compensatórias visando à preservação dos recursos florestais remanescentes. Os eventuais desmatamentos incrementais devem estar condicionados às potencialidades e fragilidades naturais e ao uso pretendido, com políticas públicas para o estímulo da manutenção da cobertura vegetal natural. Nas áreas convertidas é recomendada a implantação de consórcios agroflorestais, reforestamentos e cultivos permanentes de um modo geral;

d) **Diretrizes da Subzona 1.4** – Recomenda-se destinar a área ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, agroflorestais, florestais, agroindustriais, dentre outras, nas áreas já antropizadas, com práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e ênfase a sistemas verticalizados e integrados de produção. As eventuais autorizações de desmatamentos incrementais devem ser criteriosas, considerando as características naturais de cada propriedade, em especial a vulnerabilidade à erosão, as potencialidades e fragilidades naturais dos recursos naturais e ao uso pretendido. De um modo geral, devem ser estimulados os usos alternativos dos ecossistemas, sem a conversão da vegetação natural, além da recuperação dos remanescentes florestais e outras formações naturais e a recuperação das áreas degradadas e de irradiação permanente. Estas áreas apresentam potencial para aproveitamento de produtos madeireiros e não-madeireiros. Nas áreas desmatadas é recomendado o desenvolvimento de atividades que contribuam com a proteção e manejo dos solos, tais como os reforestamentos, consórcios agroflorestais e cultivos permanentes de um modo geral;

ii – **Diretrizes Gerais da Zona 2** – Recomenda-se priorizar a zona para usos controlados sob regime de manejo sustentável e serviços ambientais;

a) **Diretrizes da Subzona 2.1** – Recomenda-se priorizar o aproveitamento racional dos recursos naturais, evitando a conversão da cobertura vegetal natural para outros usos. As atividades agropecuárias existentes podem ser mantidas, sem expansão. As áreas de campos naturais podem ser utilizadas, sob manejo adequado, observando as suas características específicas. De um modo geral, devem ser fomentadas as atividades de manejo florestal e do extrativismo, especialmente pelas comunidades tradicionais, além do ecoturismo e a pesca em suas diversas modalidades de forma não predatória. As áreas localizadas nas várzeas e terras firmes marginais aos rios são indicadas para o aproveitamento de atividades pesqueiras, agroflorestais e para o ordenamento e desenvolvimento do extrativismo vegetal (óleos, gomas, látex, frutos, raízes, etc.) em suas diversas modalidades;

b) **Diretrizes da Subzona 2.2** – Recomenda-se a conservação da natureza, em especial da biodiversidade, com potencial para atividades científicas e econômicas de baixo impacto ambiental sob manejo sustentável. O aproveitamento destas áreas deve se desenvolver sem conversão da cobertura vegetal natural e, quando extremamente necessário, somente em pequenas áreas para atender à subsistência familiar. As áreas já convertidas deveriam ser direcionadas para a recuperação. É vedada também a criação de áreas protegidas de domínio público ou privado, devido às características específicas de sua diversidade, de seus habitats e de sua localização em relação ao contexto ecológico regional;

iii – **Diretrizes Gerais da Zona 3** – As diretrizes gerais para o uso e restrições nesta zona são definidos por legislação específica;

a) **Diretrizes da Subzona 3.1** – Estas áreas têm o seu uso definido e controlado por instituições públicas e legislação específica para cada caso, incluindo planos de uso e aproveitamento dos recursos naturais, responsabilidades, direito de propriedade e de exploração. Dentre outros, a definição do uso destas áreas devem seguir a legislação ambiental. Recomenda-se a adoção de políticas públicas compensatórias visando à manutenção dos recursos florestais e pesqueiros e incentivos ao manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, ao manejo de fauna silvestre, e a contenção da expansão da agricultura de grande escala, por meio de adoção de práticas agroflorestais e cultivos permanentes. Onde couber, conforme definições dos planos de gestão, também devem ser adotadas políticas de incentivo ao ecoturismo e ao pagamento por serviços ambientais, com especial ênfase aos serviços de proteção à biodiversidade e às culturas tradicionais. Políticas nacionais e estaduais de fomento à pesquisa científica devem considerar editais diferenciados para esses espaços protegidos;

b) **Diretrizes da Subzona 3.2** – As terras indígenas constituem patrimônio da União e se sujeitam às determinações do art. 231 da Constituição Federal e legislação federal específica;

c) **Diretrizes da Subzona 3.3** – Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os recursos não renováveis, ao manejo da fauna silvestre, e a contenção da expansão da agricultura de grande escala, por meio de adoção de práticas agroflorestais e cultivos permanentes. Onde couber, conforme definições dos planos de manejo/gestão, também

devem ser adotadas políticas de incentivo ao ecoturismo e ao pagamento por serviços ambientais, com especial ênfase aos serviços de proteção à biodiversidade e às culturas tradicionais. Políticas nacionais e estaduais de fomento à pesquisa científica devem considerar editais diferenciados para esses espaços protegidos;

d) **Diretrizes da Subzona 3.4** – Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; o uso da terra é limitado às finalidades das unidades instituídas conforme categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC ou no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, sendo permitida, em alguns casos, a visitação pública com fim educacional, pesquisa científica com autorização prévia pelo órgão responsável, assim como turismo ecológico e recreativo de contato com a natureza.

**Parágrafo único.** No Processo de Licenciamento Ambiental, o órgão ambiental deverá observar as indicações de uso da zona e/ou subzona onde o empreendimento requerido se localiza, avaliando a sua compatibilidade face às diretrizes específicas estabelecidas para as zonas de intervenção, assim como a sua localização no mapa ZEE, definido medidas mitigadoras e compensatórias adequadas às diretrizes e restrições estabelecidas para a área de localização do empreendimento.

## CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO

Art. 9.º Ficam aprovados os contornos do ZEE da Sub-Região do Purus no Estado do Amazonas, elaborado com base em cartogramas já preparados na escala de 1:250.000.

§1.º Fica o Poder Executivo autorizado, através de regulamento próprio, a implementar o ZEE de acordo com os cartogramas na escala de 1:250.000, bem como definir as diretrizes e políticas setoriais a ser cumpridas pelo Poder Público com o objetivo de promover o desenvolvimento do Estado e orientar os investimentos e a utilização do território pela população em geral.

§2.º O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, disponibilizará e manterá atualizados, na rede mundial de computadores, em formato digital, a partir da publicação desta Lei, o mapa síntese do ZEE da Sub-Região do Purus, contendo descrições e diretrizes, os mapas temáticos e relatório executivo e, no prazo de 1 (um) ano, publicará em formato analógico ilustrações/cartogramas e documentação descritiva, preferencialmente sob a forma de textos e mapas com linguagem acessível ao público em geral.

§3.º Os cartogramas serão capazes de garantir a identificação e a visualização das seguintes informações consideradas imprescindíveis ao planejamento e à orientação a ser prestada ao público:

- I - Subsídios à Gestão do Território (Mapa Síntese);
- II - Assentamentos;
- III - Eixos de Circulação;
- IV - Degradação Florestal no Período de 2007 a 2009;
- V - Fluxos Água;
- VI - Fluxos Arroz;
- VII - Fluxos Banana;
- VIII - Fluxos Borracha;
- IX - Fluxos Castanha;
- X - Fluxos Cupuçu;
- XI - Fluxos Emergência Médica;
- XII - Fluxos Feijão;
- XIII - Fluxos Madeira;
- XIV - Fluxos Mandioca;
- XV - Fluxos Melancia;
- XVI - Fluxos Migratórios;
- XVII - Fluxos Milho;
- XVIII - Fluxos Pecuária;
- XIX - Fluxos Pesca;
- XX - Fluxos Pupunha;
- XXI - Fundação dos Municípios e Unidades

Socioeconômicas;

- XXII - Geologia;
- XXIII - Geomorfologia;
- XXIV - Pedologia;
- XXV - Pressão da Pesca;
- XXVI - Desmatamento no Período de 2001 a 2009;
- XXVII - Áreas Protegidas;
- XXVIII - Tipos de Ocupação;
- XXIX - Unidades Territoriais Básicas – UTBs;
- XXX - Unidades Socioeconômicas;
- XXXI - Uso da Terra em 1990;
- XXXII - Uso da Terra em 2009;
- XXXIII - Vegetação;
- XXXIV - Vulnerabilidade;
- XXXV - Pólos de Turismo;
- XXXVI - Potencial Mineral;
- XXXVII - Áreas Protegidas e a Situação Fundiária;
- XXXVIII - Situação Fundiária;
- XXXIX - Geodiversidade;
- XL - Infraestrutura Básica e de Apoio;
- XLI - Infraestrutura Para Produção;
- XLII - Unidade da Conservação Estadual;
- XLIII - Unidade de Conservação Federal;
- XLIV - Situação das Terras Indígenas;
- XLV - Terras Indígenas;
- XLVI - Incidência de Potencialidade Produtivas Extrativistas.

§4.º A documentação descritiva conterá esclarecimentos e comentários capazes de ser utilizados de forma objetiva como meio de referência e de orientação para as diretrizes mencionadas no artigo 8.º, serão consideradas variáveis fundamentais:

I - as características geológicas, geomorfológicas, edáficas, faunísticas e da cobertura vegetal, considerando seu potencial

florestal e agrícola, bem como todos os aspectos socioeconômicos das zonas, a fim de identificar as potencialidades e as vulnerabilidades dos ecossistemas sob consideração, bem como a necessidade de atender às necessidades humanas;

II - a definição dos usos atuais, bem como a formulação de recomendações quanto às ações mais adequadas a ser adotadas nas zonas, de acordo com a capacidade e limitações dos recursos ambientais, particularmente do solo, subsolo, águas superficiais e subterrâneas, da flora e da fauna;

III - a proteção ambiental e a conservação das águas, dos solos, do subsolo e dos demais recursos naturais renováveis e não renováveis, em função da ordenação do território, inclusive através da indicação de áreas a ser reservadas para proteção integral da biodiversidade ou para a prática de usos sustentáveis;

IV - a indicação de caminhos alternativos para orientar processos de extrativismo madeireiro e não madeireiro, agricultura, pecuária, pesca e piscicultura, urbanização, industrialização, inclusive madeireira, bem como mineração e outras opções de utilização dos recursos naturais;

V - sugestões quanto à melhor distribuição dos investimentos públicos capazes de beneficiar, prioritariamente, os setores e regiões de menores rendas, bem como as localidades menos favorecidas, a fim de corrigir e superar o desequilíbrio intra-estadual;

VI - medidas destinadas a promover o desenvolvimento do setor rural de forma ordenada e integrada, com o objetivo de melhorar as condições de adaptação das populações ao meio agrícola, inclusive com estabelecimento de diretrizes para implementação da infraestrutura considerada necessária ao fomento dessas atividades;

VII - a necessidade de que os Municípios elaborem e implementem planos diretores e documentos pormenorizados de aplicação das respectivas leis orgânicas para ordenar o desenvolvimento urbano através, dentre outros meios, de estímulo e de cooperação para a efetiva institucionalização dos conselhos municipais de defesa do meio ambiente;

VIII - sugerir medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos Municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, funções conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais mais amplias do que em nível das cidades;

IX - a viabilidade de oferecimento de estímulos com vistas à desconcentração de atividades econômicas, inclusive no que se refere à localização de atividades industriais, sempre com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento econômico através do aproveitamento dos recursos naturais em harmonia com medidas de proteção ambiental, em diferentes pontos do território do Estado;

X - a descentralização administrativa, para que haja uma adequada participação não apenas do Estado do Amazonas, mas dos Municípios e das organizações não governamentais, nas tarefas de implementação do ZEE;

XI - a garantia e o estímulo à ampla participação do público, em todas as etapas de formulação e implementação das diretrizes setoriais para as zonas, inclusive como forma de promover a conscientização de todos os segmentos da sociedade, quanto aos objetivos do zoneamento;

XII - a situação em que se encontra o processo de regularização fundiária das terras indígenas e as variáveis dinâmicas de suas fases consecutivas, em particular a identificação e delimitação, a declaração, e a demarcação, em relação à formulação e implementação do zoneamento.

Art. 11. Fica vedada qualquer alteração dos limites de abrangência das zonas instituídas, bem como das diretrizes de uso e ocupação da terra, antes de decorridos 5 (cinco) anos de vigência desta Lei.

**Parágrafo único.** O prazo estabelecido no caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de regularização fundiária e criação de terras indígenas, bem como quando as modificações decorrerem de aprimoramento técnico-científico, de correção nas falhas ou omissões decorrentes da base cartográfica ou de ampliação de rigor da proteção ambiental das zonas e subzonas e desde que aprovados pela Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico - CEZEE, Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMAAM e Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM.

## CAPÍTULO VI DA COMISSÃO ESTADUAL DE ZONEAMENTO E PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO

Art. 12. A Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico - CEZEE e o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas - CEMAAM serão encarregados de promover as medidas relativas à integração interinstitucional para a realização dos objetivos do ZEE da Sub-Região do Purus, devendo garantir representação a todos os segmentos interessados ou que possam ser afetados pelas medidas adotadas em consequência das diretrizes estabelecidas para desenvolvimento nas Zonas.

Art. 13. Incompatibilidades entre as diretrizes e categorias de uso do ZEE - Sub-Região do Purus e outros instrumentos federais de gestão e ordenamento territorial serão resolvidos pela Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico - CEZEE, sendo ouvido o órgão federal interessado e respeitado o disposto no art. 14 desta Lei.

§2.º As propostas de alteração de limites das zonas somente poderão ser apreciadas quando escoado o prazo de que cuida o artigo 11 desta Lei.

§3.º Pedidos de alteração dos usos e vedações estabelecidos para cada uma das zonas no âmbito das diretrizes setoriais não poderão ser apreciados quando em desacordo com normas de proteção ambiental federais, estaduais e municipais.

§4.º Somente serão apreciadas propostas de alteração das zonas quando observando os critérios adotados para o estabelecimento das diretrizes do ZEE da Sub-Região do Purus do Estado do Amazonas, houver indicativos técnicos com maior nível de detalhes do zoneamento vigente que comprovem a absoluta necessidade de adoção de tais modificações.

§5.º A Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Zoneamento apresentará os pedidos de alteração aos membros da CEZEE e do CEMAAM e os colocará em local visível, para que interessados conheçam sua manifestação.

§6.º A CEZEE receberá eventuais recursos e pedidos de reconsideração relativos a seus pareceres sobre as questões mencionadas no caput deste artigo, no prazo de 10 (dez) dias da sua divulgação, devendo manifestar no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento e encaminhar sua decisão ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. O acesso a crédito e a incentivos fiscais, bem como a outros tipos de investimento, colaboração, apoio e estímulo a empreendimentos deve estar em consonância com as diretrizes do ZEE, bem como com a legislação ambiental vigente.

Art. 16. O Estado deverá articular, com os Municípios e a União, políticas, programas e planos que cumpram com as diretrizes e demais disposições apresentadas no ZEE da Sub-Região do Purus.

§ 1.º O ZEE da Sub-Região do Purus servirá de subsídios à elaboração do Plano Plurianual do Estado, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais dos órgãos e entidades da Administração.

§ 2.º O acesso a crédito e a incentivos fiscais, bem como a outros tipos de investimento, colaboração, apoio e estímulo a empreendimentos deve estar em consonância com as diretrizes

do ZEE da Sub-Região do Purus, bem como a legislação ambiental vigente.

§ 3.º O Poder Executivo desenvolverá o sistema e os mecanismos para a integração, avaliação e monitoramento dos planos, programas e projetos de que trata o caput deste artigo conforme regulamento.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a buscar recursos externos para dar suporte à administração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE.

Art. 17. O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias.

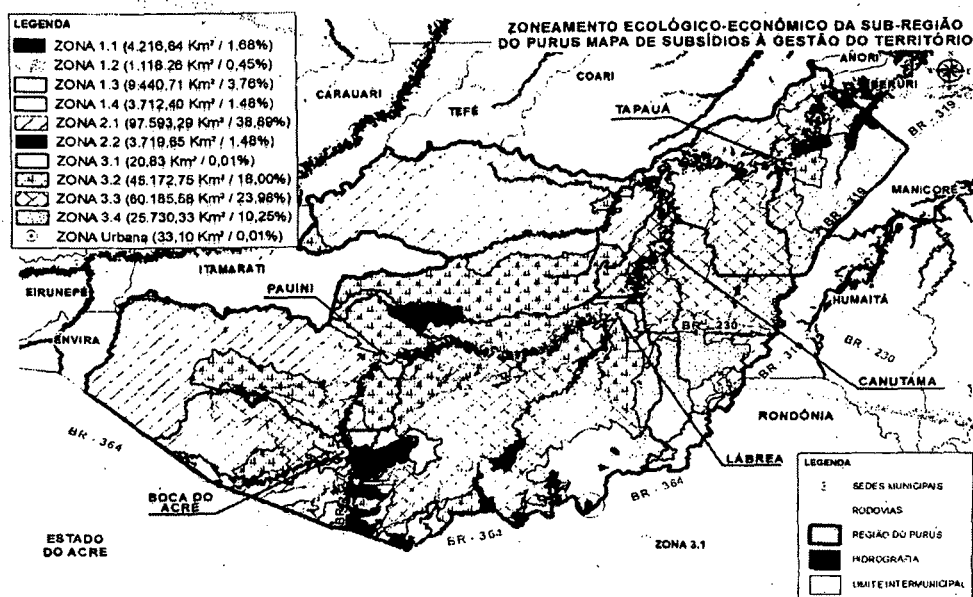
Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 08 de agosto de 2011.

JOSE WILSON OLIVEIRA  
Governador do Estado, em exercício  
RODOLFO ARMONI SAIDAN  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

(\*) Reproduzida por haver sido publicada com incorreção no Diário Oficial do Estado, edição do dia 08.08.2011.

#### ANEXO ÚNICO



#### DECRETO Nº 31.615, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011.

ABRE crédito adicional suplementar que específica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.571 de 23 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta, crédito adicional suplementar no valor de R\$283.248,00 (DUZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS), para atender à dotação indicada no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - O recurso necessário à execução do disposto no artigo anterior decorrerá de Excesso de Arrecadação, Fonte 280 - Convênios, a se verificar no Exercício Financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ  
Governador do Estado do Amazonas

ISPER ABRAHIM LIMA  
Secretário de Estado da Fazenda

#### ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO

18000 SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL									
18001 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS									
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	COO RESERVA	TIPO DE AÇÃO	POUNCE E ENCARGOS	ALIMOS E ENCARGOS DA UNICA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES	AMORTIZACAO DA UNICA	
FISCAL									
3199 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO AMAZONAS - PROATER/AM									
2295 Assistência Técnica, Extensão Rural e Florestal para Agricultores Familiares, Produtores, Criadores e suas Organizações									
20 606 3199 1295 0001 A 280 4490									283.248,00
TOTAL									283.248,00
TOTAL POR SECRETARIA									283.248,00

específica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Indireta

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização

Ministério do Meio Ambiente  
SEPRO/DSG/CGSG/CGGA  
CONFERIDO

Processo autuado com 24 peças(s)

Data: 15/09/2015

Wilmington Chaves  
Servidor





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

**NOTA TÉCNICA nº 14 /2015/GAB/SEDR/MMA**

Brasília/DF, 15 de setembro de 2015.

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, por meio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por meio da SEMA, visando a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira.

**1. DESTINATÁRIO**

Consultoria Jurídica – CONJUR

**2. INTERESSADO**

Departamento de Zoneamento Territorial – DZT

**3. REFERÊNCIA**

**3.1.** Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

**3.2.** Decreto s/nº de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, e dá outras providências.

**3.3.** Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.

**3.4.** Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas para a cooperação entre os entes da federação no exercício da competência comum relativa ao meio ambiente, prevista no artigo 23 da Constituição Federal de 1988.

**3.5.** Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER**

**4.1.** Trata-se, a presente Nota Técnica, da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

**4.2.** A SEMA, por meio do Ofício SEMA nº 810/2015-GS, de 26 de agosto de 2015, formalizou seu interesse em estabelecer o ACT em tela, visando a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal e do próprio estado. Para isso, a SEMA encaminhou uma minuta do Acordo de Cooperação Técnica e do respectivo Plano de Trabalho a ser cumprido durante os 24 meses de vigência do ACT.

**4.3.** O Ofício SEMA nº 810/2015-GS encaminhou, também, como anexos, (i) a documentação do Secretário da SEMA, Antônio Ademir Stroski: decreto de nomeação e informações pessoais (documento de identidade, CPF e comprovante de endereço), (ii) a lei delegada nº 66, de 09 de maio de 2007, que dispõe sobre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS, hoje denominada SEMA, conforme disposto na lei nº 4.163, de 09 de março de 2015, também anexada ao processo), (iii) o decreto nº 17.199, de 22 de maio de 1996, que cria a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico, (iv) a lei nº 3.416, de 31 de julho de 2009, que institui o MacroZEE do Estado do Amazonas, e (v) a lei nº 3.645, de 08 de agosto de 2011, que institui o ZEE da Sub-região do Purus.

**4.4.** No Estado do Amazonas, foi formulado, em 2003, o Programa Zona Franca Verde, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária ecologicamente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis. Ao mesmo tempo, como parte das ações mais abrangentes desenvolvidas pelo estado no âmbito do Programa Zona Franca Verde, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Sul do Estado do Amazonas, abrangendo os municípios da Sub-região do Madeira.

**4.5.** Dentre as ações prioritárias estabelecidas pelo Programa Zona Franca Verde, e pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Sul do Estado do Amazonas, em particular, encontra-se a elaboração do zoneamento ecológico-econômico, entendido como instrumento para indicar a melhor utilização do território em bases sustentáveis e contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, os sistemas agroflorestais, a agricultura de base ecológica e a recuperação de áreas degradadas, aumentando a produtividade e diminuindo as pressões sobre a vegetação remanescente.

**4.6.** Nesse sentido, a Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE), criada em 1996 mediante o decreto estadual nº 17.199, foi reformulada com a publicação do decreto estadual nº 24.048, de 18 de fevereiro de 2004. Composta por 38 instituições governamentais e não-governamentais, a CEZEE tem como competências planejar, coordenar,

avaliar e aprovar os projetos de ZEE, promover a articulação inter-institucional e definir prioridades e ações no âmbito do ordenamento territorial.

4.7. Além disso, em 2005, por meio da lei estadual nº 2.985, foi criado o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (CEMAAM), como órgão superior de assessoramento do governo do estado nas questões relacionadas à formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de proteção ao meio ambiente e controle da poluição; dentre as competências atribuídas ao CEMAAM, encontra-se a de aprovar o ZEE do Estado do Amazonas.

4.8. Assim, em 31 de julho de 2009, por meio da lei estadual nº 3.416, foi instituído o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas, tendo como objetivo orientar a formulação de políticas públicas e o planejamento e gestão das atividades do poder público, do setor privado e da sociedade em geral relacionadas ao uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações dos meios físico, biótico e socioeconômico, visando à implementação prática do desenvolvimento sustentável.

4.9. O artigo 2º da lei estadual nº 3.416/2009 estabeleceu que a SDS, hoje SEMA, deverá proceder ao detalhamento das informações contidas no MacroZEE do estado. Das nove sub-regiões do Amazonas, ilustradas na figura 1, foi definida a Sub-região do Purus, localizada ao sul do estado, como a primeira a ter seu ZEE na escala de 1:250.000 elaborado, tendo sido instituído pela lei estadual nº 3.645/2011.

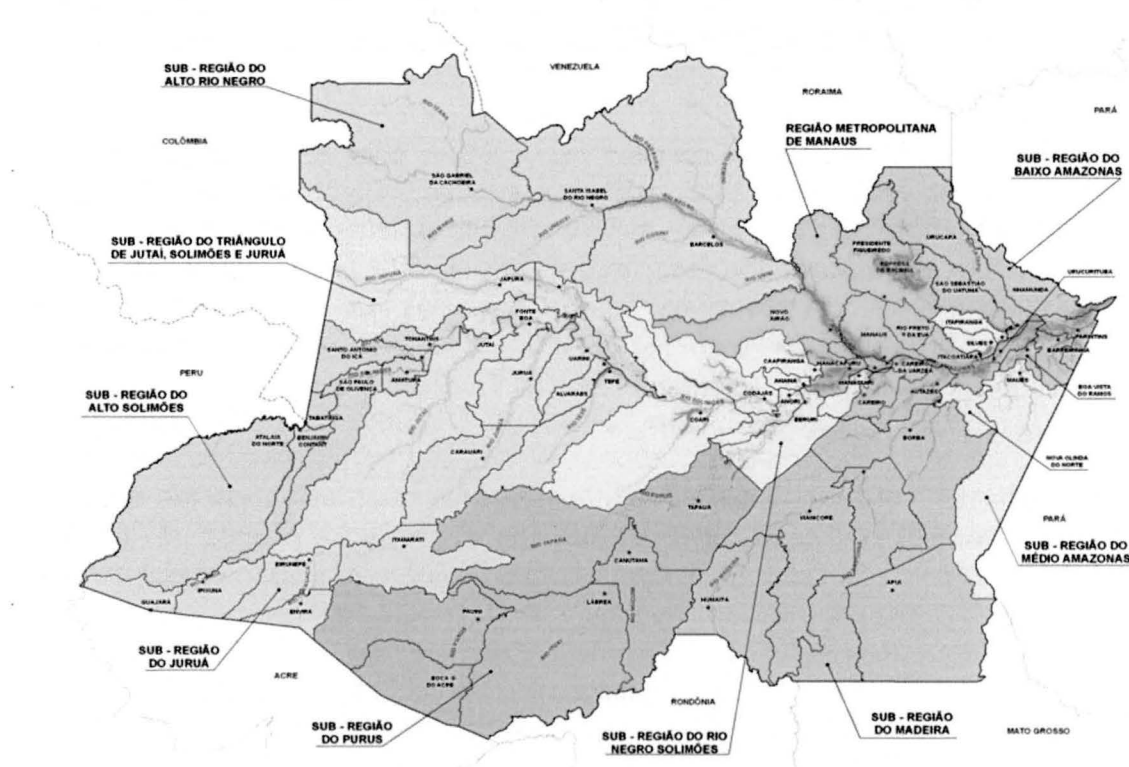
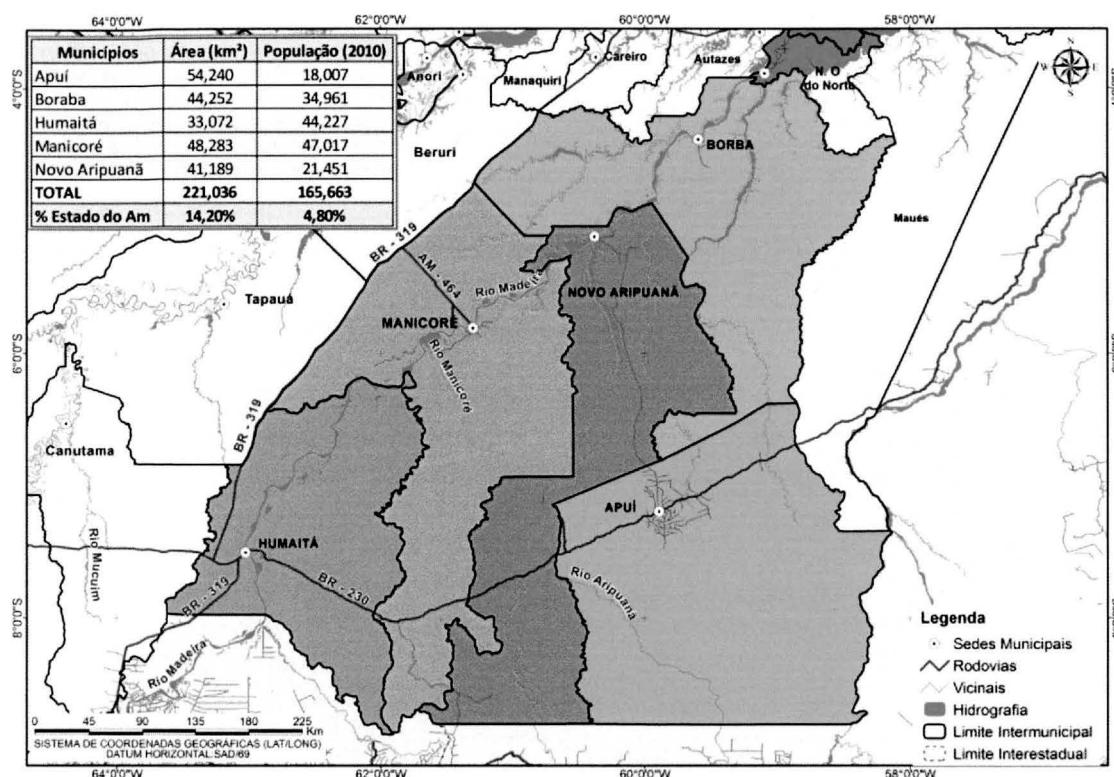


Figura 1 – Sub-regiões do Estado do Amazonas

4.10. A Sub-região do Madeira (figura 2), que compreende cinco municípios do Amazonas – Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã –, perfazendo uma superfície de pouco mais de 220 mil km<sup>2</sup> e onde residem aproximadamente 165 mil pessoas, constitui a próxima

sub-região do estado a ter seu ZEE na escala de 1:250.000 elaborado. Trata-se de uma região estratégica do Amazonas, por abrigar diversas áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) e por concentrar frentes de expansão do desmatamento no estado, que têm como origem os processos de ocupação ao longo da BR-230, impulsionados pela expansão da pecuária e pela extração predatória da madeira, atividades acompanhadas, geralmente, pela grilagem de vastas áreas de terras públicas.



**Figura 2 – Sub-região do Madeira**

**4.11.** Assim, o Acordo de Cooperação Técnica proposto visa conjugar esforços para a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira, na escala de 1:250.000, de forma integrada ao MacroZEE da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas, por meio do desenvolvimento das atividades constantes no Plano de Trabalho, não implicando, contudo, na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**4.12.** O Acordo será celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente – por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, onde se insere o Departamento de Zoneamento Territorial, responsável por coordenar a elaboração do ZEE no território nacional e promover o ZEE das unidades da federação – e o Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que possui uma Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental, dotada de servidores com capacidade técnica interdisciplinar e bases laboratoriais de geoprocessamento adequadas ao atendimento das exigências operacionais do ZEE.

**4.13.** Ao Ministério do Meio Ambiente caberá assistir o Estado do Amazonas no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira, garantindo o atendimento dos pressupostos técnicos e institucionais estabelecidos no decreto nº 4.297/2002 e mediando a participação das instituições que integram o Grupo de



Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (Consórcio ZEE Brasil) na execução do Plano de Trabalho.

**4.14.** Para tanto, o Plano de Trabalho prevê o levantamento de informações e a elaboração e avaliação conjunta dos produtos intermediários (diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional) e final (carta de subsídios à gestão do território) do ZEE da Sub-região do Madeira, com a realização de consultas públicas para discussão e validação dos resultados alcançados para posterior institucionalização do ZEE por meio de marco legal específico e seu reconhecimento no âmbito federal.

**4.15.** Além disso, para viabilizar a integração do ZEE da Sub-região do Madeira ao MacroZEE da Amazônia Legal, o MMA colocará à disposição do estado as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, bem como dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho.

**4.16.** O Estado do Amazonas, por sua vez, por intermédio da SEMA, terá como atribuições principais a constituição de um Grupo de Trabalho Interno, responsável pela coordenação do ZEE da Sub-região do Madeira, e a articulação da Comissão Estadual do ZEE do Estado do Amazonas, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do zoneamento.

**4.17.** Por fim, de modo a fomentar a internalização dos produtos do ZEE da Sub-região do Madeira nas instituições governamentais e na sociedade, o Plano de Trabalho estabelece a realização de atividades de capacitação de gestores públicos e privados do estado e da região para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e mecanismos que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do zoneamento.

## **5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO**

**5.1.** A atuação do Estado na Amazônia Legal não foi marcada por uma concepção estratégica que buscase compatibilizar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Grande parte dos incentivos fiscais e financeiros concedidos nas últimas décadas contribuiu para a exploração extensiva dos recursos naturais, com benefícios econômicos de curto prazo, baixa internalização na região dos lucros dos empreendimentos e pouco potencial de agregação de valor à produção local.

**5.2.** Como resposta, têm ganho ênfase, nos últimos anos, instrumentos de gestão e ordenamento territorial, em especial o ZEE, com o objetivo de conciliar as tendências de integração local, regional e nacional com a necessidade premente de se promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável, mais equilibrado e que gere menos pressões sociais e ambientais.

**5.3.** Tendo em perspectiva os princípios do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições contidas no novo Código Florestal (segundo as quais o ZEE dos estados deve ser elaborado de acordo com metodologia unificada, estabelecida pelo governo federal), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de

Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4.297/2002 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

5.4. Assim, tendo como base a análise contida na seção anterior dessa Nota Técnica, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do Processo nº 02000.001654/2015-71 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.



**BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL**  
Gerente de Projeto

À consideração superior.



**ADALBERTO EBERHARD**

Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

Diretor do Depto de  
Zoneamento Territorial

De acordo, Encaminhe-se para as providências necessárias.



**MARCELO JORGE MEDEIROS**

Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano Substituto



**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

Processo 02000.001654/2015-71

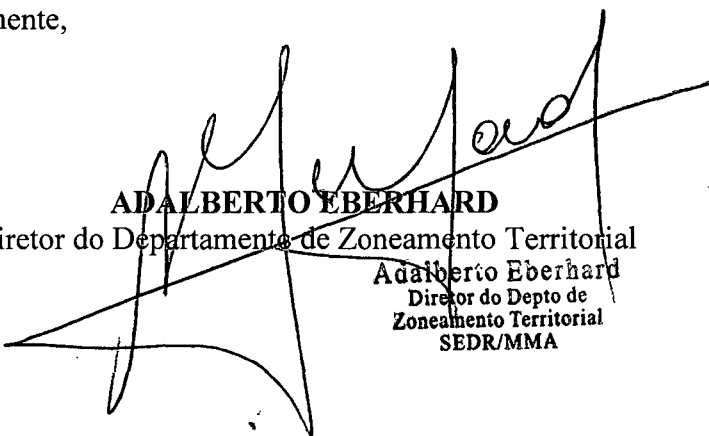
**DESPACHO**

Brasília, 15 de setembro de 2015.

Ao Gabinete da SRHU

Solicitamos a gentileza de colher a assinatura do Sr. Secretário na Nota Técnica presente nas folhas 25 a 27 e o posterior direcionamento do processo ao Gabinete da SEDR, onde, após a assinatura do Sr. Secretário na mesma Nota Técnica, solicitamos o encaminhamento do processo à CONJUR para análise.

Atenciosamente,

  
**ADALBERTO EBERHARD**  
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial  
Adalberto Eberhard  
Diretor do Depto de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**  
**CHEFIA DE GABINETE**

**PROCESSO Nº: 02000.001654/2015-71**

**DESPACHO – GAB/SRHU**

Brasília, 21 de setembro de 2015.

Ao Gab/SEDR,

1. Encaminho os autos do processo nº 02000.001654/2015-71, para assinatura do Sr. Secretário, conforme despacho fl. 28.

Atenciosamente,

  
**HUGO DO VALLE MENDES**  
Chefe de Gabinete



**EM BRANCO**

RECEBIDO NA SEDR

Em 21/09/15

Às 14:52

Lucas Araujo



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL  
GABINETE

Processo nº 02000.001654/2015-71

Em 21/09/2015

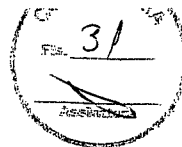
À Conjur/MMA,

Encaminho os autos para análise e chancela das minutas de Acordo de Cooperação Técnica acostadas à contracapa.

Atenciosamente,



RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES  
Chefe de Gabinete



## PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02090 00165412015-71	22/09/15	10:52	SGDR

*frumêto*

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

### DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☐

Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐

Apoio Administrativo

**OBS:**

*A Analista Maria Amélia*

Brasília, *22 09* / *1* / 201

*mauro*  
MAURO DE LIMA O'DONALDI  
Consultor Jurídico

### DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐

Fernanda Fernandes

☐

Gustavo Carolino

☐

Olavo Medeiros

☐

Pedro Allemand

☐

Rafael Amorim

☐

Rodrigo Magalhães

☐

Tânia Arrais

☐

Tayse Oliveira

☐

Thais Madruga

☐

Tiago Mendes

**OBS:**

Brasília, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 201\_\_

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

### DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 201\_\_

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

### Assessoria Técnica

Nome: *Maria Amélia*

Data: *23 / 09 / 2015*

### RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Advogado(a)/Servidor(a)

### DEVOLUÇÃO

Encaminho os presentes autos à Coordenação-Geral, com: \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 201\_\_

Advogado(a)/Servidor(a)

### ARQUIVO/SA

**TERMO DE JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO**

Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente

Nesta data faço a juntada aos precedentes autos da seguinte manifestação:

☒ Parecer ☐ Nota ☐ Carta ☐ Informação ☐ Despacho ☐ Outros

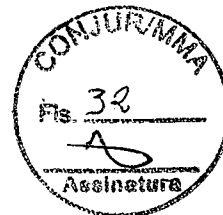
nº 609 /2013, de fls 32 a 34, tendo como signatário(s) o(a) Dr(a)

DR. JOSÉ MAURO

Brasília, 28 /09 /15 às 09 : 28



Assinatura e Carimbo



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**



**PARECER Nº 609 /2015/CGAJ/CONJUR-MMA/CGU/AGU/jmloa**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02000.001654/2015-71**

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente-AM

**ASSUNTO:** Acordo de Cooperação Técnica visando implementação do ZEE na Sub-Região do Madeira- AM

(9.2)

ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MMA E O ESTADO DO AMAZONAS. IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NA SUB-REGIÃO DO MADEIRA, ESTADO DO AMAZONAS. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL. VIABILIDADE.

- Nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável deste Ministério encaminha minuta de Acordo de Cooperação Técnica para análise;

- A LC nº 140/ 2011 fixa a competência administrativa da União para a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, cabendo aos Estados elaborar o ZEE de âmbito estadual;

- O Código Florestal brasileiro- Lei nº 12.651/2012, determina o prazo de cinco anos para que todos os Estados elaborem e aprovem seus ZEEs, de conformidade com a metodologia unificada estabelecida em norma federal.



## I – RELATÓRIO

Cuida-se da celebração de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da sua Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Amazonas, através da sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), cujo objeto é o estabelecimento de cooperação entre os partícipes para a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico- Econômico (ZEE) da sub-região do Madeira, no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal.

2. A SEMA demonstrou interesse no estabelecimento de parceria com este Ministério para implementação do ZEE na sub-região do Madeira, conforme se verifica no documento de fl. 03.
3. Sob o aspecto técnico da proposta de Cooperação a ser firmada com o Estado do Amazonas, a área técnica deste Ministério manifestou-se por meio da Nota Técnica nº 14/2015/GAB/SEDR/MMA (fls. 25/27v).
4. Consta dos autos a seguinte documentação: (i) Nota Técnica nº 14/2015/GAB/SEDR/MMA (fl. 25/27v); (ii) Minuta de Acordo de Cooperação e Plano de Trabalho (fls. 04/09); (iii) Ofício SEMA nº 810/2015-GS (fls. 03); (iv) documentos necessários à celebração do ajuste (fls. 10/24)
5. É o relatório. Passo a opinar.

## II – APRECIÇÃO JURÍDICA

6. **Preliminarmente**, cumpre esclarecer que a presente análise circunscreve-se apenas aos aspectos estritamente jurídicos, abstraindo-se esta Consultoria Jurídica da apreciação de fatos técnicos, circunstâncias ou quaisquer alegações relacionados com a conveniência ou a oportunidade da minuta proposta.
7. A celebração do instrumento sub examine preordena-se ao estabelecimento de atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos partícipes e tem por escopo estabelecer as condições da cooperação, visando a elaboração e implementação do ZEE na sub-região do Madeira, Estado do Amazonas.



8. A área técnica do MMA se pronunciou sobre a conveniência e oportunidade da assinatura do presente Acordo de Cooperação- Nota Técnica nº 14/2015 de fls. 25/27, manifestando-se pela sua viabilidade, senão vejamos:

5.3. Tendo em perspectiva os princípios do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e as disposições contidas no Novo Código Florestal (segundo o qual o ZEE dos estados deve ser elaborado de acordo com a metodologia unificada, estabelecida pelo governo federal), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta de Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o designa o decreto nº 4297/2002 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico- Econômico do Brasil.

5.4. Assim sendo, tendo como base a análise contida na seção anterior desta nota Técnica, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do Processo nº 02000.001654/2015-71 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

9. Impende ressaltar que o Zoneamento Ecológico- Econômico é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, consoante previsto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81, que tem por objetivo estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, com vistas a assegurar a qualidade do meio ambiente, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo, assim, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população<sup>1</sup>.

10. Trata-se de um instrumento de organização territorial que deve ser obrigatoriamente seguido quando da implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas<sup>2</sup>.

11. O Zoneamento Ambiental constitui ato de competência comum das três esferas governamentais (União, estados e municípios) como pode ser observado nos artigos 7º à 9º da Lei Complementar nº 140/2011, que dispõe sobre as normas de cooperação entre os referidos entes nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à

<sup>1</sup> Art. 2º do Decreto 4297/02, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

<sup>2</sup> Op. Cit.



preservação das florestas, da fauna e da flora.

12. Assim, afigura-se como competência da União elaborar o zoneamento ambiental de âmbito nacional e regional; aos estados elaborar o zoneamento ambiental de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional e aos municípios elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais, nos termos do art. 7º, 8º e 9º da LC nº 140/2011, respectivamente.

13. A cooperação para elaboração e execução do ZEE no âmbito dos estados tem respaldo no art. 6º, parágrafo primeiro, do Decreto nº 4.297/2010, que assim dispõe:

§ 1º O Poder Público Federal poderá, mediante celebração de documento apropriado, elaborar e executar o ZEE em articulação e cooperação com os Estados, preenchidos os requisitos previstos neste Decreto.

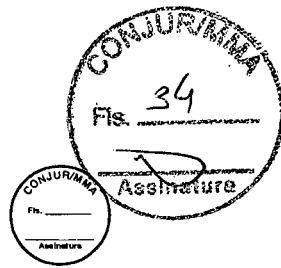
14. No que concerne à minuta apresentada às fls. 04/06 dos autos, verifica-se que ela atende, em termos gerais, às prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 4.297/2002.

15. Quanto aos demais requisitos jurídico-formais, verifica-se que os autos **foram instruídos** com a documentação necessária à formalização do instrumento, consoante disposto na Nota nº 072/2013/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/ta, que dispõe sobre as Orientações Jurídicas para a elaboração dos Acordos de Cooperação Técnica no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, **sendo recomendável**, contudo, que se acoste aos autos consulta realizada junto ao CADIN e SIAFI, demonstrando que não há quaisquer pendências do proponente junto à União, entidades da Administração Pública Federal Indireta ou a elas vinculadas.

### III – CONCLUSÃO

16. **À luz do exposto**, com supedâneo no art. 131 da CRFB/88, no exercício das atribuições outorgadas na Lei Complementar nº 73/1993 e no Decreto nº 6.101/2007 e considerando-se exclusivamente os aspectos jurídico-formais da minuta de Acordo de Cooperação Técnica acostada aos autos, opino favoravelmente à celebração do ajuste pretendido, com a recomendação constante do item acima, deste






opinativo.

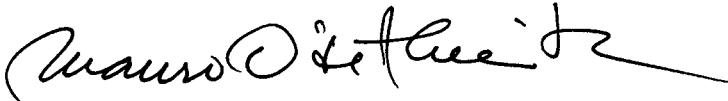
17. Ressalto que não é necessário o retorno a esta CONJUR-MMA, na forma do preconizado no Enunciado de Boa Prática Consultiva da Advocacia Geral da União (BPC/AGU)-nº 05/2012:

**BPC Nº 05/2012**

" Não é necessário que o Órgão Consultivo, após expressar seu juízo conclusivo de aprovação acerca das minutas de editais e contratos, em cada caso concreto, pronuncie-se, posteriormente, para fiscalizar o cumprimento das recomendações ofertadas em anterior manifestação jurídica, desde que suas orientações explicitem, se for o caso, os termos das Cláusulas que o Advogado Público entenda adequadas.

18. Nesses termos, restituo os autos ao Apoio/CONJUR-MMA, a fim de devolução a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para as providências decorrentes.

Brasília,  de setembro de 2015.

  
JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA  
Advogado da União  
Consultor Jurídico

TERMO DE REMESSA  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente  
Nesta data faço a remessa dos presentes autos à(s)

SEDR

Brasília 28 / 09 / 15 às 09:30



Assinatura e Carimbo

Recebido GAB/SEDR

28 / 09 / 15

As 11 h 16

suzanclays



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL  
GABINETE



Processo nº 02000.001654/2015-71

Fls.


35

Em 28/09/2015

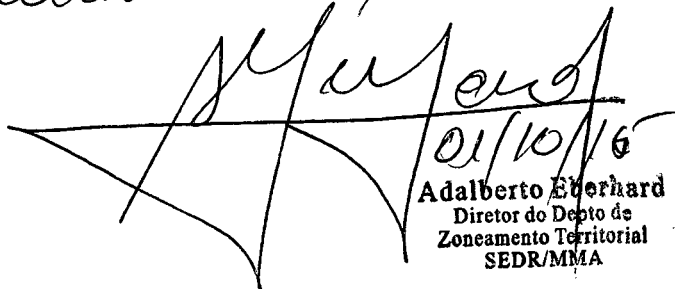
Ao DZT,

Encaminhamos o presente processo para conhecimento do Parecer nº 609/2015/CGAJ/CONJUR-MMA/CGU/AGU/jmloa e demais providências.

Atenciosamente,

  
**RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES**  
Chefe de Gabinete

*Gerência de ZEE para as  
providências necessárias.*

  
01/10/16  
**Adalberto Eberhard**  
Diretor do Depto de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

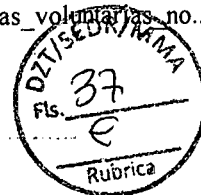
Processo 02000.001654/2015-71

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Informo que, conforme solicitado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente, em seu Parecer nº 609/2015/CGAJ/CONJUR-MMA/CGU/AGU/jmloa, está sendo acostada ao presente processo a consulta realizada junto ao CADIN e ao SIAFI demonstrando que não há quaisquer pendências da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas com a União.

Atenciosamente,

**BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL**  
Gerente de Projeto do Departamento de Zoneamento Territorial



BRASIL

Acesso à Informação - Barra GovBr

RESPONSABILIDADE FISCAL

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

TESOURO NACIONAL

Novidades

Central de informações

**INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**







O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de uso obrigatório. Conforme a legislação, a comprovação do cumprimento das exigências para conveniar poderá ocorrer mediante a entrega de documentos impressos diretamente ao órgão concedente.

As informações disponibilizadas serão obtidas:

- a) de cadastros ou sistemas de registro de adimplência mantidos por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de sistemas subsidiários de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, consideradas suficientes para verificação do atendimento de requisitos fiscais; e
- c) por meio de documentação impressa, apresentada diretamente aos órgãos.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a pessoas jurídicas, segundo seu registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Cada ente federado subnacional é responsável pela relação, constante no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos da sua Administração Direta e das entidades da sua Administração Indireta.

**Unidade Federativa:** AM - AMAZONAS**Data da****pesquisa:** 05/10/2015**CNPJ Pesquisado:** 05.562.326/0001-26 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**Atendimento aos Requisitos Fiscais:**

Atendimento aos Requisitos Fiscais:		Fonte da Informação/atualização		Atendimento		Validade	
Requisitos Fiscais							
I - Obrigações de Adimplência Financeira							
1.1	Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União		PGFN/RFB Cadastro de Registro de Adimplência	ATENÇÃO [**]			
1.3	Regularidade quanto a Contribuições para o FGTS		CAIXA Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	14/10/2015		
1.4	Regularidade em relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União		STN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015		
1.5	Regularidade perante o Poder Público Federal		CADIN Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015		
II - Adimplimento na Prestação de Contas de Convênios							
2.1	Regularidade quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente		SIAFI/Subsistema Transferências Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	05/10/2015		
			SICONV Cadastro de Registro de Adimplência				

[\*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

[\*\*] ATENÇÃO: a comprovação do item 1.1 do CAUC, referente à regularidade quanto a tributos, a contribuições previdenciárias federais e à dívida ativa da União está temporariamente desabilitada na página do CAUC. A consulta referente a este item deve ser realizada no site da RFB, em <http://www.receita.fazenda.gov.br/APLICACOES/ATSP/CERTIDAO/CNDCONJUNTAINTER/INFORMANICERTIDAO.ASP?TIPO=1>

Imprimir

Imprimir Itens

Exportar

Voltar

SOBRE O TESOURO NACIONAL

POLÍTICA FISCAL

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

[Sobre o Tesouro Nacional](#)[Missão](#)[Quem é quem](#)[Galeria dos Secretários](#)[Modelo de gestão](#)[Organograma](#)[Nossa marca](#)[Trabalhe no Tesouro Nacional](#)[Conheça o Tesouro Nacional](#)[Prêmio Tesouro Nacional](#)[Textos para discussão](#)[Política Fiscal](#)[Prefeituras e Governos Estaduais](#)[Contabilidade Pública](#)[Fundo Soberano](#)[Lei de Responsabilidade Fiscal](#)[Sobre a Dívida Pública Federal](#)[Gestão da Dívida Pública Federal](#)[Mercado Interno](#)[Mercado Externo](#)[Publicações](#)[Relacionamento com Investidor](#)

NOVIDADES

CENTRAL DE INFORMAÇÕES

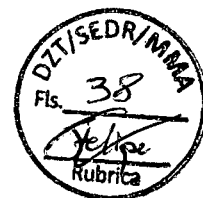
IMPRENSA

PERGUNTAS FREQUENTES

GLOSSÁRIO

FALE CONOSCO

Tesouro Nacional - Todos os direitos reservados  
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda,  
Bloco P - CEP 70.048-900 Brasília - DF  
Problemas com o Portal? [portal.geifo@fazenda.gov.br](mailto:portal.geifo@fazenda.gov.br)




**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**

Processo 02000.001654/2015-71

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Informo que foram acostados ao presente processo (i) cópia do Ofício nº 229/2015/GAB/SEDR/MMA, de 09 de outubro de 2015, que encaminhou duas vias do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser assinado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o estado do Amazonas com vistas ao apoio na elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira, bem como (ii) cópia da guia de remessa dos Correios contendo informações referentes à postagem.

Atenciosamente,

  
Felipe L. R. Barbosa  
Analista Ambiental - Siape 177815.  
FELIPE L. R. RAMOS BARBOSA  
Analista Ambiental  
DZI/SEDR/MMA



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, Sala 700 – Brasília/DF – CEP: 70.068-900  
FONE: (61) 2028-1091 / 1092

Ofício nº 229 /2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 09 de outubro de 2015.

A Sua Senhoria

**ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**

Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amazonas

Av. Mário Ypiranga, nº 3280 – Parque 10

**CEP 69.050-030 – Manaus/AM**

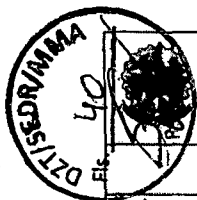
**Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amazonas**

Prezado Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos para assinatura duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Amazonas, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, visando apoiar a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira.
2. Instrumento estratégico de planejamento e ordenamento territorial, o ZEE adquiriu ainda mais importância com o novo Código Florestal (leis nº 12.651/2012 e 12.727/2012), que estabeleceu um prazo de cinco anos para que todos os estados elaborem e aprovelem seus projetos de zoneamento.
3. Assim, na expectativa de que o presente instrumento de cooperação contribua para o aprofundamento da parceria entre o MMA e o Estado do Amazonas, reiteramos nossos votos de estima e consideração e solicitamos que, após a assinatura das duas vias do Acordo de Cooperação Técnica e seu respectivo Plano de Trabalho, as mesmas sejam remetidas novamente ao MMA para as providências de publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



MMA

## GUIA DE REMESSA - VIA ECT

Nº: 461375

DATA: 09/10/2015

## IDENTIFICAÇÃO

Órgão/ Unidade Solicitante

GAB/SEDR

Nome Solicitante

03

Ramal

1022

## ESPECIFICAÇÃO DA REMESSA

Destinatário	Conteúdo/ Espécie	Etiqueta - ECT	UF	Tipo de Remessa
ANTÔNIO ADEMIR STROSKI	OFÍCIO Nº 229/2015/GAB/SEDR/MMA	JO 23426898 4 BR	AM	Carta Registrada com AR
ALEXANDRE ALBERTO HENKLAIN FONSECA	OFÍCIO Nº 230/2015/GAB/SEDR/MMA	JO 23426897 5 BR	RR	Carta Registrada com AR

Justificativa ( Para remessa por Sedex, Carta Registrada, PAC e MS, Informando o motivo da urgência, data limite da entrega e o nº do processo, no caso da AR)

O AR JUSTIFICA - SE POR SE TRATAR DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA ASSINATURA COM PRAZO.

Data

Carimbo e Assinatura da Chefia Unidade

09 / 10 / 2015

Data

Suzanclayr Branquinho

Metr. 1787092

SEDR/GAB/APOIO

Assinatura Solicitante

## AUTENTICAÇÃO

Coordenação-Geral de Gestão Administrativa

EMPRESA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT Telefone: (61) 3447-3030/ Site de Rastreamento: <http://www.correios.com.br>

De Acordo.

Data

Coordenador-Geral

Data

Nome Legível

Via Única

SECEX/SPOA/CGGA





## Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.029848/2015-00

Data do Protocolo: 28/10/2015

Hora do Protocolo: 17:08:12

Nº do Documento: 1030

Data do Documento: 22/10/2015

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS]

Signatário/Cargo: ANTÔNIO ADEMIR STROSKI/Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA

Resumo: Encaminhamento de duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amazonas, e o seu respectivo Plano de Trabalho assinados a fim ser publicado no Diário Oficial da União.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Suzanclayr Branquinho] [3576]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

### DOCUMENTOS APENSADOS

<p>1º</p> <p>Ao DZI, Para Conhecimentos e Providências</p> <p>29/10/15</p> <p> OZIL JUNIOR CHEFE DE DIVISÃO - SUBSTITUTO MATRICULA: 1787066</p>	<p>2º</p> <p>Lo GAB da SEDR, restituímos para assinatura do Secretário Guedes.</p>
<p>3º</p> <p>Ao DZI</p> <p>Após assinatura do Secretário, segue para demais providências.</p> <p>09/11/15</p> <p> Anne Roque Chefe de Divisão SEDR/MMA Matricula: 1727242</p>	<p>4º</p> <p> 03/11/15 Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p>
<p>5º</p> <p>Gerência de FEE para providências.</p> <p> 19/11/15 Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA</p>	<p>6º</p>



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

**OFÍCIO SEMA Nº. 1030/2015-GS**

**Manaus (AM), 22 de outubro de 2015**

A Sua Excelência o Senhor

**Carlos Mário Guedes de Guedes**

Ministério do Meio Ambiente

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, sala 700, CEP: 70.068-900.

Brasília/DF

Prezado Senhor,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, em resposta ao **ofício nº. 229/2015/GAB/SED/AMMA**, encaminho a Vossa Excelência, as duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amazonas, e seu respectivo Plano de Trabalho assinados a fim ser publicado no Diário Oficial da União.

Agradeço antecipadamente e renovo votos de elevada estima e consideração e nos colocamos à disposição para maiores informações por meio dos telefones 3236-4145 / 3659-1822 ou e-mail: gabinete@sema.am.gov.br.

Atenciosamente,

**Antonio Ademir Stroski**

Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA



**Ministério do Meio Ambiente**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, VISANDO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA SUB-REGIÃO DO MADEIRA, NO ESTADO DO AMAZONAS.**

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Direta Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF, CEP 70.068-901, por intermédio de sua **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, neste ato representada por seu Secretário, **CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 304, Bloco B, apto. 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.736-020, portador da Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS), inscrito no CPF sob o nº 606.955.950-91 e nomeado Secretário pela Portaria nº 1.080, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2015, e o **ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Direta Estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 05.562.326/0001-26, neste ato representada por seu Secretário, **ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Ephigênio Salles, nº 750, Parque 10, Manaus/AM, CEP 69.055-736, portador da Carteira de Identidade nº 0929672-7 (SSP/AM), inscrito no CPF sob o nº 338.541.499-72 e nomeado Secretário por meio de decreto publicado no Diário Oficial do Amazonas em 20 de março de 2015, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de direito público e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os Partícipes para conjugação de esforços visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira, no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação

*[Assinatura]*



com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas.

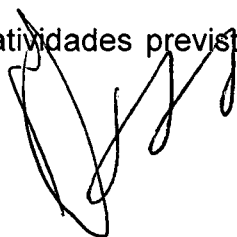
## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

Os objetivos, as justificativas, o desenvolvimento, as etapas e os prazos de execução do objeto constante na Cláusula Primeira encontram-se estabelecidos no Plano de Trabalho em anexo, que é parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS**

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem compromissos e responsabilidades dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

- I - compete ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio da SEDR:
  - a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;
  - b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;
  - c) assistir o Estado do Amazonas no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira;
  - d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Amazonas, fazer o acompanhamento técnico do ZEE da Sub-região do Madeira;
  - e) colocar à disposição do Estado do Amazonas as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;
  - f) auxiliar o Estado do Amazonas no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE da Sub-região do Madeira;
  - g) discutir com o Estado do Amazonas o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;
  - h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Amazonas; e
  - i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.



II - compete ao Estado do Amazonas, por intermédio da SEMA:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado do Amazonas para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE da Sub-região do Madeira;

b) articular e assessorar a Comissão Estadual do ZEE do Estado do Amazonas, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE da Sub-região do Madeira em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE da Sub-região do Madeira;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE da Sub-região do Madeira;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes na execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos Partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.



## **CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL**

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS**

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

Os Partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente Acordo de Cooperação Técnica, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, e da Instrução Normativa nº 2, de 15 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

## **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

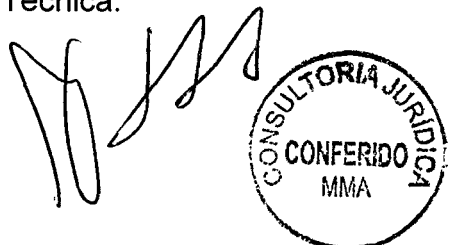
O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos Partícipes.

## **CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES**

Este Acordo de Cooperação Técnica, bem como o seu Plano de Trabalho, poderá ser alterado de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifestado previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

## **CLÁUSULA ONZE – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica consignado os Partícipes indicarão servidores responsáveis pelo acompanhamento da fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.



## CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

## CLÁUSULA TREZE - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único.** Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

## CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, na forma da lei e no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA QUINZE - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre os Partícipes com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo, os Partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente com a submissão do caso à Câmara de Conciliação da Administração Federal da Advocacia-Geral da União-AGU, na forma do art. 4º, inciso XI da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

## CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, é competente o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.



Brasília, 12 de Novembro de 2015.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável - SEDR

**ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente  
do Amazonas - SEMA

TESTEMUNHAS:

Bruno ABE Saber  
Nome: BRUNO SIQUEIRA ABE SABER  
CPF nº: 060.610.126-83  
CI nº: 12.338.626 (SSP/MG)

Edisandria Carvalho de Souza  
Nome: EDISANDRIA CARVALHO DE SOUZA  
CPF nº: 784.696.432-15  
CI nº: 1937666-5 (SSP/AM)







## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Estado do Amazonas – Secretaria de Estado do Meio Ambiente		<b>CNPJ/MF:</b> 05.562.326/0001-26
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida Mário Ypiranga, nº 3.280, Bairro Parque 10		
<b>CIDADE:</b> Manaus	<b>UF:</b> AM	<b>CEP:</b> 69.057-002
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Antonio Ademir Stroski		<b>CPF:</b> 338.541.499-72
<b>RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> 0929672-7 (SSP/AM)		
<b>ENDEREÇO:</b> Av. Ephigênio Salles, 750 - Parque 10 – Manaus/AM		

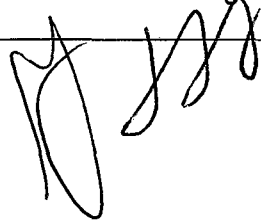

### 2. OUTRO PARTÍCIPE

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:</b> Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		<b>CNPJ/MF:</b> 37.115.375/0001-07
<b>ENDEREÇO:</b> Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”, sala 700		
<b>CIDADE:</b> Brasília	<b>UF:</b> Distrito Federal	<b>CEP:</b> 70.068-901
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Carlos Mário Guedes de Guedes		<b>CPF:</b> 606.955.950-91
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE:</b> 3.036.435.679	<b>ÓRGÃO EXPEDIDOR:</b> SSP/RS	<b>CARGO:</b> Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira, no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas.

**Prazo para execução:**

24 meses.

**Identificação do objeto:**

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE da Sub-região do Madeira, que será elaborado na escala de 1:250.000, compreendendo os municípios de Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Nova Olinda do Norte, realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional da sub-região, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil.

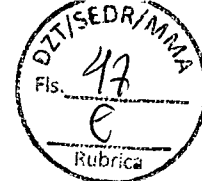
Nesse processo, é fundamental que a elaboração e validação dos produtos que integram o ZEE da Sub-região do Madeira, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho, seja feita a partir da metodologia estabelecida pelo governo federal, em consonância com o que dispõe o novo Código Florestal (lei federal nº 12.651/2012), e estejam articuladas com as demais iniciativas de ZEE que têm o Estado do Amazonas como área de abrangência, quais sejam, o MacroZEE do próprio estado (instituído pela lei estadual nº 3.417/2009) e o MacroZEE da Amazônia Legal (instituído pelo decreto federal nº 7.378/2010).

Sendo assim, o presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por intermédio da SEMA, visando a elaboração e implementação do ZEE da Sub-região do Madeira, na escala de 1:250.000, em articulação com o MacroZEE da Amazônia Legal e do Estado do Amazonas.

O cumprimento das metas será apoiado, também, pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

**4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

FASES E METAS	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)	
		Unid.	Início	Fim
<b>FASE 1</b>	<b>Planejamento, articulação e sistematização de informações</b>		<b>1</b>	<b>90</b>
1	Levantamento e sistematização de dados secundários publicados da Sub-Região do Madeira, referente às atividades ambientais	Documento técnico	1	60

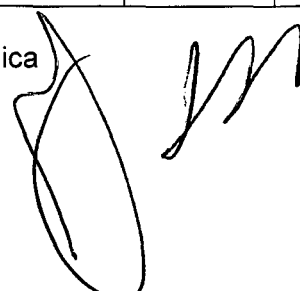


2	Realização de reunião com a CEZEE para atualização de membros e articulação de procedimentos para execução do ZEE do Madeira	Ata da reunião	60	80
3	Articulação interinstitucional com Secretarias Municipais para criação das comissões municipais de zoneamento	Relatório	80	90
<b>FASE 2</b>	<b>Diagnósticos, cenários e proposta de gestão do ZEE do Estado de Roraima</b>		<b>90</b>	<b>300</b>
4	Elaboração dos documentos técnicos do meio jurídico-institucional	Relatório	90	120
5	Elaboração de documento técnico do meio físico-biótico da Sub-Região do Madeira	Relatório	90	120
6	Sistematização das informações (meio socioeconômico) levantadas por instituições competentes	Relatórios	120	180
7	Espacialização dos dados/informações na escala 1:250.000 para a Sub-Região do Madeira para os meios: político, físico-biótico, integração temática, socioeconomia, áreas protegidas, situação fundiária, zonas ecológico-econômicas de acordo com informações levantadas por instituições competentes	Mapas	120	180
8	Realização de reunião com a Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico-Ecológico para divulgação dos dados e recomendo de propostas das potencialidades e fragilidades naturais, tendências de ocupação e articulação regional e condições de vida da população, dos dados de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Ata da reunião	170	180
9	Elaboração de documento técnico e mapas temáticos do meio socioeconômico da Sub-Região do Madeira.	Documento técnico	150	200
10	Realização de reunião com a Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico após recomendo	Ata de reunião	210	220
11	Realização de consultas públicas para discussão e validação do mapa de gestão e das diretrizes propostas	Atas das consultas públicas elaboradas	220	300



<b>FASE 3</b>	<b>Institucionalização do ZEE da Sub-região do Madeira e disponibilização das informações geradas ao longo de sua execução</b>		<b>300</b>	<b>565</b>
12	Encaminhamento de documento técnico para validação no Conselho Estadual do Meio Ambiente	Ata da reunião	300	340
13	Consolidação da proposta final do mapa de gestão territorial e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	Relatórios e mapas aprovados	340	360
14	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	Indicadores elaborados	360	380
15	Encaminhamento e trâmite do ZEE tendo em perspectiva a redução da reserva legal, para fins de regularização (se necessário)	Ata das reuniões Elaboradas	360	380
16	Elaboração do marco legal que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-região do Madeira	Marco legal elaborado	380	400
17	Aprovação do novo marco legal pela Assembleia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	Marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	400	445
18	Realização dos ajustes finais dos mapas temáticos e relatórios técnicos.	Materiais gráficos publicados	445	505
19	Disponibilização do banco de dados relativo ao Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-região do Madeira em ambiente web	Banco de dados disponibilizado	505	565
<b>FASE 4</b>	<b>Reconhecimento do ZEE da Sub-região do Madeira pela União e capacitação dos agentes públicos e privados</b>		<b>565</b>	<b>730</b>
19	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	ZEE encaminhado	565	600
20	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	Ata da reunião da CCZEE elaborada	600	660
21	Publicação do decreto presidencial homologando a redução da reserva legal, para fins de regularização (se necessário)	Decreto publicado no Diário Oficial da União	660	715
22	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	Relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	660	730

OBS: (\*) dias a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica





E, para validade do que pelos Partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 12 de novembro de 2015.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento  
Rural Sustentável - SEDR

**ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente  
do Amazonas - SEMA

TESTEMUNHAS:

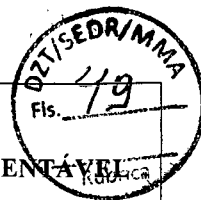
Bruno Aze, Salen  
Nome: BRUNO SIQUEIRA ABE SABER  
CPF nº: 060.610.126-83  
CI nº: 12338626 (SSP/MG)

Edijandria Carvalho de Souza  
Nome: EDIJANDRIA CARVALHO DE SOUZA  
CPF nº: 784.696.432-15  
CI nº: 4837666-5





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**



**Processo nº 02000.001654/2015-71**

**DESPACHO - DZT**

Brasília/DF, 13 de novembro de 2015.

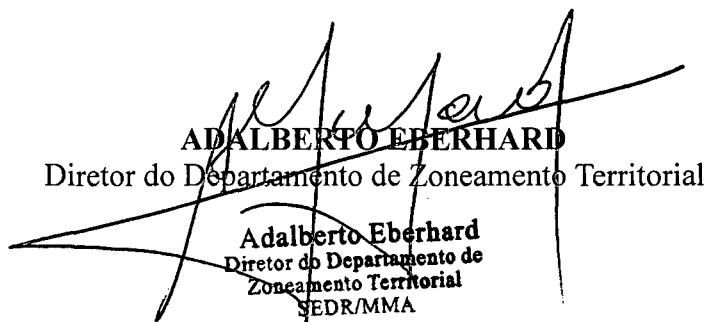
À Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR

Dado o parecer favorável da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente (fls. 32 a 34) e a assinatura, pelos partícipes, das duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e o Estado do Amazonas (fls. 43 a 48), segue minuta do extrato do Acordo (fl. 50) para assinatura e demais providências de publicação no Diário Oficial da União.

Solicitamos, também, a assinatura pendente do Senhor Secretário no verso da folha 45.

Por fim, pedimos a gentileza de devolver o processo a este Departamento após a publicação do extrato do Acordo no Diário Oficial da União, no que ficamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**ADALBERTO EBERHARD**  
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial  
**Adalberto Eberhard**  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL**

**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.562.326/0001-26, com sede na Avenida Mário Ypiranga, nº 3.280, bairro Parque 10, Manaus/AM. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por intermédio da SEMA, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-região do Madeira no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: 12.11.2015. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS) e CPF nº 606.955.950-91 e Sr. Antônio Ademir Stroski, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, Carteira de Identidade nº 0929672-7 (SSP/AM) e CPF nº 338.541.499-72.

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**

Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Autorizo Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, conforme minuta acima apresentada. Encaminhe-se o presente processo à Coordenação Geral de Apoio Administrativo do Gabinete da Ministra – CGAA para providências quanto à publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2015.

**RAIMUNDA HELENA NAUM GOMES**  
Chefe de Gabinete

publicado no D.O.U. de 28/11/15  
Seção 3 Pág. 128-129  
Assinatura



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Gabinete da Ministra**  
**Coordenação-Geral de Apoio Administrativo**  
**Protocolo Geral Nº 02000.001654/2015-71**



MMA - Protocolo GABIN  
Recebido em:

24 / 11 / 15  
Data

20:41 Edilma  
Hora Nome

*Publique-se*

*LMR*

LEONARDO MARCONATO DI PIETRO LIMA  
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo  
VITÓRIA, 24 de Novembro de 2015

24.11.15

Publicado no D.O.U. de 25/11/15  
Seção 3 nº 128-129  
Ass. \_\_\_\_\_





128

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 225, quarta-feira, 25 de novembro de 2015

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome****SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS  
ADMINISTRATIVOS****RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 27/2015**

Torne público o resultado do certame supracitado que teve como vencedoras as empresas KLEBER ARRABACA BARBOSA - EPP, CNPJ/MF: 11.507.711/0001-73, com o valor total de R\$11.890,00 para o item I e LIP SOLUÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ/MF: 03.454.049/0001-02, com o valor total de R\$4.950,00 para o item II. A ata de realização do pregão está disponível no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

LUIZ CLAUDIO MONTEIRO MORGADO  
Subsecretário

(SIDEF - 24/11/2015) 550005-00001-2015NE000166

**SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

ESPECÍE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 802156/2014-06.  
CONCEDENTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - CNPJ nº 05.526.783/0001-65.  
CONVENIENTE: Município de Linhares/ES - CNPJ nº 27.167.410/0001-88.  
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Convênio nº 802156/2014 até 06/01/2017. PARTICIPES: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - CNPJ nº 05.526.783/0001-65 e o Município de Linhares/ES - CNPJ nº 27.167.410/0001-88. 71001.018570/2014-06. Data de assinatura: 19/11/2015.

**COORDENAÇÃO-GERAL DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA DO FNAS****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, em cumprimento da exigência prevista nos parágrafos 3º e 4º, Artigo 26 da Lei nº 9.784, de 29.01.99, convoca os abaixo nomeados a retirar e atender a notificação referente à pendência na prestação de contas de recursos transferidos pelo FNAS, que se encontra sob a guarda da Coordenação de Prestação de Contas, situada no Setor de Administração Federal Sul/SAS/FS - Qd. 2 - Lote 08 - Bl. H - Sala T-08, Edifício Sede do FNAS, Brasília/DF.

O não atendimento no prazo de 05 dias, contados da data de publicação deste, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

Nº 720/2015 - RUI FERNANDES RIBEIRO FILHO, CPF nº 106.981.163-72, ex-prefeito municipal de Arari/MA, Ofício nº 4549/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, Processo nº 71001.076855/2008-13.

Nº 721/2015 - JOSÉ ANTÔNIO NUNES AGUIAR, CPF nº 459.375.163-20, ex-prefeito municipal de Arari/MA, Ofício nº 4549/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, Processo nº 71001.076855/2008-13.

Nº 722/2015 - ARQUIMEDES GUEDES VALENÇA, CPF nº 024.001.204-63, ex-prefeito de BUIQUE/PE, Ofício nº 6511/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, Serviço de Ação Continuada - SAC/2004, Processo nº 71001.085599/2008-47.

Nº 723/2015 - RUIVERSON LEMOS BARCELOS, CPF nº 277.738.095-34, ex-prefeito municipal de Buique/PE, Ofício nº 6541/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, Serviço de Ação Continuada - SAC/2003, - Processo nº 71000.003394/2006-08.

Brasília-DF, 24 de novembro de 2015.  
DULCELENA ALVES VAZ MARTINS  
Diretora Executiva

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior****BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL****AVISO DE ALTERAÇÃO  
CONCURSO AA Nº 4/2015 - BNDES**

OBJETO: Concurso para Escolha de Espectáculos de Música para Apresentação no Projeto "Quintas no BNDES" e "Quartas Clássicas" - Temporada 2016, que objetiva a contratação de, ao menos, 73 (setenta e três) espetáculos artísticos de música brasileira, em trabalhos individuais ou coletivos, com previsão de início a partir de fevereiro de 2016, compondo a programação cultural do Espaço BNDES, com apresentações no Auditório Arino Ramos Ferreira, bem como formação de Cadastro de Reserva, conforme condições estabelecidas no EDITAL. O BNDES comunica que o Edital do cer-

tame em referência foi alterado no seu item 7.3.1. A nova versão estará disponível a partir de 25/11/2015, nos mesmos locais indicados no Aviso de Licitação publicado no DOU de 08/10/2015, seção 03, p. 121. O BNDES informa, ainda, que a data final de inscrição permanece inalterada (01/12/2015).

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2015.  
ALINE DE MORAES REIS VINHAS  
Gerente da Gerência de Licitações 3 - AA/DELIC

**ÁREA FINANCEIRA****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015**

MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Eletrônico AA nº 44/2015 - (Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013 e Lei nº 8.666/1993) - OBJETO: Registro de Preços com vistas à eventual contratação de certificados digitais de servidor específico para o Cadastro Positivo - ITEM V, conforme especificações constantes do Edital e de seus Anexos. ESPÉCIE: Compra e Venda - ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - LICITANTE REGISTRADO: SIC Certificação Digital Ltda ME (CNPJ: 18.178.945/0001-63) - VALOR GLOBAL REGISTRADO: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) - VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses - RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3101700030 para os certificados digitais e rubrica nº 3101700040 para as visitas para entrega e emissão dos certificados - DATA DE ASSINATURA DA ATA: 24/11/2015

**COMUNICADO Nº 23/2015**

Repasse de Recursos no âmbito das Resoluções nº 635/87, de 13-01-87, 1075/04, de 01-03-04, 1156/05, de 12-04-05 e 1321/06, de 13-07-06, da Diretoria do BNDES.

1 - Fatores de Correção Cambial: são os seguintes os fatores diários de Correção Cambial incidentes sobre a posição do passivo exigível do BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse específico, durante o período compreendido entre 01 e 15 de Novembro de 2015:

DATA	VALOR	DATA	VALOR
01/11/2015	0,075287	09/11/2015	0,074244
02/11/2015	0,075287	10/11/2015	0,073986
03/11/2015	0,075287	11/11/2015	0,074089
04/11/2015	0,075287	12/11/2015	0,074215
05/11/2015	0,075287	13/11/2015	0,074121
06/11/2015	0,073924	14/11/2015	0,074121
07/11/2015	0,073924	15/11/2015	0,074121
08/11/2015	0,073924		

II - Os dados e cálculos utilizados encontram-se à disposição dos interessados nos escritórios do BNDES no AS, República do Chile nº 100, 4º andar, Rio de Janeiro.

SELMO ARONOVICH  
Superintendente

**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE  
INDUSTRIAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 183038**

Número do Contrato: 31/2014.

Nº Processo: 52400.021244/2015.

PREGÃO SISPP Nº 22/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE-INDUSTRIAL. CNPJ Contratado: 04120966000466. Contratado: IRON MOUNTAIN DO BRASIL LTDA - Objeto: Prorrogação do presente contrato por mais um período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93. Vigência: 06/11/2015 a 06/11/2016. Valor Total: R\$5.948.132,14. Fonte: 250183038 - 2015NE800072. Data de Assinatura: 29/10/2015.

(SICON - 24/11/2015) 183038-18801-2015NE800291

**INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 341/2015 - UASG 183039**

Número do Contrato: 39/2010.

Nº Processo: 6814/2010.

PREGÃO SRP Nº 31/2010. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA-QUALIDADE E TECNOLOGIA. CNPJ Contratado: 04481410000152. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE FROTAS LTDA - ME. Objeto: Prorrogação em caráter excepcional do cont. 039/10. Fundamento Legal: Art. 57 par. 4º, Lei 8.666/93. Vigência: 18/11/2015 a 17/11/2016. Valor Total: R\$421.680,00. Fonte: 250183023 - 2015NE800060. Data de Assinatura: 18/11/2015.

(SICON - 24/11/2015) 183023-18205-2015NE800109

**SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA  
DE MANAUS  
SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA  
DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DE REABERTURA DE PRAZO  
PREGÃO Nº 18/2015**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo nº 52710001165201581, publicada no D.O.U de 30/09/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de vigilância e guarda armada para resguardar e proteger o patrimônio das Unidades da Suframa em Manaus, Itacoatiara e Tabatinga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Novo Edital: 25/11/2015 das 08h00 às 17h55. Endereço: Av. Min. Mario Andreazza, nº 1424 Distrito Industrial - MANAUS - AM. Entrega das Propostas: a partir de 25/11/2015 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 09/12/2015, às 11h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

CARLITO DE HOLANDA SOBRINHO  
Superintendente  
Em exercício

(SIDEF - 24/11/2015) 193028-19205-2015NE800074

**Ministério do Esporte****GABINETE DO MINISTRO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 777893/2012. CONCEDENTE: União, por intermédio do Ministério do Esporte/ME, CNPJ: 02.961.362/0001-74. CONVENIENTE: Confederação Brasileira de Judô - CBJ, CNPJ: 42.136.804/0001-62. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por fim a suplementação de recursos bem como, a prorrogação de vigência do Convênio nº 777893/2012, até 31 de outubro de 2016. Despesa: Os recursos decorrentes do presente Termo Aditivo são provenientes do Concedente no valor de R\$ 1.708.332,00 (um milhão, setecentos e oito mil e trezentos e trinta e dois reais) no Orçamento Fiscal da União de 2015; no Programa de Trabalho 27.811.2035.20DR.0001.0005; Natureza de Despesa 33.50.41; Fonte de Recurso 100 e de Contrapartida o valor de R\$ 31.668,00 (trinta e um mil e seiscentos e sessenta e oito reais) na forma financeira. DATA DE ASSINATURA: 09 de novembro de 2015. SIGNATÁRIOS: RICARDO LEYSER GONÇALVES, Ministro de Estado do Esporte Interino, CPF: 154.077.518-60 e PAULO WANDERLEY TEIXEIRA - Presidente da Confederação Brasileira de Judô - CBJ, CPF: 173.895.777-20. PROCESSO: 58701.007808/2012-42.

**SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO**

Espécie: Prorrogação de Ofício nº 2/2015 ao Convênio nº 812093/2014. Convententes: Concedente: MINISTÉRIO DO ESPORTE, Unidade Gestora: 180002, Gestão: 00001. Conveniente: FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE RONDONIACNPJ nº 15.883.838/0001-48. Natureza de Despesa: 30. VI. Valor Total: R\$ 510.640,00. Valor de Contrapartida: R\$ 10.640,00. Vigência: 08/12/2014 a 21/06/2016. Data de Assinatura: 19/11/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO ESPORTE - MINISTRO DO ESPORTE / CARLOS GERALDO SANTANA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO.

(SICONV(PORTAL) - 24/11/2015)

**Ministério do Meio Ambiente****GABINETE DA MINISTRA****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.562.326/0001-26, com sede na Avenida Mário Ypiranga, nº 3.280, bairro Parque 10, Manaus/AM. b) Objeto: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amazonas, por intermédio da SEMA, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Sub-região do Madeira no Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: 12.11.2015. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24



meses. g) Assinaturas: Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 3.036.435.679 (SSP/RS) e CPF nº 606.955.950-91 e Sr. Antônio Ademir Stroski, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, Carteira de Identidade nº 0929672-7 (SSP/AM) e CPF nº 338.541.499-72.]

**SECRETARIA EXECUTIVA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2015 - UASG 193113**

Nº Processo: 02013000138201580.  
PREGÃO SRP Nº 44/2014. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 01354498000153. Contratado: UGOLINI & CIA LTDA - EPP - Objeto: Aquisição de água mineral, sem gás, acondicionados em garrafas de plástico policarbonato, transparente, com tampa de pressão/lacre, envasado mecanicamente, padrão DNP (sem vasilhame) para atendimento da SUPES/MT. Fundamento Legal: Art. 22 do decreto 7.892/2013 Vigência: 19/11/2015 a 18/11/2016. Valor Total: R\$11.057,54. Fonte: 174193034 - 2015NE800240. Data de Assinatura: 19/11/2015.

(SICON - 24/11/2015) 193099-19211-2015NE800006

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo nº: 02501.000123/2013-58; Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 003/ANA/2014; Contratante: Agência Nacional de Águas - ANA, CNPJ: 04.204.444/0001-08; Contratada: CONSÓRCIO COBRAPE/CH2MHILL, constituído pelas empresas: COBRAPE - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS, CNPJ nº 58.645.219/0001-28, e CH2MHILL DO BRASIL ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 01.655.351/0001-01; Objeto: Pro-

rogar a vigência do Contrato nº 003/ANA/2014, dando nova redação ao item 14.1, da Seção III - Condições Especiais do Contrato; Data de assinatura: 23/10/2015.

**AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 31/2015 - UASG 443001**

Nº Processo: 02501867201534. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para apoiar a formulação de indicadores de desempenho e aferição de retorno de investimento técnico, financeiro e ambiental da implantação do Projeto Papel Zero da Agência Nacional de Águas - ANA, em Brasília-DF. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 25/11/2015 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Setor Policial Sul Area 5 Quadra 3 Bloco B Sala 218 Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 25/11/2015 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 08/12/2015 às 09h30 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

(SIEDC - 24/11/2015) 443001-44205-2015NE800038

**PREGÃO Nº 33/2015 - UASG 443001**

Nº Processo: 02501001759201589. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de uniformes. Total de Itens Licitados: 00008. Edital: 25/11/2015 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. Endereço: Setor Policial Sul Area 5 Quadra 3 Bloco B Sala 218 Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 25/11/2015 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 09/12/2015 às 09h30 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

VIRGILIO DE AZEVEDO MAIA FILHO  
Pregoeiro

(SIEDC - 24/11/2015) 443001-44205-2015NE800038

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 18/2015**

Processo nº 02015.868/2015-89. Objeto: Contratação de empresa especializada para o serviço de link de comunicação de dados e telefonia do tipo E1. Licitantes vencedoras: item nº 1, BSB TIC SOLUÇÕES LTDA, CNPJ: 04.202.019/0001-71. Valor R\$ 548.299,80. Item nº 2, ALGAR MULTIMÍDIA S/A, CNPJ: nº 04.622.116/0001-13. Valor R\$ 31.999,90.

VIRGILIO DE AZEVEDO MAIA FILHO  
Pregoeiro

(SIEDC - 24/11/2015) 443001-44205-2015NE800038

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE  
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, através da sua Coordenadora Geral de Finanças, nos termos da Decisão nº 354/2000-TCU, sobe a Vossa Senhoria Aristides Andrade Neto, portador do CPF nº 308.110.236-72, que se encontra em local incerto e não sabido, comparecer de imediato ao SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 02, Edifício Sede do IBAMA, com vistas a tomar conhecimento do Processo nº 02022.008758/200-71 quanto ao seu conteúdo e o que é recomendado pelo Órgão do Controle Externo acima citado, face AR's restituídos e prazos legais expirados.

MARIA RITA LORENZETTI DE CARVALHO

**GERÊNCIA EXECUTIVA EM BARRA DO GARÇAS****EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO**

O Gerente Executivo do IBAMA de Barra do Garças/MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando que não foram localizados nos endereços mencionados nos Autos de Infração, pelo presente Edital NOTIFICA os interessados abaixo relacionados acerca da Homologação do Auto de Infração, à qual cabe recurso no prazo de 20 (vinte dias). Informamos que esta decisão pode ser parcialmente ou integralmente revogada.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	Nº AI - TAD	DATA / LAV. LOC.
LAMINADOS ESPÍGAO DO OESTE LTDA.	05.681.461/0001-90	02567.000025/2005-46	338973/D 263899/C	20/12/2004 - SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT

O Gerente Executivo do IBAMA de Barra do Garças/MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando que não foi localizado no endereço mencionado no Auto de Infração, pelo presente Edital NOTIFICA o interessado abaixo relacionado acerca da abertura de prazo para pagamento de multa e apresentação de defesa decorrente da existência de infração ambiental. Salientamos que o mesmo terá o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Edital, para pagamento da Multa com 30% (trinta por cento) de desconto ou, naturalmente, se assim o preferir, protocolar Requerimento (defesa) nesta Gerência ou em qualquer uma das unidades ou representações do IBAMA em funcionamento neste país, questionando a lavratura dos referidos documentos.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	Nº AI - TAD	DATA / LAV. LOC.
EVA FERREIRA BRAGA	013.930.832-72	02567.000044/2013-82	489091/D 642181/C	14/03/2013 - SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT
BRENDE IND. COM. E LAMINADOS LTDA.	00.500.862/0001-83	02013.003998/2002-51	126279/D 165564/C	14/05/2002 - BARRA DO GARÇAS - MT
CLAUDIO BARBOSA MONTEIRO	037.698.981-50	02567.000041/2015-19	9044846/E	04/03/2015 - RIBEIRÃO CASCAISHEIRA - MT

O Gerente Executivo do IBAMA de Barra do Garças/MT, no uso de suas atribuições legais e considerando que não foram localizados no endereço mencionado no Auto de Infração, pelo presente Edital NOTIFICA os interessados abaixo relacionados acerca da Decisão de perdimento do produto apreendido constante do Termo de Apreensão/Depósito nº 062614/C, que está sob a guarda do autuado, e para a apresentação deste recurso, nesta Gerência Executiva no prazo de 15 (quinze) dias, ou pagamento do seu valor monetário. Informamos que esta decisão pode ser parcialmente ou integralmente revogada.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	Nº AI - TAD	DATA / LAV. LOC.
NAEVIO FIORAVANTE BASSO	078.429.450-04	02013.005639/2000-53	126587/D 062614/C	10/08/2000 - ÁGUA BOA - MT

O Gerente Executivo do IBAMA de Barra do Garças/MT, no uso de suas atribuições legais e considerando que não foram localizados no endereço mencionado no Auto de Infração, pelo presente Edital NOTIFICA os interessados abaixo relacionados acerca da Decisão de cancelamento do Termo de Embargo nº 439514/C, à qual cabe recurso, no prazo de 20 (vinte dias). Informamos que esta decisão pode ser parcialmente ou integralmente revogada.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	Nº AI - TAD	DATA / LAV. LOC.
DIOGO GOMIDE AZEVEDO CURY	841.645.061-72	02567.000174/2006-96	541015/D 832514/C	18/03/2006 - CANABRAVA DO NORTE - MT

O Gerente Executivo do IBAMA de Barra do Garças/MT, no uso de suas atribuições legais e considerando que não foram localizados no endereço mencionado no Auto de Infração, pelo presente Edital NOTIFICA os interessados abaixo relacionados acerca da Homologação do Pedido de Defesa do Auto de Infração descrito abaixo, à qual cabe recurso, no prazo de 20 (vinte dias). Informamos que esta decisão pode ser parcialmente ou integralmente revogada.

INTERESSADO	CPF/CNPJ	Nº PROCESSO	TAD	DATA / LAV. LOC.
ANTONIO MAMEF JORDÃO	390.250.638-53	02013.000837/2011-94	240/D 851841/C	24/06/2011 - ALTO DA BOA VISTA - MT

A SEDR.

*LMR*

LEONARDO MARGONATO RIBEIRO LIMA  
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo  
Gabinete da Ministra/MMA

25.11.15

AO DET

Para conhecimento e demais providências

At, 26/11/15

*Anne Roque*  
Chefe de Divisão  
SEDR/MMA  
Matrícula: 1727242

A Gerência de ZEE  
Para as providências  
necessárias.

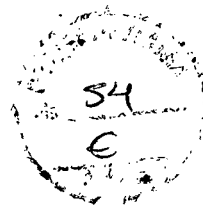
*Adalberto Eberhard*  
27/11/15  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA

Recebido GAB/SEDR

26/11/15

11 h 51

*uzanclays*



# Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.033684/2015-00

Data do Protocolo: 04/12/2015

Hora do Protocolo: 15:36:32

Nº do Documento: 310

Data do Documento: 04/12/2015

Tipo do Documento: MEMORANDO

Procedência: [Departamento de Zoneamento Territorial]

Signatário/Cargo: Adalberto Eberhard Diretor do DZT

Resumo: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica ao Estado do Amazonas

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Departamento de Zoneamento Territorial] [Elaine Portela Nascimento] [3166]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRÂMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Data da Tramitação: 07/12/2015

Hora da Tramitação: 11:19:30

Destino: [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável]


Despacho: Ao SEDR, para demais providências.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - Apoio Administrativo] [Diego da Silva Souza] [3528]

Recebimento: Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º Ao DZT, Segue cópia de ofício 14/12/15  OZIL JUNIOR CHEFE DE DIVISÃO - SUBSTITUTO MATRICULA: 1787066	2º Ao Zee, para conhecimento. em: 16.12.15 Na Zee - Souza
3º	4º
5º	6º

**URGENTE**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
**DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL**  
SEPN 505, Ed. Marie Prendi Cruz – 1º andar – Sala 113 – Brasília/DF – CEP: 70.730-542  
Tel: (61) 2028-1364/1379

Departamento: DZT  
Nº 33684/2015  
04/12/15  
SEDR/MMA  
Fls. 55  
Rubrica

**Memorando nº 310 /2015/DZT/SEDR/MMA**

Em 04 de dezembro de 2015

À Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

**Assunto: Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica ao Estado do Amazonas**

1. Finalizado o processo de celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amazonas, que visa conjugar esforços para a elaboração e implementação do ZEE do estado, encaminhamos memorando para ciência da Sra. Secretária.
2. Após ciência, solicitamos a gentileza de encaminhar o ofício anexo à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável para envio à SEMA do Estado do Amazonas.
3. Ficamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e pedimos ao Gab/SEDR o favor de encaminhar uma cópia do ofício enviado a este Departamento.

Atenciosamente,

**ADALBERTO EBERHARD**  
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial  
Adalberto Eberhard  
Diretor do Departamento de  
Zoneamento Territorial  
SEDR/MMA

Ciente:

**CASSANDRA NUNES**  
Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

RECEBIDO NA SE  
Em 07/12/15  
As 16:44  
Lucas Franco



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, Sala 700 – Brasília/DF – CEP: 70.068-900  
FGNE: (61) 2028-1091 / 1092

Ofício nº 265 /2015/GAB/SEDR/MMA

Brasília, 10 de dezembro de 2015.

A Sua Senhoria

**ANTÔNIO ADEMIR STROSKI**

Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amazonas

Av. Mário Ypiranga, nº 3280 – Parque 10

**CEP 69.050-030 – Manaus/AM**

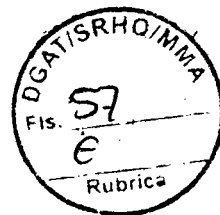
**Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amazonas**

Prezado Secretário,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminhamos uma via do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente – por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – e o Estado do Amazonas – por intermédio de sua Secretaria do Meio Ambiente –, publicado no Diário Oficial da União no último dia 25 de novembro de 2015.
2. Tendo como objeto apoiar a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Sub-região do Madeira do Estado do Amazonas, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, esperamos que este instrumento de cooperação fortaleça ainda mais a parceria entre o MMA e o Estado do Amazonas.
3. Assim, reconhecendo os esforços do Estado de Amazonas para fortalecer seus instrumentos de planejamento territorial, pautados no princípio da sustentabilidade, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**  
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Gabinete do Ministro**  
**Coordenação-Geral de Apoio Administrativo**  
**Protocolo Geral Nº 00000.003584/2017-00**

**Data do Protocolo:** 17/02/2017 **Hora do Protocolo:** 11:04:00  
**Nº do Documento:** 245 **Data do Documento:** 14/02/2017  
**Tipo do Documento:** OFÍCIO  
**Procedência:** [GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS] [Brasil] [AM] [Manaus]  
**Signatário/Cargo:** ANTONIO ADEMIR STROSKI - SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
**Resumo:** Encaminha Nota Técnica nº 012/DEGAT/SEMA/2017, referente à sub-zona 1.1, do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, da Sub-Região do Purus para prosseguimento na regulamentação do Zoneamento em referência.  
**Cadastramento:** [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Tiago de Souza Aragao] [3323]

**REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.**

**Data da Tramitação:** 17/02/2017 **Hora da Tramitação:** 11:04:54  
**Desti:** [Gabinete do Ministro - Chefia]  
**Despacho:**  
**Cadastramento:** [Ministério do Meio Ambiente] [Coordenação-Geral de Apoio Administrativo] [Tiago de Souza Aragao] [3323]  
**Recebimento:** Até o momento não foi feito o recebimento eletrônico pela unidade.

**REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES**

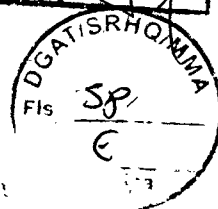
**DOCUMENTOS APENSADOS**

1º A SRHU, para análise e providências. Em: 17/02/17  Diva Carvalho Chefe de Gabinete do Ministro	2º Ao DGAT/ZEE P/ providências  24/02/17 Cláudia Monique Frank de Albuquerque Chefe de Gabinete Matricula nº 2302
3º Ao ZEE, para as providências. Em: 06/03/17  Raimundo Nonato Castelo Cordeiro Filho Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial Matricula 2321575	4º
5º	6º



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

MMA - Protocolo GABIN	
Nº 3584/17	
DATA 17/02/17	RUBRICA



**OFÍCIO SEMA Nº 245/2017- GS**

**Manaus, 14 de fevereiro de 2017.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
**José Sarney Filho**  
Ministro de Estado do Meio Ambiente  
Ministério de Meio Ambiente – MMA

Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, encaminho a Vossa Excelência a Nota Técnica nº 012/DEGAT/SEMA/2017 referente à sub-zona 1.1 do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE da Sub-Região do Purus para prosseguimento na regulamentação do Zoneamento em referência.

Adicionalmente, renovo votos de elevada estima e apreço e colocamo-nos à disposição por meio dos telefones (92) 3659 -1822 / 3236 - 4145 ou e-mail: gabinete@sema.am.gov.br.

Atenciosamente,

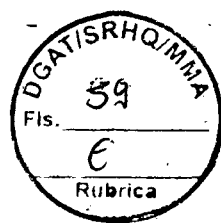
**Antônio Ademir Stroski**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA





GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**



**NOTA TÉCNICA nº 12/DEGAT/SEMA - 2017**

**Assunto:** Subzona 1.1 do Zoneamento Ecológico Econômico da Sub-Região do Purus - Recomendações

O Zoneamento Ecológico Econômico do Purus, que compreende os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Pauini e Tapauá, foi publicado em 08 de agosto de 2011, com a Lei Estadual nº 3.645.

Constituído por 46 (quarenta e seis) mapas temáticos e 1 (um) mapa síntese, foi elaborado na escala 1:250.000, nos quais constam as diretrizes de uso e ocupação do solo. Para fins de ordenamento territorial ficam estabelecidas três zonas e 10 dez subzonas (anexo I).

O ZEE indicou, no artigo 8º, para a subzona 1.1, que para fins de recomposição da reserva legal será reduzida para até 50% da propriedade, desde que o desmatamento tenha ocorrido até a data de aprovação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Amazonas, isto é, 31 de julho de 2009, quando foi publicada no Diário Oficial do Estado a lei estadual nº 3.416.

Segundo a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012:

**Art. 13.** Quando indicado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE estadual, realizado segundo metodologia unificada, o poder público federal poderá:

- I - reduzir, exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e os corredores ecológicos;
- II - ampliar as áreas de Reserva Legal em até 50% (cinquenta por cento) dos percentuais previstos nesta Lei, para cumprimento de metas nacionais de proteção à biodiversidade ou de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Dos 4.216,84 Km<sup>2</sup> da subzona 1.1, 2.839,92 Km<sup>2</sup>, ou seja, 67,35% da área ocupada por essa subzona haviam sido desmatados até 2009. Essa subzona, que abrange os municípios de Boca do Acre e Lábrea (sobretudo ao longo do eixo da BR-317 e dos ramais Marmelo e Jequitibá), concentra as maiores densidades



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

populacionais da sub-região do Purus e a época, com 582 estabelecimentos agropecuários (dados de 2011), com infraestrutura para o desenvolvimento das atividades econômicas e boa aptidão agrícola dos solos, apresentando vulnerabilidade natural à erosão predominantemente baixa.

Como recomendação, as diretrizes do ZEE para a sub-zona 1.1 estabeleceram:

- a) *Priorizar programas de regularização fundiária;*
- b) *Implementar políticas públicas voltadas para a manutenção da cobertura vegetal natural;*
- c) *Recuperação das áreas de preservação permanente;*
- d) *Redimensionamento da reserva legal, somente para fins de recomposição para até 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 16, da Lei Federal 4.771, de 15 de setembro de 1965, com redação dada pela Medida Provisória nº 2166-67, de 24 de agosto de 2001, com desmatamento ocorrido até a data de aprovação do Macrozoneamento do Amazonas;*
- e) *Criação de um mecanismo de compensação ambiental convertido para políticas de reflorestamento.*
- f) *Recomendou ainda nas áreas desmatadas, o estímulo ao reflorestamento e ao incremento da produtividade agropecuária, baseada em técnicas agrícolas mais modernas de conservação dos solos, com incentivos para agroindústrias, visando maximizar os custos de oportunidade representados pelo valor da floresta em pé.*

Neste sentido, iniciativas que corroboram para por em prática as recomendações do ZEE estão em curso, como a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa –PROVEG, instituída pelo Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de 2017.

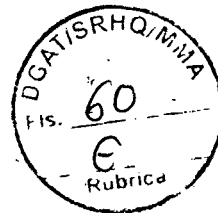
Também merece registro o Programa Terra Legal que vem trabalhando a regularização fundiária, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Canutama.

No âmbito estadual, o governo tem reforçado o combate às queimadas, com a formação de brigadistas e o fortalecimento das Unidades de Conservação estaduais. Além da estruturação do Grupo de Trabalho de Prevenção, Controle e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais e Qualidade do Ar, formado por



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**



instituições que tem como objetivo discutir ações de redução dos focos de calor especialmente no sul do Estado.

Em 01 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto Estadual nº 37.421, que institui o Programa Municípios Sustentáveis do Amazonas – *MS Amazonas*, com o objetivo de valorizar e integrar as características ambientais, sociais, econômicas e industriais, respeitando a diversidade populacional, cultural, as riquezas e o empreendedorismo, para combater o desmatamento no Estado por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental, fundiário e também de gestão ambiental com enfoque no monitoramento do desmatamento, na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e na estruturação da gestão ambiental dos municípios participantes.

Em articulação com os municípios prioritários (Apuí, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea e Boca do Acre) serão elaborados Planos Municipais de Prevenção e Controle do Desmatamento, Recursos Hídricos e destinação adequada de resíduos sólidos e o Plano Municipal de Prevenção, Controle e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais (PMPCQ), mediante acordos municipais para o desenvolvimento rural sustentável e redução do desmatamento mediante as metas estabelecidas. Também serão mantidos compromissos contínuos, de modo participativo, com representantes locais do poder público, setor privado e da sociedade civil organizada.

Os prefeitos dos municípios prioritários da Sub-Região do Purus (Canutama, Lábrea e Boca do Acre) assinaram no dia 08 de fevereiro de 2017, os termos de adesão ao programa os quais se comprometem a cooperar com o Estado na redução das taxas de desmatamento.

No âmbito do Projeto de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Conservação da Floresta Tropical no Estado do Amazonas – PROFLORAM, foi assinado no dia 08 de fevereiro o termo de compromisso entre SEMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM e Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para utilização de uma base no município de Humaitá, ponto estratégico no entroncamento da BR 319 e BR 230, para fins de fiscalização e controle. O



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

projeto prevê a construção de Centros Multifuncionais nos municípios de Parintins, Apuí, Humaitá e Boca do Acre que irão abrigar os órgãos ambientais de licenciamento, fiscalização e controle bem como o órgão responsável pela regularização fundiária. O projeto conta com recursos de R\$ 7.000.000,00 oriundos do Banco Alemão KfW.

No Programa Paisagens Sustentáveis, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e financiamento do Banco Mundial, estão previstas ações de Restauração e Manejo Florestal Sustentável, Implementação e Validação do CAR e Implementação do PRA nos municípios do sul do Estado. A ordem de investimentos é de R\$ 16.300.000,00.

O Projeto para inscrição e análise dos CAR já foi submetido ao BNDES, passou pela fase de enquadramento e encontra-se em fase de aprovação. Serão disponibilizados cerca de R\$ 30.000.000,00 para a inscrição de 54.562 CAR em 36 municípios do Estado, incluindo Lábrea e Boca do Acre.

Diante do exposto ressalta-se a importância da homologação do ZEE no âmbito federal o qual proporcionará aos produtores rurais, não somente regularizar a reserva legal, mas, também receber incentivos para restauração florestal, permitindo contribuir para o aumento dos ativos ambientais.

Manaus, 14 de fevereiro de 2017.

**Giuliano Piatto Guimarães**

Chefe de Departamento de Gestão Ambiental e Territorial – DEGAT  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**



## ANEXO I



## Enc: Mapa ZEE do Purus

Leonardo Margonato Ribeiro Lima

qui 16/02/2017 18:02

Para: Vera Lucia Alves <vera.alves@mma.gov.br>;

3 anexos (4 MB)

Projeto Zonas PURUS.jpg; oficio MMA 14fev2017.pdf; NT\_ ZEE PURUS e programas importantes \_ 14 FEV2017.pdf;

Favor dar entrada.

Leonardo Margonato Ribeiro Lima  
Coordenador-Geral de Apoio Administrativo  
Gabinete do Ministro  
Ministério do Meio Ambiente  
f. (61) 2028-1418/1254/1065

---

De: Diva Carvalho

Enviado: quinta-feira, 16 de fevereiro de 2017 17:54

Para: Leonardo Margonato Ribeiro Lima

Assunto: ENC: Mapa ZEE do Purus

Leo, dar entrada por favor.

---

De: Gabinete Sema - AM [mailto:gabinete@sema.am.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 16 de fevereiro de 2017 16:15

Para: Diva Carvalho; gmMMA

Assunto: Enc: Mapa ZEE do Purus

Ao

Excelentíssimo Senhor José Sarney Filho

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Senhor Ministro

De ordem do Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, Sr. Antonio Ademir Stroski, encaminho o Ofício Sema nº 245/2017-GS.

Atenciosamente,

Assessoria de Gabinete - SEMA

(92) 3236-4145

**EM BRANCO**



MMA

## TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.001654/2015-71

Interessado: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas - SEMA/AM

- Aos 04 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.001654/2015-71 contendo 63 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Ramos Barbosa, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.mma.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0001035** e o código CRC **FA8B023C**.

Referência: Processo nº 02000.001654/2015-71

SEI nº 0001035

2017.07.04